



## **ACADEMIA MILITAR**

# **RELAÇÃO DA PRÁTICA DE ROUBO A RESIDÊNCIA NUM ESPAÇO URBANO E NOS SEUS ESPAÇOS RURAIS ADJACENTES**

**Autor: Aspirante de Cavalaria da GNR Carlos Vieira Andrade**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Manuel Borlido da Rocha**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, agosto de 2014**



## **ACADEMIA MILITAR**

# **RELAÇÃO DA PRÁTICA DE ROUBO A RESIDÊNCIA NUM ESPAÇO URBANO E NOS SEUS ESPAÇOS RURAIS ADJACENTES**

**Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Carlos Vieira Andrade**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Manuel Borlido da Rocha**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, agosto de 2014**

## Dedicatória

*À minha querida filha,  
o meu farol, fruto do amor e da paixão.*

## Agradecimentos

O presente trabalho de investigação é resultado do contributo “preciosíssimo” de várias pessoas e entidades, às quais demonstro publicamente todo o meu apreço e o mais profundo reconhecimento.

Ao meu Orientador, Tenente-Coronel Manuel Fernandes Borlido da Rocha, que com o seu profundo conhecimento, empenho e dedicação, contribuiu significativamente para a realização desta investigação, demonstrando-me que sem esforço não se atingem objetivos.

Ao Capitão Abel Adriano, Comandante do Destacamento Territorial de Loulé, que amavelmente me recebeu e proporcionou a realização do trabalho de campo.

Ao Alferes Humberto Galego, Adjunto do Comandante do Destacamento Territorial de Loulé pelo seu apoio e partilha de conhecimentos.

À Dr.<sup>a</sup> Helena Miguel, Procuradora-Adjunta do Ministério Público da Comarca de Loulé, pelo seu apoio e contributo importantíssimo na recolha de dados e no esclarecimento de dúvidas.

Ao meu amigo José Ribeiro, licenciado em Sociologia, pelo enorme contributo nas elucidações sobre o *software Statistical Package for the Social Sciences*.

A todos os entrevistados que contribuíram significativamente com o seu testemunho.

À Academia Militar, instituição que moldou em mim os valores inerentes à condição militar.

Ao XIX curso de Oficiais da Guarda Nacional Republicana, meu curso, ao qual tenho orgulho em pertencer.

À minha família pelo apoio e compreensão, principalmente ao longo destes últimos anos.

Agradeço ainda a todos àqueles que não se encontram aqui mencionados, mas que contribuíram para a minha formação.

## **Resumo**

A presente investigação, cujo título é “Relação da prática de roubo a residência num espaço urbano e nos seus espaços rurais adjacentes”, versa sobre um estudo de caso realizado na área do Destacamento Territorial de Loulé da Guarda Nacional Republicana. O roubo a residência é um crime de elevada complexidade devido às consequências provocadas pelos autores nas vítimas. A intensificação da prática deste tipo de crime concorre para aumento do sentimento de insegurança das populações, uma vez que este crime contra a propriedade constitui uma efetiva violação da esfera privada dos cidadãos. Assim, no âmbito da Segurança Interna e da prevenção à criminalidade, esta temática assume especial pertinência por se tratar do quarto crime mais participado às forças de segurança no âmbito da criminalidade violenta e grave.

A presente investigação tem por objetivo geral analisar e compreender a prática do crime de roubo a residência em ambientes urbanos e rurais, dentro da área de atuação do Destacamento Territorial de Loulé. Para o cumprimento do objetivo proposto elaborou-se uma questão central, espinha dorsal, da qual apareceram as questões derivadas, bem como, um conjunto de hipóteses que possibilitaram orientar toda a investigação. A metodologia compreende uma análise bibliográfica, espelhada em cinco capítulos teóricos, concetuais e alegóricos à temática em prol da consolidação empírica. O trabalho de campo abarcou uma análise documental e estatística dos processos-crime alusivos aos roubos a residência perpetrados na área do Destacamento Territorial de Loulé, nos últimos cinco anos, complementada através da realização de entrevistas a entidades conhecedoras desta temática.

Decorrente da documentação consultada e das respostas às entrevistas, podemos concluir que o crime de roubo a residência, em áreas urbanas e rurais no concelho de Loulé, caracteriza-se por ser um evento criminal complexo, que não é aleatório, nem se distribui ao acaso pelo tempo e pelo espaço, advindo do produto das oportunidades que resultam das ações quotidianas dos autores criminais e das potenciais vítimas.

**Palavras-chave:** Segurança Interna; Prevenção Criminal; GNR; Roubo a Residência.

## ***Abstract***

This report entitled "Relation to the practice of home invasion robbery in urban areas and their surrounding rural areas ", deals with a Case Study lead in the Destacamento Territorial de Loulé of GNR. Home invasion robbery is a highly complex crime due to the consequences caused by the authors on the victims. The intensification of this type of crime increases the sense of insecurity in the populations, since this crime against property is an effective violation of the citizen's privacy. Therefore, in the context of Internal Security and criminal prevention, this issue assumes special relevance because amongst the violent and serious crime, home invasion robbery is the fourth most participated crime to security forces.

The present investigation main objective is to analyze and understand the crime of home invasion robbery in urban and rural environments, within the Destacamento Territorial de Loulé area of operations. To fulfill the stated objective it was elaborated a central question, from which the derivative questions appeared, as well as a set of hypotheses that directed all the research. The methodology includes a literature review displayed in five theoretical chapters, which aims to consolidate the empiric conception. The fieldwork consists in a documentary and statistical analysis of Destacamento Territorial de Loulé area home invasion robbery criminal cases, in the last five years, complemented with knowledgeable individualities of this theme interviews.

Resulting from the reviewed literature and the interviews results, we concluded that the home invasion robbery crime in Loulé's municipality urban and rural areas, is a complex criminal event, which is not random, and it is not randomly distributed by time and space, resulting from the product of the opportunities resultant from the daily actions of the criminal perpetrators and potential victims.

**Keywords:** Internal Security; Criminal Prevention; GNR; Home Invasion Robbery.

## Índice Geral

<b>Dedicatória .....</b>	<b>ii</b>
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>iii</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>iv</b>
<b><i>Abstract</i> .....</b>	<b>v</b>
<b>Índice Geral.....</b>	<b>vi</b>
<b>Índice de Figuras .....</b>	<b>xi</b>
<b>Índice de Quadros.....</b>	<b>xiii</b>
<b>Índice de Tabelas .....</b>	<b>xiv</b>
<b>Lista de Apêndices e Anexos.....</b>	<b>xviii</b>
<b>Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos .....</b>	<b>xix</b>
<b>Capítulo 1 .....</b>	<b>1</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
1.1    Generalidades .....	1
1.2    Enquadramento da Investigação .....	1
1.3    Justificação do Tema .....	2
1.4    Objetivos e Questões da Investigação .....	3
1.5    Hipóteses.....	4
1.6    Metodologia.....	4
1.7    Estrutura do Trabalho .....	5
<b>Capítulo 2 .....</b>	<b>6</b>
<b>A Prevenção à Criminalidade.....</b>	<b>6</b>
2.1    Políticas de Segurança Pública e a Prevenção Criminal.....	6
2.2    Tipos de Prevenção Criminal.....	9

2.3	Modelos de Policiamento .....	10
2.3.1	Policiamento Comunitário e Policiamento de Proximidade .....	11
2.3.2	Policiamento Orientado para os Problemas .....	12
2.3.3	<i>Intelligence-Led Policing</i> – Policiamento Orientado pelas Informações .....	13
2.4	Síntese Conclusiva.....	14
<b>Capítulo 3 .....</b>		<b>15</b>
<b>O Crime de Roubo a Residência .....</b>		<b>15</b>
3.1	A Escolha Racional, as Atividades Rotineiras e os Padrões Criminais.....	15
3.2	Caracterização do Tipo Legal Roubo .....	17
3.2.1	O Bem Jurídico em Causa .....	17
3.2.2	Meios para a Subtração.....	18
3.3	O Roubo a Residência .....	19
3.3.1	Características dos Elementos no Crime de Roubo a Residência.....	20
3.3.1.1	Autores do Crime.....	20
3.3.1.2	Vítimas.....	21
3.3.1.3	Locais e Horários .....	21
3.4	Programas na Prevenção à Prática do Crime de Roubo a Residência .....	22
3.5	Síntese Conclusiva.....	22
<b>Capítulo 4 .....</b>		<b>23</b>
<b>A Deslocação Criminal.....</b>		<b>23</b>
4.1	Mudança Social Acelerada e a “Rurbanização” .....	23
4.3	Deslocação Criminal.....	24
4.4	Síntese Conclusiva.....	24
<b>Capítulo 5 .....</b>		<b>25</b>
<b>Trabalho de Campo — Metodologia e Procedimentos .....</b>		<b>25</b>
5.1	Introdução .....	25
5.2	Método de Abordagem .....	25



5.3	Procedimentos e Técnicas.....	26
5.3.1	Recolha e Análise Documental.....	27
5.3.2	Entrevistas.....	28
5.4	Universo e Amostra .....	28
<b>Capítulo 6 .....</b>		<b>30</b>
<b>Trabalho de Campo — Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados .....</b>		<b>30</b>
6.1	Introdução .....	30
6.2	Análise e Discussão dos dados obtidos nos Processos-crime.....	30
6.2.1	Estatística Criminal – Frequências Absolutas e Relativas.....	30
6.2.1.1	Caracterização Temporal e Espacial.....	31
6.2.1.2	Caracterização das Residências e das Vítimas .....	32
6.2.1.3	Caracterização dos Autores .....	33
6.2.1.4	Caracterização do <i>Modus Operandi</i> .....	34
6.2.2	Estatística Criminal – Correlações entre Variáveis .....	35
6.2.2.1	Correlações com a Variável – Ano .....	36
6.2.2.2	Correlações com a Variável – Dia da Semana.....	37
6.2.2.3	Correlações com a Variável – Residência com Vítimas Portuguesas ou Estrangeiras.....	37
6.2.2.4	Correlações com a Variável – Idade da Vítima .....	38
6.2.2.5	Correlações com a Variável – Etnia dos Suspeitos .....	39
6.2.2.6	Correlações com a Variável – Nacionalidade dos Condenados .....	40
6.2.2.7	Correlações com a Variável – Tipo de Área mediante o PDM de Loulé .....	41
6.3	Análise e Discussão das Entrevistas .....	42
6.3.1	Análise e Discussão das Questões Relacionadas com as Vítimas.....	43
6.3.2	Análise e Discussão das Questões Relacionadas com os Autores.....	45
6.3.3	Análise e Discussão das Questões Relacionadas com o Local e o Horário.....	47

<b>Capítulo 7 .....</b>	<b>49</b>
<b>Conclusões e Recomendações .....</b>	<b>49</b>
7.1 Introdução .....	49
7.2 Verificação das Hipóteses e Resposta às Questões Derivadas .....	49
7.3 Questão Central e Reflexões Finais .....	53
7.4 Recomendações .....	55
7.5 Limitações e Investigações Futuras .....	55
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>56</b>
Metodologia.....	56
Livros, Publicações, Dissertações .....	56
Artigos Online .....	59
Diplomas Legais .....	60
<b>Apêndices.....</b>	<b>1</b>
Apêndice A – Segurança e Segurança Interna.....	2
Apêndice B – Carta de Apresentação e Guião de Entrevista.....	5
Apêndice C – Respostas dos Entrevistados ao Guião de Entrevista .....	9
Apêndice D – Frequências Relativas e Absolutas das Variáveis .....	17
Apêndice D.1 Caracterização Temporal.....	17
Apêndice D.2 Caracterização Espacial.....	18
Apêndice D.3 Caracterização das Residências.....	19
Apêndice D.4 Caracterização das Vítimas .....	20
Apêndice D.5 Caracterização dos Suspeitos .....	22
Apêndice D.6 Caracterização dos Condenados.....	24
Apêndice D.7 Caracterização do <i>Modus Operandi</i> .....	25
Apêndice E – Correlações das Variáveis de Estudo .....	29
Apêndice E.1 Correlações com a Variável – Ano .....	29
Apêndice E.2 Correlações com a Variável – Dia da Semana .....	32

Apêndice E.3	Correlações com a Variável – Residência com Vítimas Portuguesas ou Estrangeiras	34
Apêndice E.4	Correlações com a Variável – Idade da Vítima.....	35
Apêndice E.5	Correlações com a Variável – Etnia do Suspeito .....	38
Apêndice E.6	Correlações com a Variável – Nacionalidade do Condenado .....	43
Apêndice E.7	Correlações com a Variável – Tipo de Área mediante o PDM de Loulé	45
Apêndice F	Mapeamento do Crime de Roubo a Residência de 2009 a 2013.....	49
<b>Anexos.....</b>		<b>1</b>
Anexo A	Análise da Tendência Criminal do Roubo a Residência .....	2
Anexo B	Pirâmide de Beaufre .....	3
Anexo C	Exemplo de Vinte e Cinco Técnicas da Prevenção Situacional .....	4
Anexo D	Triângulo de Análise do Problema.....	5
Anexo E	Modelo “3i” .....	6
Anexo F	Triângulo do Evento Criminal .....	7
Anexo G	Transcrição da Parte que Interessa do Código Penal .....	8
Anexo H	Triângulo de Análise do Roubo a Residência .....	15
Anexo I	Projeto “Residência Segura” e “Apoio 65 – Idosos em Segurança” .....	16
Anexo J	Coroas Periurbanas .....	19
Anexo K	Transcrição da Parte que Interessa do Dec. Regulamentar n.º 11/2009.....	20
Anexo L	Criminalidade Registada do Concelho de Loulé .....	25
Anexo M	Morfologia do Concelho de Loulé.....	26
Anexo N	Transcrição da Parte que Interessa do Aviso n.º 5374/2008 .....	27

## Índice de Figuras

Figura n.º 1 - N.º de ocorrências por ano.....	31
Figura n.º 2 - N.º de ocorrências por tipo de área do PDM .....	31
Figura n.º 3 - N.º de vítimas por faixa etária .....	32
Figura n.º 4 - N.º de vítimas por nacionalidade .....	32
Figura n.º 5 - N.º de suspeitos por etnia .....	33
Figura n.º 6 - N.º de condenados por nacionalidade.....	33
Figura n.º 7 - N.º de ocorrências por intervalo horário.....	34
Figura n.º 8 - Tipo de arma utilizada em cada ocorrência .....	34
Figura n.º 9 - N.º de ocorrências por tipo de entrada.....	35
Figura n.º 10 - N.º de ocorrências por meio de coação.....	35
Figura n.º 11 - N.º de ocorrências no mês de janeiro por ano .....	36
Figura n.º 12 - N.º de ocorrências diurnas e noturnas por ano .....	36
Figura n.º 13 - N.º de ocorrências com o tipo de arma utilizado na coação por ano .....	37
Figura n.º 14 - N.º de ocorrências diurnas e noturnas por dia da semana.....	37
Figura n.º 15 - N.º de ocorrências em residências com vítimas portuguesas ou estrangeiras por período do dia.....	38
Figura n.º 16 - N.º de vítimas por faixa etária correlacionado com o ano.....	38
Figura n.º 17 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com várias variáveis.....	39
Figura n.º 18 - N.º de condenados por nacionalidade correlacionado com as residências de vítimas estrangeiras e de vítimas portuguesas .....	41

## Apêndices

Figura n.º 19- Pirâmide de Abraham Maslow, Hierarquia das Necessidades .....	2
Figura n.º 20- Mapeamento do crime de roubo a residência no concelho de Loulé entre 2009 e 2013 .....	49
Figura n.º 21 - Mapeamento do crime de roubo a residência na metade sul do concelho de Loulé entre 2009 e 2013 .....	50

## Anexos

Figura n.º 22 - N.º de roubos a residência em Portugal por ano.....	2
Figura n.º 23 - Pirâmide de Beaoufre .....	3
Figura n.º 24 - Exemplo de vinte e cinco técnicas da Prevenção Situacional .....	4
Figura n.º 25 - Triângulo de Análise do Problema .....	5
Figura n.º 26 - Modelo “3i” .....	6
Figura n.º 27 - Triângulo do Evento Criminal.....	7
Figura n.º 28 - Triângulo de Análise do Roubo a Residência .....	15
Figura n.º 29 - Coroas Periurbanas .....	19
Figura n.º 30 - Criminalidade Registada do Concelho de Loulé .....	25
Figura n.º 31 – Roubos a residência registados no concelho de Loulé .....	25
Figura n.º 32 - Morfologia do Concelho de Loulé .....	26

## **Índice de Quadros**

Quadro n.º 1 – Questões efetuadas aos entrevistados.....	43
Quadro n.º 2 - Quadro de análise quantitativa das respostas às questões relacionadas com as vítimas.....	44
Quadro n.º 3 - Quadro de análise quantitativa das respostas às questões relacionadas com os autores.....	45
Quadro n.º 4 - Quadro de análise quantitativa das respostas às questões relacionadas com o local e o horário .....	47

## **Apêndices**

Quadro n.º 5 - Cargo dos entrevistados .....	9
--	---

## Índice de Tabelas

### Apêndices

Tabela n.º 1 - N.º de ocorrências por ano .....	17
Tabela n.º 2 - N.º de ocorrências por dia de semana .....	17
Tabela n.º 3 - N.º de ocorrências por mês.....	18
Tabela n.º 4 - N.º de ocorrências por área do PTer da GNR .....	18
Tabela n.º 5 - N.º de ocorrências por tipo de área mediante o PDM de Loulé.....	18
Tabela n.º 6 - N.º de ocorrências por grau de vizinhança.....	19
Tabela n.º 7 - N.º de ocorrências por residência permanente ou sazonal .....	19
Tabela n.º 8 - N.º de ocorrências por tipo de residência.....	19
Tabela n.º 9 - N.º de ocorrências por residência com sistema de videovigilância e alarme	19
Tabela n.º 10 - N.º de ocorrências por valor subtraído .....	20
Tabela n.º 11 - N.º de vítimas por faixa etária.....	20
Tabela n.º 12 - N.º de vítimas por género.....	20
Tabela n.º 13 - N.º de ocorrências por residências com vítimas portuguesas ou estrangeiras .....	20
Tabela n.º 14 - N.º de vítimas por nacionalidade .....	21
Tabela n.º 15 - N.º de ocorrências por quem comunicou os factos .....	21
Tabela n.º 16 - N.º de ocorrências por intervalo de tempo da comunicação após os factos	21
Tabela n.º 17 - N.º de ocorrências por residências com 1, 2, 3, ou 4 habitantes .....	22
Tabela n.º 18 - N.º de ocorrências por residências com 1, 2, ou 4 vítimas.....	22
Tabela n.º 19 - N.º de ocorrências por vítimas que tiveram necessidade de assistência médica.....	22
Tabela n.º 20 - N.º de ocorrências com 1, 2, 3, 4, ou 5 suspeitos.....	22
Tabela n.º 21 - N.º de suspeitos por faixa etária.....	23
Tabela n.º 22 - N.º de suspeitos por género .....	23
Tabela n.º 23 - N.º de suspeitos por etnia .....	23
Tabela n.º 24 - N.º de ocorrências com 1, 2, ou 3 condenados após julgamento .....	24
Tabela n.º 25 - N.º de condenados por nacionalidade .....	24

Tabela n.º 26 - N.º de condenados por zona de residência .....	24
Tabela n.º 27 - N.º de condenados por faixa etária .....	25
Tabela n.º 28 - N.º de condenados por género .....	25
Tabela n.º 29 - N.º de ocorrências por intervalos de horas .....	25
Tabela n.º 30 - N.º de ocorrências por fase do dia .....	25
Tabela n.º 31 - N.º de ocorrências por intervalos da duração dos factos .....	26
Tabela n.º 32 - N.º de ocorrências por tipo de arma utilizada para a coação .....	26
Tabela n.º 33 - N.º de ocorrências por suspeitos que utilizaram luvas e face coberta .....	26
Tabela n.º 34 - N.º de ocorrências por suspeitos que imobilizaram as vítimas .....	26
Tabela n.º 35 - N.º de ocorrências por suspeitos que taparam a cabeças das vítimas com um saco .....	26
Tabela n.º 36 - N.º de ocorrências por meio de fuga utilizado pelos suspeitos .....	27
Tabela n.º 37 - N.º de ocorrências por tipo de entrada realizada pelos suspeitos .....	27
Tabela n.º 38 - N.º de ocorrências por meio de coação .....	27
Tabela n.º 39 - N.º de ocorrências em que houve recolha de vestígios .....	27
Tabela n.º 40 - N.º de ocorrências em que houve testemunhas .....	28
Tabela n.º 41 - N.º de ocorrências em que houve concurso de crimes .....	28
Tabela n.º 42 - N.º de ocorrências em que foram arquivados ou julgadas pelo tribunal .....	28
Tabela n.º 43 - N.º de ocorrências por ano correlacionado com os meses .....	29
Tabela n.º 44 - N.º de ocorrências por ano correlacionado com a área do PTER da GNR ...	30
Tabela n.º 45 - N.º de ocorrências por ano correlacionado com o período do dia .....	30
Tabela n.º 46 - N.º de ocorrências por ano correlacionado com o dia da semana .....	31
Tabela n.º 47 - N.º de ocorrências por ano correlacionado com o tipo de arma utilizada para a coação .....	31
Tabela n.º 48 - N.º de ocorrências por dia da semana correlacionado com o período do dia .....	32
Tabela n.º 49 - N.º de ocorrências por dia da semana correlacionado com o intervalo horário .....	32
Tabela n.º 50 - N.º de ocorrências por dia da semana correlacionado com a área do PTER da GNR .....	33
Tabela n.º 51 - N.º de ocorrências em residências com vítimas portuguesas ou estrangeiras, correlacionado com o dia da semana .....	34
Tabela n.º 52 - N.º de ocorrências em residências com vítimas portuguesas ou estrangeiras, correlacionado com o período do dia .....	34



Tabela n.º 53 - N.º de ocorrências em residências com vítimas portuguesas ou estrangeiras, correlacionado com o intervalo horário.....	35
Tabela n.º 54 - N.º de vítimas por faixa etária correlacionado com o n.º de vítimas por residência roubada .....	35
Tabela n.º 55 - N.º de vítimas por faixa etária correlacionado com o n.º de habitantes por residência roubada .....	36
Tabela n.º 56 - N.º de vítimas por faixa etária correlacionado com a área do PTER da GNR onde ocorreu o roubo.....	36
Tabela n.º 57 - N.º de vítimas por faixa etária correlacionado com o grau de vizinhança ..	37
Tabela n.º 58 - N.º de vítimas por faixa etária correlacionado com o ano .....	37
Tabela n.º 59 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com a permanência na residência .....	38
Tabela n.º 60 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com o valor roubado .....	38
Tabela n.º 61 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com o n.º de habitantes por residência.....	39
Tabela n.º 62 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado as residências com vítimas portuguesas ou estrangeiras .....	39
Tabela n.º 63 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com o n.º de suspeitos no roubo	40
Tabela n.º 64 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com o meio utilizado na coação	40
Tabela n.º 65 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com o uso de face coberta e de luvas.....	41
Tabela n.º 66 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com a privação de liberdade de movimentos .....	41
Tabela n.º 67 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com a privação da visão com um saco .....	41
Tabela n.º 68 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com o meio de fuga.....	42
Tabela n.º 69 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com o concurso de crimes .....	42
Tabela n.º 70 - N.º de condenados por nacionalidade correlacionado com a zona de residência do condenado.....	43
Tabela n.º 71 - N.º de condenados por nacionalidade correlacionado com a área do PTER da GNR.....	43
Tabela n.º 72 - N.º de condenados por nacionalidade correlacionado com o n.º de habitantes nas residências roubadas .....	44

Tabela n.º 73 - N.º de condenados por nacionalidade correlacionado com as residências com vítimas portuguesas ou estrangeiras .....	44
Tabela n.º 74 - N.º de condenados por nacionalidade correlacionado com a nacionalidade da vítima .....	45
Tabela n.º 75 - N.º de ocorrências por tipo de área mediante o PDM de Loulé correlacionado com o ano.....	45
Tabela n.º 76 - N.º de ocorrências por tipo de área mediante o PDM de Loulé correlacionado com o intervalo horário.....	46
Tabela n.º 77 - N.º de vítimas por faixa etária correlacionado com o tipo de área mediante o PDM de Loulé .....	46
Tabela n.º 78 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com o tipo de área mediante o PDM de Loulé .....	47
Tabela n.º 79 - N.º de ocorrências por tipo de área mediante o PDM de Loulé correlacionado com a privação da visão com um saco.....	47
Tabela n.º 80 - N.º de ocorrências por tipo de área mediante o PDM de Loulé correlacionado com as residências com vítimas portuguesas ou estrangeiras.....	48

## **Lista de Apêndices e Anexos**

### **Apêndices**

<b>Apêndice A</b>	Segurança e Segurança Interna
<b>Apêndice B</b>	Carta de Apresentação e Guião de Entrevista
<b>Apêndice C</b>	Respostas dos Entrevistados ao Guião de Entrevista
<b>Apêndice D</b>	Frequências Absolutas e Relativas das Varáveis
<b>Apêndice E</b>	Correlações das Variáveis de Estudo
<b>Apêndice F</b>	Mapeamento do Crime de Roubo a Residência de 2009 a 2013

### **Anexos**

<b>Anexo A</b>	Análise da Tendência Criminal do Roubo a Residência
<b>Anexo B</b>	Pirâmide de Beaoufre
<b>Anexo C</b>	Exemplo de Vinte e Cinco Técnicas da Prevenção Situacional
<b>Anexo D</b>	Triângulo de Análise do Problema
<b>Anexo E</b>	Modelo “3i”
<b>Anexo F</b>	Triângulo do Evento Criminal
<b>Anexo G</b>	Transcrição da Parte que Interessa do Código Penal
<b>Anexo I</b>	Projeto “Residência Segura” e “Apoio 65 – Idosos em Segurança”
<b>Anexo J</b>	Coroas Periurbanas
<b>Anexo K</b>	Transcrição da Parte que Interessa do Dec. Regulamentar nº11/2009
<b>Anexo L</b>	Criminalidade Registada do Concelho de Loulé
<b>Anexo M</b>	Morfologia do Concelho de Loulé
<b>Anexo N</b>	Transcrição da Parte que Interessa do Aviso nº 5374/2008

## Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

AM	Academia Militar
APA	American Psychological Association
<i>apud</i>	Citado por, conforme, segundo – indica a fonte de uma citação indireta
art.º	Artigo
CP	Código Penal
CPP	Código Processo Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
CTer	Comando Territorial
CML	Câmara Municipal de Loulé
DL	Decreto-lei
DTer	Destacamento Territorial
DGPJ	Direção-Geral de Política de Justiça
E <sub>n</sub>	Entrevistado
ed.	Edição
e.g.	Exemplo
<i>et al.</i>	Vários autores; e outros – para pessoas
FFSS	Forças e Serviços de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
H <sub>n</sub>	Hipótese
<i>idem</i>	O mesmo, do mesmo autor já citado
ILP	<i>Intelligence-Led Policing</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística
LOGNR	Lei que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana
LSI	Lei de Segurança Interna
MP	Ministério Público
MAI	Ministério da Administração Interna
n.º	Número
NEP	Norma de Execução Permanente

NUIPC	Número Único de Identificação do Processo – Crime
p.	Página
pp.	Páginas
Q <sub>n</sub>	Questão
QD <sub>n</sub>	Questão Derivada
PDM	Plano Diretor Municipal
PJ	Polícia Judiciária
PTer	Posto Territorial
POP	Policimento Orientado para os Problemas
PSP	Polícia de Segurança Pública
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
SARA	<i>Scanning Analysis Response Assessment</i>
SI	Segurança Interna
SSI	Sistema de Segurança Interna
SIIOP	Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais
SIIC	Sistema Integrado de Informação Criminal
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCFTIA	Relatório Científico Final do trabalho de Investigação Aplicada
UC	Unidade de Conta Processual
UNODC	<i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>

*"A segurança só para alguns é, de facto, a  
insegurança para todos."  
Nelson Mandela*

# Capítulo 1

## Introdução

### 1.1 Generalidades

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) termina um período de cinco anos do Curso de Formação dos Oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR). Denominado também por Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, ministrado na Academia Militar (AM).

O relatório tem como objetivos conduzir o aluno à aplicação de competências adquiridas ao longo de toda a sua formação, por forma a desenvolver corretamente uma investigação científica. A realização deste relatório, também pretende o desenvolvimento da capacidade crítica nos diversos assuntos de interesse relacionados com as áreas da segurança e da defesa. Desta forma, e em conformidade com a formação adquirida é de extrema importância compreender a seguinte problemática: “Relação da prática de roubo a residência num espaço urbano e nos seus espaços rurais adjacentes”.

Este capítulo tem por finalidade enquadrar e justificar, de uma forma sucinta e objetiva, o tema escolhido delimitando o problema da investigação. Esta inicia-se com o objetivo<sup>1</sup> geral e os seus objetivos específicos. Para se concretizar os objetivos, surge a formalização da questão central, bem como das suas respetivas derivadas. Com o conhecimento pré adquirido, é ainda neste capítulo, apresentado um elenco de hipóteses em resposta à questão central, bem como, o modelo de investigação adotado e a estrutura do trabalho.

### 1.2 Enquadramento da Investigação

Uma vez que qualquer investigação científica inicia-se com a definição do problema em causa (Sarmiento, 2013), a abordagem temática desta investigação enquadra-

---

<sup>1</sup> Segundo Fortin (2009, p.100), a definição deste conceito assenta num “enunciado declarativo que precisa a orientação da investigação segundo o nível dos conhecimentos estabelecidos no domínio em questão. Especifica as variáveis-chave, a população alvo e o contexto de estudo”.

se no âmbito dos crimes contra a propriedade, bem como da criminalidade violenta ou grave. O roubo a residência, bem como o furto em residência constituem-se como um problema social de relevo devido ao número de participações anuais registadas pelas Forças e Serviços de Segurança (FFSS).

O furto, um dos crimes contra a propriedade, está extremamente relacionado com o roubo, ambos têm como objeto a subtração de coisa móvel alheia. No entanto, o roubo diferencia-se pelo uso da coação através de vários meios violentos para atingir o mesmo fim. Este facto classifica o roubo a residência como um crime violento ou grave, para além de ser um crime contra a propriedade. Assim esta investigação apenas se debruça sobre o roubo a residência. A prática deste crime gera na sociedade um sentimento de insegurança e cabe às FFSS, bem como outras entidades que contribuem para a segurança, desenvolver medidas preventivas a fim de minimizar o problema, ou pelo menos reduzir significativamente a sua incidência. Para tal é necessário uma análise dos elementos e dos fatores que contribuem para este tipo de crime.

Qualquer trabalho científico deve ser objetivo e pragmático, para tal torna-se necessário “circunscrever o campo das análises empíricas no espaço, geográfico e social, e no tempo.” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 157). Assim, delimitou-se espacialmente o estudo à área de atuação do Destacamento Territorial (DTER) de Loulé do Comando Territorial (CTER) de Faro, que coincide com a área do concelho de Loulé. Em termos temporais restringiu-se a investigação ao período de cinco anos (2009-2013), ou seja, desde o início da Lei Orgânica da GNR<sup>2</sup>, atualmente em vigor, até ao ano transato. Esta delimitação assenta num estudo de caso de extrema importância, permitindo realizar uma análise precisa e aprofundada de todas as ocorrências de roubo a residência numa determinada área.

### **1.3 Justificação do Tema**

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) de 2013, o crime de roubo a residência, no âmbito da criminalidade violenta e grave, foi o quarto mais participado às entidades GNR, PSP e PJ, num total de 848 casos. Este crime tem vindo a aumentar desde 2010 (Ver Anexo A), daí tornar-se importante o seu estudo. Faro é o quarto distrito do país com mais criminalidade, e o terceiro em relação ao rácio de crimes por 1000 habitantes,

---

<sup>2</sup> A atual Lei Orgânica da GNR foi aprovada pela Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro entrando em vigor no ano 2009.



fazendo parte dos cinco distritos que congregaram 81% da criminalidade violenta e grave. De todos os municípios do distrito de Faro, em Loulé foi onde se verificou mais roubos a residência.

Assim, compreender este fenómeno criminal pode ajudar na implementação de medidas preventivas, sendo que a “prevenção é a atividade primordial da função polícia. A ela deve corresponder o maior empenhamento, de modo a produzir o máximo possível de utilidade social” (Alves, 2008, p.171).

## 1.4 Objetivos e Questões da Investigação

A presente investigação tem por objetivo geral analisar e compreender a prática do crime de roubo a residência em ambientes urbanos e rurais, dentro da área de atuação do DTer de Loulé. Como objetivos específicos, esta investigação pretende analisar os elementos, os fatores e os padrões deste tipo de crime. Após a análise, com a identificação de possíveis correlações entre as variáveis, pretende-se um melhor conhecimento sobre o roubo a residência, com a finalidade de auxiliar a tomada de decisão nos vários níveis de comando/decisão, de forma a contribuir para uma melhor prevenção.

Delimitados os objetivos, identificado o objeto de estudo e definido o problema de investigação, surge a formulação da questão central<sup>3</sup> que serve de "coluna vertebral" a toda a investigação: **“Como se caracteriza o crime de Roubo a Residência em áreas urbanas e rurais no concelho de Loulé?”**.

Da questão mencionada nascem as seguintes questões derivadas (**QD<sub>n</sub>**), sendo crucial obter resposta a estas e consequentemente resposta à questão central:

**QD1:** Quais as características das vítimas mais afetadas pela prática do crime de roubo a residência?

**QD2:** Qual o perfil dos autores que praticam o crime de roubo a residência?

**QD3:** Quais as características das residências maioritariamente escolhidas como alvo remunerador para a prática do crime de roubo a residência?

**QD4:** Qual o *modus operandi* mais utilizado na prática do crime de roubo a residência?

---

<sup>3</sup> A questão central é definida como “uma interrogação explícita relativa a um domínio que se deve explorar com vista a obter novas informações. É um enunciado interrogativo e não equívoco que precisa os conceitos-chave, específica a natureza da população que se quer estudar e sugere uma investigação empírica” (Fortin, 2009, p. 51)

**QD5:** Haverá alguma relação na prática do crime de roubo a residência entre os espaços urbanos e rurais?

## 1.5 Hipóteses

As hipóteses (**H<sub>n</sub>**) são definidas como “um enunciado formal das relações previstas entre duas ou mais variáveis. (...) Combina o problema e o objetivo numa explicação ou predição clara dos resultados esperados” (Fortin, 2009, p. 102). Estas resultam de uma reflexão teórica e contribuem para a condução da investigação, bem como, posteriormente serão alvo de observação e de confirmação (Quivy e Campenhoudt, 2008). Assim, com base na revisão da literatura realizada, formulam-se os seguintes enunciados de carácter hipotético-dedutivo:

**H1:** As vítimas que mais sofrem este tipo de crime são casais idosos de nacionalidade estrangeira, que residem sazonalmente no concelho de Loulé;

**H2:** Os autores deste tipo de crime são na sua maioria imigrantes jovens adultos masculinos, oriundos de países sul-americanos, africanos e da Europa de leste;

**H3:** As residências escolhidas pela maioria dos autores são normalmente moradias com algum isolamento geográfico, sem qualquer sistema de alarme ou de videovigilância, mas que aparentam ser um aliciante alvo remunerador;

**H4:** A maioria dos autores neste tipo de crime atua em grupo durante o período noturno, em qualquer dia da semana durante todo o ano. Estes usam roupas escuras, luvas, e armas de fogo, entram nas residências através do arrobamento, amarram as vítimas, constringendo-as à entrega/subtração de coisas móveis alheias sob ameaça conjuntamente com a violência física;

**H5:** Atualmente, o crime de roubo a residência acontece significativamente em espaços rurais nas periferias dos centros urbanos.

## 1.6 Metodologia

O presente trabalho de investigação insere-se no âmbito das Ciências Sociais, e cumpre as orientações dadas pela AM<sup>4</sup> (2011), seguindo, igualmente, em caso de omissão, as normas *American Psychological Association* (APA). O procedimento contemplou um

---

<sup>4</sup> Conforme o disposto na NEP n.º 520/DE, de 30 de junho de 2011, da AM.

estudo de caso<sup>5</sup> nos limites de tempo, local, eventos e processos, com recurso a fontes variadas e a métodos de recolha diferentes.

Neste âmbito, a primeira fase consistiu um levantamento bibliográfico sobre a temática em causa, utilizando diversas fontes, com vista a aprofundar o conhecimento teórico e a materializar os objetivos do trabalho de investigação.

Posteriormente realizou-se o trabalho de campo, que assume um papel preponderante de toda a investigação. Inicialmente procedeu-se à recolha de dados em todos os Número Único de Identificação do Processo-Crime (NUIPC) relacionados com o crime de roubo a residência, no DTer de Loulé, durante o período de 2009 a 2013. Foram também realizadas entrevistas a entidades cujas funções estão relacionadas com esta temática. Seguidamente fez-se a análise quantitativa dos dados recolhidos, utilizando como recurso o *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). E por fim, em complemento, realizou-se a análise qualitativa das entrevistas, que permitiram acrescentar valor aos dados estatísticos.

## 1.7 Estrutura do Trabalho

A estrutura do presente trabalho de investigação está de acordo com as orientações da AM e articula-se em três partes fundamentais: a pré-textual, o texto e a pós-textual. A parte pré-textual é constituída por tudo o que antecede ao capítulo da introdução, iniciando-se na capa e terminando na epígrafe. A parte textual inicia-se com o Capítulo da Introdução à temática da investigação. Seguidamente contempla três capítulos de índole teórico, sendo eles: o “Capítulo 2 – A Prevenção à Criminalidade”, o Capítulo 3 – “O Roubo a Residência”, e o Capítulo 4 – “A Deslocação Criminal”. Posteriormente apresentam-se dois capítulos de carácter prático: “Capítulo 5 – Metodologia e Procedimentos”, onde é elencado como foi realizado o trabalho de campo, seguindo-se a apresentação, análise e discussão dos resultados no “Capítulo 6 – Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados”. Por fim, a parte pós-textual compreende os apêndices e os anexos, que visam complementar e ser um suporte elucidativo do trabalho.

---

<sup>5</sup> Consiste num método de investigação que permite um estudo holístico e significativo de um fenómeno atual no âmbito de um contexto real. (Yin, 2001 *apud* Vilelas, 2009).

## Capítulo 2

### A Prevenção à Criminalidade

*“Qualquer que seja a estratégia policial deve submeter-se à prevenção criminal.*

*Razão da existência das polícias, que garantem a ordem pública”*

Silvério

#### 2.1 Políticas de Segurança Pública e a Prevenção Criminal

A Segurança é “um assunto de Estado, é também **um assunto de todos os cidadãos**. Ela não pode ser verdadeiramente eficaz se não for também preocupação de cada um dos indivíduos que compõem a Sociedade” (Alves, 2010, p.27). Toda esta investigação tem como fim último um contributo para a Segurança, no entanto por restrição de análise, o conceito Segurança encontra-se em pormenor no Apêndice A.

O conceito de Segurança Nacional<sup>6</sup>, face às necessidades atuais<sup>7</sup>, compreende duas vertentes, a Defesa Nacional<sup>8</sup> e Segurança Interna (SI), que “não devem ser entendidas como sectores estanques e individualizados” (Branco, 2010).

A SI é uma “atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade

---

<sup>6</sup> “Segurança Nacional corresponde à condição da Nação que se traduz na permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e Liberdade. A Segurança Nacional deve, assim, assegurar a soberania, a independência, a unidade, a integridade do território, a salvaguarda coletiva de pessoas, bens e valores, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas” (IDN, 1997, *apud* Branco, 2010, p.31).

<sup>7</sup> Atualmente o ambiente internacional é composto por um “largo espectro de ameaças e riscos”, e Portugal faz parte de um conjunto de organizações (OSCE, OTAN, EU) que combatem essas mesmas ameaças (Branco, 2010, p.31).

<sup>8</sup> “Defesa Nacional é conjunto de medidas tanto de carácter militar como político, económico, social e cultural que, adequadamente coordenadas e integradas, e desenvolvidas global e sectorialmente, permitem reforçar a potencialidade da Nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todos os tipos de ameaça que, diretamente ou indiretamente, possam pôr em causa a Segurança Nacional” (IDN, 1997, *apud* Branco, 2010, p.31).

democrática”, conforme previsto no n.º 1 do art.º 1º da Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto, que aprova de Lei de Segurança Interna (LSI).

A sociedade atual exige que os atores políticos sejam capazes de dar resposta aos novos desafios, e de aumentar o sentimento de segurança. Portanto, a atividade política, vocacionada para tal, cria políticas públicas<sup>9</sup> de segurança quando é identificado um problema que necessita de ser resolvido (Howlett *et al.*, 2009).

Nesta temática, é comum a confusão entre as políticas públicas de segurança e as políticas de segurança pública. Segundo Oliveira (2002, p.47), as “Políticas públicas de segurança é a expressão que engloba as diversas ações, governamentais e não-governamentais, que sofrem impacto ou causam impacto no problema da criminalidade e da violência” e as “Políticas de segurança pública é a expressão referente às atividades tipicamente policiais”.

As políticas públicas em geral compreendem, entre outras, as políticas públicas de segurança, que por sua vez, englobam as políticas de segurança pública. No entanto não se deve confundir os vários níveis de decisão política, pelo que, as políticas públicas de segurança são implementadas pelo Governo<sup>10</sup> a fim de garantir a proteção da sociedade e a prevenção de comportamentos antissociais, através de instituições que contêm serviços apropriados para assegurar o bem-estar coletivo (Mascarenhas, 2011). As políticas de segurança pública, por sua vez, segundo Valente (2007), visam a prevenção de danos sociais e em especial a prevenção criminal, que é um dos instrumentos para garantir a segurança pública.

Com o propósito de criar condições de segurança, o sector político, nomeadamente o Governo, com principal esforço do Ministro da Administração Interna<sup>11</sup> (MAI), toma medidas estratégicas que versam no estabelecimento de normas, na implementação de recursos humanos e materiais, bem como, na definição de procedimentos. Segundo a pirâmide de Beaufre (Ver Anexo B), ao nível da estratégia total, uma das responsabilidades do Primeiro-Ministro é definir os objetivos governamentais através do Programa do Governo Constitucional. Os Ministérios, a um nível inferior, definem estratégias gerais, que no caso do MAI consistem na formulação de políticas de SI. Por sua vez, as FSS têm

---

<sup>9</sup> Segundo Mény e Thoenig *apud* Oliveira (2006, p.75), a política pública pode ser definida como o “produto da atividade de uma autoridade investida de poder público e de legitimidade governamental (...) que se apresenta sob a forma de um programa de ação governamental num sector da sociedade ou num espaço geográfico e faz intervir todo um conjunto de atores, tais como, a educação, a segurança, as autarquias”.

<sup>10</sup> Responsável pela condução da política geral do país e órgão superior da Administração Pública, de acordo com o art.º 182.º e o art.º 188.º, ambos da Constituição da República Portuguesa (CRP).

<sup>11</sup> Conforme o art.º 201.º, n.º 2, al. a), da CRP, cada Ministro é responsável pela execução da política definida para os seus Ministérios.

por base a implementação e a condução de estratégias particulares a fim de alcançarem os objetivos políticos fixados. (Silvério, 2011).

Assim, neste último nível estratégico, são definidas as principais medidas de ação, que consistem na prevenção (evitar que a ameaça<sup>12</sup> se concretize, ou pelo menos minimizar o risco<sup>13</sup>); na vigilância (observação e manutenção da ordem); na proteção (limitação dos prejuízos); na intervenção (resposta e neutralização da ameaça procurando salvar alvos); e na recuperação (retoma do normal funcionamento de um determinado ambiente) (Alves, 2010, p.49).

No entanto, é importante também mencionar que a polícia por si só, não consegue resolver todos os problemas da criminalidade por razões multicausais. Deste modo, a sua compreensão requer uma análise interdisciplinar e participativa da sociedade civil. O principal objetivo é a identificação das responsabilidades específicas e das formas de resposta possíveis, perante as principais causas ou contextos facilitadores da violência e da consumação do crime. Tais fenómenos são por exemplo: o caos urbano; os problemas económico-financeiros, educacionais e culturais; o atual funcionamento do sistema judicial; a descrença nas instituições; a comunicação social, os facilitadores da violência, como a droga e as armas; etc. (Oliveira, 2002).

A evolução das políticas públicas têm vindo a comprovar uma integração progressiva de medidas no âmbito da segurança, inspiradas na prevenção, na proximidade e nas parcerias, entre outras. A prevenção é um “conjunto de medidas cuja intenção é minimizar as infrações, sejam de natureza criminal ou outros e sobretudo quando ocorram antes da prática do ato delinquente” (Oliveira, 2006, p. 79). Desta forma, pode-se afirmar que esta constitui uma alternativa em oposição à repressão, porque é mais importante detetar as ameaças, neutralizando-as, do que punir as ilicitudes (Serrano, 2006 *apud* Alves, 2010).

O diploma n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprovou a Lei-quadro da Política Criminal, explana que a condução da política criminal deve compreender “a definição de objetivos, prioridades e orientações em matéria de prevenção da criminalidade, investigação criminal, ação penal e execução de penas e medidas de segurança”.

---

<sup>12</sup> “Qualquer vetor potencial de danos não localizado e impreciso” (Alves, 2010, p.47).

<sup>13</sup> É a probabilidade de a ameaça se concretizar, que resulta de uma análise detalhada da mesma (Alves, 2010, p.47).

## 2.2 Tipos de Prevenção Criminal

As duas décadas passadas foram primordiais para o desenvolvimento de diversas abordagens sobre a prevenção da criminalidade, com base numa intensa pesquisa e avaliação. Neste contexto, nasceram e cresceram diversos mecanismos de prevenção: mecanismos de intervenção social, mecanismos de tratamento individual, mecanismos situacionais e mecanismos de policiamento e justiça penal (Tilley *apud* UNODC, 2010).

Segundo Walker e Shinn *apud* Amaro (2008), no espaço das ciências sociais, o conceito de prevenção divide-se em três categorias quanto à sua calendarização, definidas da seguinte forma: a prevenção primária, que assenta num conjunto de ações ou medidas tomadas para evitar a violência ou que ocorra determinado tipo de crime; a prevenção secundária, que versa no processo de intervenção após o fenómeno criminológico, de forma a diagnosticar o problema e a encontrar uma solução adequada; por fim, a prevenção terciária que consiste na recuperação do criminoso proporcionando condições para a sua reintegração na sociedade, como na recuperação da vítima que foi alvo do crime.

Em 2010, o Escritório das Nações Unidas da Droga e o Crime (UNODC), concomitantemente com diversos especialistas sobre a temática, elaboraram um manual<sup>14</sup>, *Handbook on Crime Prevention Guidelines*, que agrupa diversas abordagens quanto à prevenção criminal em quatro categorias principais:

- **Prevenção social** – inclui um vasto conjunto de programas que promovem o bem-estar das pessoas através de medidas sociais, económicas, educacionais, e de saúde com especial ênfase para as crianças e os jovens. Pretende também sinalizar fatores de risco associados ao crime e à vitimização, e intervir no sentido de desenvolver ou recuperar as capacidades sociais no seio familiar;
- **Prevenção comunitária ou local** – assenta num conjunto de programas em que o objeto são as áreas onde o risco de atividades criminosas é elevado. Estes programas visam alterar as condições locais que incitam o sentimento de insegurança com base nas iniciativas, perícias e dedicação dos diversos membros da comunidade local;
- **Prevenção situacional** – compreende medidas direcionadas para crimes específicos, como por exemplo o roubo, cujo objetivo fundamental é a redução das oportunidades para a sua consumação, ou seja, aumentar os riscos e diminuir os benefícios. Estes programas consistem em providenciar assistência e informação às

---

<sup>14</sup> O manual é uma das ferramentas práticas desenvolvidas pelo UNODC, que presta apoio aos países na implementação de medidas e de normas de prevenção ao crime e à justiça criminal.

vítimas, tanto para as potenciais como atuais, bem como, pretendem a gestão e manipulação do ambiente circundante de uma forma constante e estável. A estratégia situacional subdivide-se em cinco técnicas principais de medidas situacionais: as que aumentam os esforços ao infrator; as que aumentam os riscos ao infrator; as que reduzem os benefícios aos infratores; as que reduzem o incentivo à ofensa; e as que afastam qualquer desculpa pela ofensa (Ver Anexo C).

- **Prevenção através da reintegração** – refere-se a todos os programas que trabalham com os indivíduos cujo sistema de justiça criminal condenou, a fim de lhes proporcionar competências positivas para a vida e trabalho, treino e educação, de forma a tenta-los reintegrar na sociedade (UNODC, 2010, pp.12-16).

Estas quatro grandes categorias providenciam opções valiosas a curto e a longo prazo para os problemas do crime, no entanto, cada uma tem as suas vantagens e desvantagens. Deste modo, deve-se aplicar as diversas abordagens sinergicamente integradas num plano equilibrado e estratégico em determinado contexto específico (*idem*).

As abordagens de prevenção criminal mencionadas “podem levar a função polícia a ocupar uma posição chave, coordenando as ações de várias entidades públicas e particulares envolvidas, no âmbito local, uma vez que o seu pessoal se constitua como o grupo mais importante e mais ativo no processo” (Alves, 2008, p.173).

### 2.3 Modelos de Policiamento

A atividade de policiamento<sup>15</sup> assenta num conjunto de processos existentes numa sociedade, tendentes a satisfazerem necessidades específicas relacionadas com o controlo e regulação social (Ratcliffe, 2008). Hoje, torna-se crucial que essas mesmas atividades para além de reativas sejam essencialmente preventivas. Desta forma, procura-se nas estratégias organizacionais a “redução da criminalidade e o aumento do sentimento de segurança (...) através do estabelecimento de parcerias, para que a população se sinta parte integrante da resolução de problemas” (Inácio 2010, p.72). Os modelos de policiamento têm vindo a ser objeto de modificação e reflexão intensa ao longo dos últimos anos, muito devido à premência de encontrar uma resposta adequada às novas exigências da realidade social, cultural e criminal.

---

<sup>15</sup> A noção de modelo de policiamento implica, necessariamente, a materialização de uma dada estratégia policial no qual são selecionadas determinadas táticas e técnicas policiais padronizadas (Fernandes, 2004).



### 2.3.1 Policiamento Comunitário e Policiamento de Proximidade

A cooperação entre a polícia e a comunidade é uma estratégia cujo “aparecimento remonta à Polícia Metropolitana de Londres, fundada por Robert Peel em 1829”. No entanto, a “ maior parte dos Estados da Europa continental só enveredaram por este novo modelo nos anos noventa ” (Goldestein et al., 1990 *apud* Oliveira, 2006, p. 119).

Para Skogan (1998, pp.113-114), a polícia comunitária, é algo mais que um plano tático, “implica a reforma de processos de tomada de decisão e a emergência de novas culturas no seio das forças policiais”. A consecução deste propósito assenta num conjunto de princípios, ou seja, na “descentralização organizacional e na reorientação das patrulhas, com vista a facilitar a dupla comunicação, entre a polícia e o público; pressupõe uma orientação virada para uma ação policial, concentrada na resolução dos problemas; obriga os polícias a estar atentos às solicitações dos cidadãos; ajudar os bairros a resolver por eles próprios os problemas de delinquência, devido às organizações de proximidade e aos programas de prevenção do crime”(idem).

Estes princípios, segundo (Alves, 2008, p.175), “pressupõem uma larga variedade de programas, como abertura de pequenos postos locais, estudos para identificar os problemas da área, reuniões e seminários sobre a prevenção do crime, publicação de boletins de informação, formação de grupos de vigilâncias da área, instituição de comissões consultivas de habitantes locais para apoiar a polícia, organização de atividades para jovens, projetos educativos, campanha nos média, patrulhas a cavalo, colaboração com diversos serviços municipais para manter em vigor os regulamentos de saúde e de segurança, etc.”.

O modelo policiamento de proximidade teve as suas origens em França nos anos oitenta, com o objetivo de prevenir a pequena criminalidade. Para tal, tomaram-se medidas de “ intensificação da presença policial na via pública e de desenvolvimento do *îlotage* (individualização operacional de agrupamentos ou células, com atribuição do seu patrulhamento a agentes apeados, especializados<sup>16</sup> e permanentes) ”. A polícia passou a envolver-se de uma maneira mais “próxima” com os cidadãos, desenvolvendo ações de natureza preventiva, bem como intervindo nas políticas locais (Alves, 2008 p.179).

O Policiamento de Proximidade assenta “num elo de confiança e de conhecimento mútuo entre as Forças Policiais e os cidadãos” (Coelho,1998, p.23). Este “elo” desenvolve-

---

<sup>16</sup> A “especialização” aludida pode resultar em formação específica dos agentes, como da realização de programas especiais.

se numa dimensão espacial, temporal e relacional, que consiste: na identificação das especificidades do local; nos aspetos organizacionais da polícia e no exercício da sua própria função, para determinado período de tempo; na qualidade do serviço, permitindo que a ação policial seja baseada no princípio da legalidade e na dignidade da pessoa humana, tendo por referências as expectativas da população (Oliveira, 2006).

Ambos os modelos procuram aproximar a polícia do cidadão, ou seja, trabalham de uma forma proactiva com as comunidades locais e outros parceiros. Portanto, os elementos chave desse tipo de policiamento são o envolvimento comunitário, a orientação no sentido de resolver os problemas, e a descentralização. Este panorama implica que as estruturas policiais necessitam de ser menos hierárquicas, possibilitando a flexibilidade para a tomada de decisões aos níveis inferiores, bem como trabalhar com governos locais, outros parceiros e a comunidade desenvolvendo respostas proactivas em vez de reativas aos problemas do crime (UNODC, 2010). Por outro lado, o Policiamento de Proximidade dirige-se “a um determinado segmento de população ou lugar (bairros sensíveis), recorrendo muito a programas especiais (com ou sem parcerias)”, enquanto o Policiamento Comunitário é “direcionado particularmente para o local (bairro, seja ele qual for), com maior recurso a parcerias, fruto da dispersão territorial administrativa já consolidada” (Barradas, 2011, p.17).

No entanto, face a estes modelos, seria irónico dizer que os mesmos resolveriam todos os problemas. De facto estes dependem das características intrínsecas de cada local e da unidade policial aí existente, ou seja, não existe um padrão rígido (Costa, 2002). Estes modelos não pretendem substituir o modelo tradicional meramente reativo, mas sim complementá-lo, uma vez que são indissociáveis (Copeto, 2011).

### **2.3.2 Policiamento Orientado para os Problemas**

A estratégia Policiamento Orientado para os Problemas (POP) pretende identificar e resolver os problemas no seio da comunidade, que normalmente chamam a atenção da polícia por serem acontecimentos perturbadores. Esta ideia surge na sequência da obra de Goldstein (1990) e do trabalho do *Police Executive Research Forum*, conduzido por Eck e Spelman (1987) e Spelman e Eck (2000).

Goldstein (1990) conclui na sua obra que se verificaram evoluções na implementação desta estratégia, tendo em conta os seguintes aspetos: o policiamento consiste em lidar com vários problemas para além do crime, e que os mesmos estão inter-

relacionados; cada problema requer uma resposta diferente, e que a lei criminal não é a única solução; a polícia pode ter melhores resultados na prevenção do que simplesmente responder aos incidentes, que são meras manifestações do problema; uma resposta efetiva a um problema requer uma análise prévia; e a polícia deve ter um papel de encorajar a comunidade a preservar as suas normas de comportamento, em vez de apenas assumir uma posição repressiva.

Para ajudar os agentes a considerar e utilizar o POP, Eck e Spelman (1987) criaram um mecanismo conceptual estruturado e disciplinado com o objetivo de resolver os problemas. Este mecanismo é designado pelo acrónimo SARA, que consiste em quatro etapas:

- **Scanning** – identificação do problema, bem como as consequências deste na comunidade;
- **Analysis** – recolha e análise de todos os dados relevantes sobre o problema, através do conhecimento prático e das tecnologias de informação com o objetivo de encontrar medidas preventivas. Neste contexto, o *Problem Analysis Triangle* é um recurso muito útil para ajudar a polícia nesta etapa (Ver Anexo D);
- **Response** – trabalhar com a comunidade, quando necessário e possível, para encontrar a solução, e implementar atividades específicas para resolver o problema;
- **Assessment** – verificar e avaliar se os esforços desenvolvidos pela ação da polícia foram bem-sucedidos, e identificar novas formas de resolver o problema.

Em suma, o POP pode possibilitar a diminuição do número de ocorrências, o que permite uma maior confiança na polícia, bem como o aumento do sentimento de segurança pela comunidade, que por sua vez também fazem parte da solução.

### 2.3.3 *Intelligence-Led Policing* – Policiamento Orientado pelas Informações

A estratégia de policiamento *Intelligence-Led Policing* (ILP), ou Policiamento Orientado pelas Informações teve origem no *Kent Police* (UK), em meados anos 90, como resposta a um aumento acentuado de crimes contra o património, nomeadamente roubos e furtos de e em veículo (Moleirinho, 2014, p. 12).

Segundo Alves (2008, p.134), “Uma polícia mal informada é uma polícia paralisada”. No âmbito da prevenção, para que esta se concretize, é necessário um bom

conhecimento<sup>17</sup> do ambiente criminal (Ver Anexo D), para que se antecipe medidas de segurança preventivas e de proteção por forma a evitar ou minimizar os danos.

O ILP é uma estratégia de policiamento proactiva e preditiva, que assenta num modelo de ação e de gestão filosófica, onde a análise de dados e as informações criminais são importantes para um processo de tomada de decisão que auxilie a prevenção, a redução e o afastamento da criminalidade, através de medidas de combate e gestão eficazes sobre perigosos potenciais autores do crime (Ratcliffe, 2008, p. 89).

Para uma melhor compreensão de como a prevenção e a redução do crime podem ser alcançadas num ambiente de ILP, Ratcliffe (2008), criou um esquema conceptual simplificado e intitulado de “modelo 3i” (Ver Anexo E). Este conceito refere que face a um ambiente criminal, os analistas interpretam-no através da recolha de dados, e posterior tratamento resultando em informações. Por sua vez, estas ficam disponíveis aos decisores/comandantes de modo a influenciar a tomada de decisão, que em tempo oportuno criará impacto no ambiente criminal. Desta forma, pode-se afirmar que “o grande objetivo do ILP consiste em proporcionar ao comandante uma visão estratégica dos problemas da criminalidade na sua zona de ação, para que consiga, assim, alocar recursos para as prioridades criminais identificadas pela análise” (Moleirinho, 2014, p.15).

## 2.4 Síntese Conclusiva

A prevenção à criminalidade consiste num conjunto de medidas cujo objetivo é diminuir o risco das possíveis ameaças. Para tal, em matéria de segurança interna, os vários níveis de decisão implementam constantemente políticas públicas, a fim de garantir a proteção da sociedade e a prevenção de comportamentos antissociais.

Neste contexto, existem vários tipos de prevenção, a social, a comunitária, a situacional e a repressiva, entre outras, nas quais as FFSS podem ter um papel a desempenhar juntamente com diversas entidades através de diversas medidas, como por exemplo as estratégias de policiamento.

Estas estratégias procuram a recolha de informações e o envolvimento comunitário, a orientação no sentido de resolver os problemas, e a descentralização.

---

<sup>17</sup> Consiste numa “relação direta que se tem com algo”, através de uma representação mental do objeto e que implica a experiência, a consciência e a perícia (Alves, 2013, p.81).

## Capítulo 3

### O Crime de Roubo a Residência

*“One of the more frightening and potentially dangerous crimes that can occur to a family is a home invasion robbery. It is particularly frightening because it violates our private space and the one place that we think of as our sanctuary.”*

Chris McGoe

#### 3.1 A Escolha Racional, as Atividades Rotineiras e os Padrões Criminais

Para a construção de uma análise da prevenção criminal, importa definir o que é o crime<sup>18</sup>, que segundo o Código de Processo Penal (CPP) português, na alínea a) do art.º 1.º, é definido como “o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais<sup>19</sup>”. Por outro lado, no âmbito sociológico, a definição de crime não deve ser só analisada dentro do espectro da lei. Este comportamento é um processo histórico, que para além de estar intimamente ligado às normas penais, ele evolui conceptualmente de acordo com os significados mutantes das relações humanas e sociais (Sani e Matos, 1998).

Existem várias abordagens teóricas sobre crime, no entanto, apenas serão abordadas algumas teorias no âmbito da oportunidade e do padrão, importantes para o enquadramento deste trabalho. A prática do crime baseia-se na escolha racional entre os custos e os benefícios (Jeffery e Zahm, 1993), e estas teorias defendem que o comportamento criminal é refletido na exploração de oportunidades perante as vítimas e os alvos disponíveis (Fattah, 1993). Claramente relacionadas, as teorias no campo da oportunidade são as teorias da Escolha Racional e a das Atividades Rotineiras (Felson e Clarke, 1998).

---

<sup>18</sup> Mas, ainda antes, importa referir um outro conceito que é o desvio, definido “como o que não está em conformidade com determinado conjunto de normas aceite por um número significativo de pessoas de uma comunidade ou sociedade”. No entanto, desvio e crime não são a mesma coisa, ou seja, o desvio pode ser interpretado de forma mais abrangente, e o crime consiste num comportamento sancionado pelas normas legais em vigor numa determinada sociedade (Giddens, 2008, p. 205).

<sup>19</sup> Segundo o Código Penal português (Decreto Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro), as penas e as medidas de segurança visam a proteção de bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade. No entanto as medidas de segurança são apenas aplicáveis a inimputáveis em razão de anomalia psíquica. As penas podem ser de multa ou de prisão.

Na Teoria da Escolha Racional, o comportamento criminal em larga medida é racional, ou seja, há uma ponderação entre as consequências positivas e as negativas, sendo que o crime só ocorre quando este for assumido pelos autores<sup>20</sup> como algo vantajoso. Para tal, estes têm em consideração os determinados pressupostos que envolvem a avaliação da oportunidade que são: o benefício pessoal; as decisões a tomar; o tempo disponível; e a sua aptidão (Clarke e Cornish, 1985)

A Teoria das Atividades Rotineiras compreende o facto de que o crime resulta da convergência de três elementos no tempo e no espaço (Ver Anexo F). Estes elementos são a presença de um potencial ofensor, a presença de um alvo oportuno, e a ausência de um guardião<sup>21</sup> que impeça a prática do crime (Cohen e Felson, 1979). Esta teoria é entendida como um subconjunto da teoria da oportunidade, na medida em que, o evento criminal advém do produto das oportunidades que resultam das ações quotidianas, onde a probabilidade de ser uma vítima do crime aumenta quando os três elementos convergem no tempo e no espaço (Kennedy e Baron, 1993).

A Teoria dos Padrões Criminais fundamenta que os crimes não são aleatórios, ou seja, não se distribuem ao acaso pelo tempo e pelo espaço. Desta forma, estes ocorrem numa determinada situação, num determinado local perante um conjunto de variáveis não estáticas que influenciam a motivação do comportamento criminoso. Estas variáveis estão relacionadas com o ambiente criminal, associadas à oportunidade, que por sua vez influenciam a seleção de locais do crime (Brantingham e Brantingham, 1991).

Para compreender melhor o vínculo entre o crime e a oportunidade, Felson e Clarke (1998) delinearão um conjunto de princípios. Estes referem que as oportunidades: desempenham um papel elementar nas consequências do crime; são muito específicas, ou seja, os motivos, os riscos, as recompensas e as técnicas variam; estão concentradas no tempo e no espaço; e que dependem dos movimentos e das ações diárias das vítimas. Referem ainda que a prática de um crime produz oportunidades para outros crimes e que a prevenção do crime focalizada na oportunidade pode reduzir significativamente a taxa de criminalidade.

Ainda no campo das medidas preventivas, estas não devem ser estáticas, porque segundo Brantingham e Brantingham (1991), quer os autores criminais, quer as oportunidades criminais não são uniformes no tempo e no espaço.

---

<sup>20</sup> Autores da prática de crime, ou seja, quem pratica a criminalidade.

<sup>21</sup> O guardião não é necessariamente um elemento da polícia ou um segurança, mas sim qualquer indivíduo cuja presença ou a proximidade desencoraje a prática de um crime (Cohen & Felson, 1979).

### 3.2 Caracterização do Tipo Legal Roubo

O facto de ser um tipo legal com significado próprio e pena independente, “o **roubo** não é mais do que um furto qualificado em função do emprego de violência, física ou moral, contra pessoa, ou da redução desta, por qualquer modo, à incapacidade de resistir”. Há vários elementos do furto e do roubo coincidentes, ambos têm como objeto a “subtração de coisa móvel alheia<sup>22</sup>”, no entanto, o roubo caracteriza-se especialmente pela sua gravidade ao ser “acompanhado de ofensa ou ataque” (Leal-Henriques e Santos, 2000, p. 740). Os crimes, roubo, furto e outros mencionados neste capítulo encontram-se explanados no DL n.º 400/82 de 23 de setembro, Código Penal (CP), alterado e republicado pela Lei n.º 19/2013 de fevereiro <sup>23</sup>.

O crime de roubo é um tipo legal violento e grave, ou seja, “ (...) refere-se aos crimes em que existe evidente perigosidade social, manifesto recurso à força ou à ameaça do uso da força (ou de qualquer outra forma violenta de coação), bem como aos crimes que podem suscitar, num determinado contexto socio-histórico (mais ou menos alargado) particular alarme social ou formas agravadas de censura pública, reprovação generalizada ou alimentar sentimentos de insegurança.” (Machado et al., 2009 *apud* Valente, 2011, p.98).

#### 3.2.1 O Bem Jurídico em Causa

O roubo é um crime complexo<sup>24</sup>, que ofende os bens jurídicos patrimoniais (o direito de propriedade e de detenção de coisas móveis), mas por outro lado também ofende os bens jurídicos pessoais (a liberdade individual de decisão, a liberdade de movimentos, a integridade física e até a própria vida). É de se sublinhar que a ofensa aos bens pessoais aparece como o meio para a obtenção dos bens patrimoniais. Deste modo, o “furto é o crime-fim do roubo” através da coação, visto que a vítima é constrangida<sup>25</sup> a permitir a subtração (Cunha, 1999, p.160).

---

<sup>22</sup> Segundo o art.º 205.º do Código Civil, coisa móvel é toda a coisa que não se integra na esfera das coisas imóveis. Assim a subtração de coisa móvel alheia consiste na apropriação de coisa móvel de outrem sem o consentimento do mesmo (Gonçalves, 2004).

<sup>23</sup> Para compreender o enquadramento legal dos mesmos, deve consultar o Anexo G.

<sup>24</sup> Os crimes complexos caracterizam-se por integrarem dois ou mais elementos constitutivos de tipos de crimes.

<sup>25</sup> Constranger significa coagir, obrigar, pressionar alguém a realizar ou não realizar uma determinada ação contra a sua própria vontade, ou ainda colocada na impossibilidade de decisão (Cunha, 1999, p.165).

A complexidade deste tipo legal caracteriza-se também por consumir outros tipos legais, o **furto**, a **ameaça**, a **coação** e o **sequestro**. A razão do roubo consumir o furto, consiste no facto de o objeto ser o mesmo. No entanto, o roubo difere do furto, porque abrange o crime de coação, e por sua vez o crime de coação abrange o crime de ameaça. De uma forma genérica, o medo, a inquietação ou a impossibilidade de exercer a liberdade de determinação são o objeto da ameaça, no entanto, o roubo apenas abrange a “ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física”. O crime de coação implica o “constrangimento, por meio de violência ou de ameaça, a uma ação, omissão, ou a suportar uma atividade”. No roubo a vítima é constrangida pelos meios violência, ameaça, ou ainda da colocação na impossibilidade de resistir (*idem*).

Quando a privação da liberdade é indispensável para subtrair coisa alheia, pode-se afirmar que o roubo consome o sequestro. Porém, se a privação da liberdade persistir no tempo depois da consumação do roubo, estamos perante o concurso<sup>26</sup> de dois crimes distintos (ac. STJ de 18 de abril de 2002; *CJ, Acs. do STJ*, X, tomo 2, 178, *apud* Gonçalves, 2004, p. 711).

O crime de roubo, pode ainda, abranger o crime de **ofensas corporais simples**, o crime de **ofensas corporais graves** e mesmo até o **homicídio negligente**. Isto acontece quando se utiliza o meio de coação violência física. Nos casos que resultam a morte, o roubo só consome o homicídio negligente, no entanto, se o homicídio for com dolo<sup>27</sup> comete-se concurso de crimes (Gonçalves, 2004, p.704).

### 3.2.2 Meios para a Subtração

No crime de roubo, segundo Cunha (1999, p.164), o sujeito passivo pode ser outra pessoa para além do proprietário. Ora, esta situação acontece quando o bem está na detenção de outrem, ou quando um terceiro presta ajuda ao proprietário/detentor. Este conceito é ainda alargado às situações em que um indivíduo ameaça ou emprega violência a um terceiro, constrangendo o proprietário à entrega/subtração do bem, devido à relação de “proximidade existencial” entre ambos.

No n.º 1 do art.º 210.º do CP estão especificados os meios para a subtração ou entrega de coisa móvel alheia. Esses três meios são: a “violência contra uma pessoa, a

---

<sup>26</sup> Conforme o art.º 30.º do CP, o concurso de crimes consiste na infração de mais que um tipo legal.

<sup>27</sup> O dolo é um dos elementos do crime, e consiste na intenção de realizar algo ilícito, apesar de se ter consciência disso. No caso do tipo legal roubo, o ofensor tem em mente o que vai fazer, sabe os riscos que corre, daí o roubo ser sempre um crime doloso (art.º 13.º do CP).



ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física ou pondo-a (vítima) na impossibilidade de resistir”.

O conceito violência não é muito linear, existem várias abordagens, por exemplo, Matias (1978, p. 14) define a violência como o “emprego de meios de ação que atacam a integridade física, psíquica ou moral da pessoa de outrem”. Deste modo, pode-se afirmar que a violência subdivide-se em violência física e violência psíquica. Em relação ao uso de força física, não se levantam grandes questões. No entanto, face ao conceito amplo de violência, a violência psíquica, no caso do roubo, consiste na ameaça com perigo iminente para a vida ou integridade física. Só que ainda existe outro meio, a “colocação na impossibilidade de resistir”. Na realidade os outros meios, violência e ameaça, deixam a vítima na impossibilidade de resistir. Ora, aqui o legislador pretende englobar “os meios em relação aos quais pudessem surgir dúvidas e eventuais lacunas quanto a sua inclusão nas outras categorias, meios sub-reptícios de constranger a vítima, privando-a da capacidade de ação e decisão, quando não da própria capacidade de movimentos”. Ou seja, por exemplo situações que envolvam a hipnose, a droga, o álcool, a limitação física da vítima, entre outras (Cunha, 1999, pp.166-171).

### 3.3 O Roubo a Residência

Atualmente não existe uma definição formal em Portugal sobre o conceito roubo a residência<sup>28</sup>, no entanto, segundo o manual de preenchimento da Direção-Geral da Política da Justiça (DGPJ), o roubo a residência “implica sempre a subtração de bens do interior de uma residência e/ou anexos por meio de violência ou ameaça, com ou sem o emprego de uma arma”.

As características do roubo a residência são semelhantes a qualquer outra forma de roubo, cujo objeto é a subtração de coisa móvel alheia através do constrangimento. No entanto, diferencia-se pelos seguintes factos: a existência de uma entrada não autorizada e/ou forçada; uma multiplicidade de bens jurídicos em causa (dinheiro, bens, danos materiais nas habitações, danos psicológicos, a integridade física ou mesmo a morte); a facilidade no emprego de violência, uma vez que o incidente ocorre em espaços privados e, portanto menos visível (Heinonen e Eck, 2012).

---

<sup>28</sup> No âmbito deste trabalho, o conceito de residência é todo o lugar passível de ser habitado.

### 3.3.1 Características dos Elementos no Crime de Roubo a Residência

Num mesmo ambiente existe um conjunto de fatores que inter-relacionados de uma forma dinâmica contribuem para a consumação do crime. Porém uma análise minuciosa pode revelar situações únicas que contribuem para a resolução, embora nenhum fator é completamente responsável pelo problema. Segundo o triângulo de análise do crime de Cohen e Felson (1979), de uma forma geral, o roubo a residência ocorre quando os infratores motivados encontram vítimas adequadas, depois de terem analisado as rotinas diárias dos ocupantes, o local e o melhor horário (Ver Anexo H).

#### 3.3.1.1 Autores do Crime

A maior parte dos autores que praticam o roubo a residência, são jovens sem grandes níveis de educação, desempregados, atuando em grupo, e que normalmente cometem outros tipos de crimes contra a propriedade. Estes autores planeiam e por vezes treinam os procedimentos a tomar no local do crime. Eles escolhem as vítimas sobre quem têm informação privilegiada e, muito antes do roubo, monitorizam-nas ou falam com outras pessoas que conhecem as suas rotinas. Ainda no planeamento há uma preocupação com a forma de acesso à habitação, as medidas de segurança a tomarem, bem como, a informação das possíveis recompensas<sup>29</sup> (Newham, 2010 *apud* Heinonen e Eck, 2012).

O acesso ao interior da residência depende das características dos outros elementos. Para tal, os autores utilizam vários métodos que podem ser: uma entrada rápida com ou sem arrombamento, escalamento ou chaves falsas (Ver Anexo G); o uso de uma história de cobertura para enganarem vítimas, permitindo a entrada sem demonstrar imediatamente a intenção de roubar (e.g. funcionários públicos, polícia, vendedores, etc.); tocar na campainha ou “bater à porta” até que a vítima a abra voluntariamente e nesse mesmo intervalo de tempo, os autores usam a força para empurrar e entrar na residência; ou esperar que a vítima saia ou chegue à sua residência de modo a ser abordada e coagida a entrar em casa e a indicar a localização dos bens (maioria das vezes com uma arma de fogo) (Kowalski, 1999 *apud* Heinonen e Eck, 2012).

---

<sup>29</sup> A maioria dos autores preferem apenas subtrair o dinheiro, porque depois podem gastar esse mesmo dinheiro e o risco de serem apanhados é relativamente menor. No entanto, não deixam de subtrair outros objetos, tais como obras de arte, eletrodomésticos, joias, roupas, alimentos e armas. (Newham, 2010 *apud* Heinonen e Eck, 2012).

O roubo a residência oferece aos autores vantagens especiais em relação ao “roubo de rua”. Ora, o “interior das casas oferece mais oportunidades”, no entanto exigem desafios especiais que aumentam o risco. Portanto, ainda no planeamento, os autores têm em consideração os meios de segurança dos outros elementos. (Mazzone, 1994 *apud* Heinonen e Eck, 2012).

### 3.3.1.2 Vítimas

A maioria das vítimas de roubo a residência é selecionada pelos autores por apresentarem determinadas características favoráveis à prática do ilícito. Uma das características fundamentais das vítimas é a posse de dinheiro e de outros bens luxuosos nas suas casas (Newham, 2010 *apud* Heinonen e Eck, 2012). Os autores têm também em atenção, outras características que cumulativamente tornam o alvo mais apetecível e com menores riscos. Deste modo, os autores preferem vítimas: que sejam descuidadas, fáceis de abordar, de intimidar e de dominar; que preferem não resistir a um ataque; sem acesso a quaisquer meios de defesa como armas e cães de guarda; e que vivem ou estão muito tempo sozinhas. Normalmente, os idosos são a maioria das potenciais vítimas, por reunirem a maior parte destas características, o que as torna num alvo fácil (Kopel, 2001 *apud* Heinonen e Eck, 2012).

### 3.3.1.3 Locais e Horários

As residências são selecionadas mediante determinados fatores que, mais uma vez, contribuem para a prática do roubo. Os autores preferem as habitações com várias formas de acesso, ou seja, com vários pontos de entrada tais como portas traseiras e janelas, e se possível abertas (Hunter e Marshall, 2000 *apud* Heinonen e Eck, 2012). Preferem também residências com pouca ou nenhuma visibilidade para a vizinhança, bem como, sem recursos de segurança (alarmes, videovigilância, cercas, e cães), o que permite um melhor controlo da situação. Outro fator a ter em consideração é a rede de caminhos e estradas de acesso à residência com vista a permitir a fuga (Newham, 2010 *apud* Heinonen e Eck, 2012).

Alguns autores cometem o ilícito na área da sua residência pelo facto de conhecerem bem a mesma, mas depois viajam para conseguirem vender os bens

subtraídos. Outros viajam entre as cidades para encontrar alvos, mas nunca na área de residência, ou seja, praticam o roubo a residência em zonas exteriores (*idem*).

O momento da prática do crime pode variar de acordo com as preferências dos seus autores. Alguns preferem o período noturno, devido aos seguintes factos: as pessoas estão em casa e podem indicar onde estão os bens; os alarmes estão provavelmente desligados; as portas e as janelas podem estar desbloqueadas ou abertas; e a probabilidade de visitas é bastante reduzida (*idem*).

### **3.4 Programas na Prevenção à Prática do Crime de Roubo a Residência**

Hoje é uma realidade, a necessidade das FFSS prestarem um serviço de maior qualidade à sociedade. Deste modo, parte da atividade policial integra o modelo de policiamento de proximidade através de um conjunto de projetos, intitulado como programas especiais. Cada um destes projetos surgiu da necessidade de fazer face aos problemas em concreto de diferentes grupos da comunidade considerados vulneráveis ou de risco (Simão, 2009).

Atualmente existe uma panóplia de programas, na qual se insere o “Projeto Residência Segura” e o “Apoio 65 – Idosos em Segurança”. Entre os vários objetivos de cada programa (Ver Anexo I), um deles em comum é a prevenção à prática do crime de roubo a residência. Com o intuito de diminuir o sentimento de insegurança, instigado pela ocorrência deste crime, em termos estratégicos e de uma forma genérica, estes programas consistem na georreferenciação de residências, na incrementação de troca de informação entre a população e as FFSS, no contacto com idosos que vivem sozinhos e/ou em áreas isoladas, e no incitamento da prática de vigilância entre vizinhos (RASI 2013, 2014).

### **3.5 Síntese Conclusiva**

O roubo a residência é um crime complexo pela sua natureza violenta, que resulta da motivação racional, relacionada com a oportunidade resultante de um conjunto de variáveis, num determinado ambiente criminal. Os bens jurídicos em causa são vários, na qual a subtração de coisa móvel é o mais importante na perspetiva do autor criminal, e os outros são violados para a obtenção deste. Os diversos fatores característicos dos elementos de um ambiente criminal aumentam ou diminuem o “coeficiente de oportunidade”, e a prevenção neste domínio pode reduzir a taxa da criminalidade.

## Capítulo 4

### A Deslocação Criminal

“Analisar a criminalidade ao longo de uma série temporal, permite gerar conhecimento da evolução do crime e do contexto social em que este foi moldado, podendo responder estrategicamente e elaborar reflexões que permitam contrariar a associação entre crescimento, desenvolvimento e criminalidade”

Machado *et al.*

#### 4.1 Mudança Social Acelerada e a “Rurbanização”

As relações entre o local e o global são recentes, tendo este processo acelerado nos últimos quarenta anos devido a progressos incríveis no âmbito das comunicações, tecnologias de informação e dos transportes. A globalização<sup>30</sup> está a mudar a forma como o mundo se nos apresenta e a modo como observamos o mundo (Giddens, 2008).

Os meios rurais e urbanos, segundo Queiroz (1972), não podem ser estudados de forma separada, já que possuem relações de variadas formas e constituem uma só sociedade<sup>31</sup>. Uma das mudanças notáveis é a expansão acelerada do urbanismo<sup>32</sup> face a estes progressos, que tornaram possível “uma certa modernização do espaço social rural, implicando a adoção neste de modelos urbanos” (Alves, 2008, p.91). Este fenómeno é identificado por alguns sociólogos como “rurbanização”, e deste modo, as manchas tipificáveis de espaço social rural tendem a perder expressão (*idem*). Desta forma, surgem dois espaços associados a este processo, os subúrbios, “expansão urbana onde coexistem as baixas densidades e as altas densidades”, e a área periurbana (Ver Anexo J), que é uma “ocupação difusa e em extensão”, com uma descontinuidade do tecido construído e baixas densidades de ocupação (Leal da Silva, 2007, *apud* Louro, 2011, p.38).

Segundo Saraceno (2004), não existe apenas uma única maneira de interpretar as diferenças entre os espaços rurais e urbanos. Estas sustentam-se na natureza social, na

---

<sup>30</sup> A globalização traduz-se no facto de vivermos cada vez mais num único mundo, onde as nossas ações têm consequências para os outros e os problemas mundiais têm consequências para nós. (Giddens, 2008).

<sup>31</sup> Esta distinção deve ser considerada como um *continuum* e não como uma dicotomia (Smailes, 1966).

<sup>32</sup> A urbanização é o resultado da realização coordenada de obras de urbanização e de edificação, de eventuais trabalhos de remodelação dos terrenos e das operações fundiárias associadas (DGOTDU; 2009).

distribuição geográfica, na densidade populacional, na natureza cultural, no modo como estão distribuídas as populações e as cidades no território, no tipo de atividades predominantes (e.g. agricultura, indústria e serviços), entre outras. No entanto, não existe a nível global uma definição comum que satisfaça a todos, nem um órgão oficial empenhado nessa tarefa (e.g. ONU, OCDE, UE) (*idem*). Ainda neste contexto, também Madsen *et al.* (2010), refere que existe alguma dificuldade entre os teóricos de precisar conceitos que definam este limbo territorial com uma morfologia complexa, e altamente fragmentada. Face a este problema, nesta investigação considerou-se optar pela legislação regulamentar que estabelece os critérios e as categorias de qualificação do solo rural e urbano, aplicáveis a todo o território nacional, no âmbito das bases da política de ordenamento do território e de urbanismo (Ver Anexo K).

### 4.3 Deslocação Criminal

Segundo Felson e Clarke (1998), a criminalidade mediante a teoria do deslocamento criminal pode ser: direcionada de um local para outro (deslocamento geográfico); realizada de uma hora para outra (deslocamento temporal); e realizada longe de um alvo para outro (deslocamento de destino).

O fenómeno da deslocação relativa da criminalidade em Portugal é um facto, ou seja, hoje a criminalidade típica urbana do litoral faz-se sentir em regiões do interior, especialmente nas zonas raianas. Nos principais centros urbanos, verifica-se um processo de centrifugação da criminalidade em direção às áreas vizinhas, através de deslocações pendulares de criminosos nelas residentes (Pereira e Neves, 2005). Praticamente em todos os distritos, cada vez mais, se verifica a tendência da criminalidade divergir das áreas mais urbanizadas para áreas menos urbanizadas ou rurais. Esta situação merece uma análise profunda e descomplexada no sentido de se apurar as suas causas e efeitos, bem como o desenvolvimento de estratégias de atuação policial (*idem*).

### 4.4 Síntese Conclusiva

A criminalidade desloca-se no tempo e no espaço, sendo que face à acelerada e constante mudança social, esta tem-se manifestado para além das grandes densidades populacionais, nomeadamente para espaços em “rurbanização”. Este fenómeno leva a que seja necessário desenvolver novas estratégias de atuação policial.

## **Capítulo 5**

### **Trabalho de Campo — Metodologia e Procedimentos**

#### **5.1 Introdução**

A metodologia científica define-se como o “processo onde se aplicam diferentes métodos, técnicas e materiais (...) para a coleta de dados no campo” (Oliveira, 2005, p. 28). Após a revisão da literatura, importa agora, proceder à investigação de campo que é um “processo sistemático que permite examinar fenómenos com vista a obter respostas para questões precisas que merecem uma investigação.” (Fortin, 1996, p.17).

No presente capítulo, expor-se-á a metodologia de investigação, a caracterização da amostra e a apresentação dos instrumentos e técnicas que estiveram subjacentes ao estudo.

#### **5.2 Método de Abordagem**

No presente trabalho de investigação pretende-se estudar o crime de roubo a residências em ambiente urbano e rural, no concelho de Loulé durante os últimos cinco anos (2009 a 2013).

Como tal, realizou-se um estudo de caso, que pode ser definido como “um fenómeno de certa natureza ocorrendo num dado contexto” (Miles e Hberrman, 1994 *apud* Vilelas, 2009, p.141). Deste modo, os estudos de caso podem contribuir “para aumentar o entendimento de fenómenos sociais complexos.” (Freixo, 2011, p. 110). Denzin e Lincoln (2001) referem que o estudo de caso pode “ser definido temporalmente ou espacialmente, podendo, portanto, ser um fenómeno simples ou complexo, mas para ser considerado caso, precisa de ser específico (Vilelas, 2009, p.142). Nesta investigação, o fenómeno em causa é a problemática dos roubos a residências.

No âmbito académico, o estudo de caso é utilizado principalmente nas áreas do ensino das ciências sociais e humanas, e adequado para questões do tipo «como» e «porquê», levando à análise da evolução de um fenómeno ao longo do tempo (Yin, 2001 *apud* Vilelas, 2009, p.145). Neste contexto, estes estudos são “aprofundados e exaustivos

de um ou muito poucos objetos de investigação, o que permite obter um vasto e pormenorizado conhecimento dos mesmos, quase impossível de obter mediante os outros estudos alternativos” (Vilelas, 2009, p.145).

As conclusões, num estudo de caso, devem transcender as informações obtidas pela análise dos dados recolhidos nos trabalhos de campo efetuados (Hamel et al., 1993 *apud* Vilelas, 2009, p. 148). E como, um estudo de caso é um conceito global para um grupo de métodos de investigação (Adelman, Jenkins e Kemmis *apud* Bell, 2010), pode-se afirmar que vários métodos de recolha de informação possibilitam uma melhor concretização dos objetivos definidos.

Segundo Huot (2002), as hipóteses são respostas temporárias formuladas a partir de um problema de investigação e, naturalmente serão diferentes segundo o tipo de investigação a utilizar. Neste caso, as hipóteses conceptuais foram levantadas como possíveis respostas às questões, partindo de uma omissão de conhecimentos sobre a temática, ou seja, aplicou-se o método hipotético-dedutivo. A tarefa consiste em verificar a validade das hipóteses levantadas perante as questões do problema da investigação (Freixo, 2011).

Face aos objetivos definidos e perante a tarefa de confirmar ou refutar as hipóteses, houve a necessidade de recorrer ao método descritivo, que permite obter as características precisas das variáveis que estão relacionadas com o fenómeno que se pretende estudar. Este método serve também para aumentar o conhecimento sobre o problema. Deste modo, procedeu-se a uma pesquisa quantitativa, materializando-se na técnica de recolha e análise documental e, a uma pesquisa qualitativa concretizando-se através da técnica de aplicação de entrevistas. Uma análise sistemática do conteúdo das entrevistas em complemento da análise documental constitui uma melhor forma de testar as hipóteses de trabalho (Quivy e Campenhoudt, 2008).

### **5.3 Procedimentos e Técnicas**

A redação da investigação deverá possibilitar ao leitor, replicar os métodos, os procedimentos e as técnicas empregues na investigação. Deste modo, deve-se ter em conta a escolha das técnicas a utilizar, sendo que estas dependem, “na realidade, dos objetivos da investigação, do modelo de análise e das características do campo de análise” (Quivy e



Campenhoudt, 2008). Face a estas premissas, as formas de pesquisa e as técnicas utilizadas no estudo<sup>33</sup> consistiram na recolha e análise documental e nas entrevistas.

### 5.3.1 Recolha e Análise Documental

A recolha de dados é um recurso ao qual se pode recorrer para conhecer os fenómenos e, extrair deles a informação que depois de processada tem um valor inestimável. Porque desta, dependerá por certo a resolução ou não das questões inicialmente formuladas (Vilelas, 2009). A análise de dados documentais, segundo Bell (2010), serve na maioria das vezes para complementar a informação obtida através de outras técnicas. No entanto, em muitos tipos de investigação, como é o caso, constitui-se na técnica de pesquisa central.

Neste âmbito, para esta investigação, os dados recolhidos provêm de todos os processos-crime relativos aos roubos a residência perpetrados no concelho de Loulé durante os últimos cinco anos, ou seja, no período de 2009 a 2013.

A consulta e a organização dos dados recolhidos ocorreram no período compreendido entre 2 e 18 de junho do presente ano. Esta tarefa teve lugar no Ministério Público da Comarca em Loulé. No entanto, anteriormente recolheram-se todos os NUIPC relativos aos roubos a residência, para se ter acesso aos mesmos processos-crime. Nos casos investigados pela GNR, foram recolhidos através da consulta dos livros de registo de autos de notícia<sup>34</sup> por processos-crime<sup>35</sup>, e nos casos investigados pela PJ, foram recolhidos através de uma base de dados do Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC).

Após a identificação dos processos-crime, procedeu-se à recolha dos dados pertinentes em cada um, de forma individual, de forma exaustiva e sistemática com o intuito de obter toda a informação relevante para o estudo. Para tal, elaboraram-se previamente várias tabelas no programa *Microsoft Office Excel 2010*, que posteriormente foram introduzidas no SPSS para analisar e correlacionar esses mesmos dados.

---

<sup>33</sup> Conforme o disposto na NEP n.º520/DE, de 30 de junho de 2011, da AM.

<sup>34</sup> O art.º 243 do CPP refere que no “Auto de notícia” é o documento onde são registados os factos que constituem o crime.

<sup>35</sup> A consulta dos NUIPC, nos casos investigados pela GNR poderia ter sido realizada no Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIIOP). No entanto, decidiu-se não recorrer a este meio, pelo facto de este sistema só ter sido implementado em 2010 e ainda apresentar algumas limitações.

### 5.3.2 Entrevistas

A partir da técnica anterior obtivemos dados estatísticos precisos e objetivos, porém recorreu-se à realização de entrevistas para complementar este estudo. Segundo Vilelas (2009), a vantagem essencial da entrevista assenta no facto de os próprios atores sociais, relacionados com a temática, proporcionarem dados relativos às suas opiniões, atitudes e expectativas, aos quais pela sua natureza é quase impossível observar de fora.

Deste modo, recorreu-se à entrevista semiestruturada, pois a mesma consiste num guião cujo objetivo é registar informações por forma a validar ou a excluir as hipóteses. Mas, ainda neste tipo de entrevista, o entrevistado pode falar sobre outras questões de relevo para a investigação. Esta técnica é especialmente importante no caso de estudos que possuem um curto prazo de tempo para a sua realização (Quivy Campenhoudt, 2008; Sarmento, 2013).

No dia 8 de julho foi enviado o guião de entrevista acompanhado da carta de apresentação aos entrevistados (Ver Apêndice B), através do correio eletrónico institucional. As entidades entrevistadas foram selecionadas de acordo com a proximidade relativa a esta temática, devido aos cargos que ocupam nas suas mesmas instituições/associações.

Após a realização das entrevistas, realizou-se uma análise do conteúdo das mesmas, que consistiu na identificação de partes semelhantes entre as respostas. Esta análise foi corporizada com recurso a um quadro sinopse. E por fim extraíram-se as conclusões.

### 5.4 Universo e Amostra

Para a realização do presente estudo de caso definiu-se espacialmente como campo de análise o concelho de Loulé, que corresponde à mesma área do DTer de Loulé. Ao nível temporal, definiu-se um período de cinco anos, ou seja, desde 2009 a 2013.

O concelho de Loulé é um dos concelhos do distrito de Faro, ocupando uma posição central, com uma dimensão de 764,2 Km<sup>2</sup> e com cerca de 69715 habitantes (INE, 2014). A esta escolha deveu-se à elevada criminalidade participada pelo DTer (Ver Anexo L), e pelo facto de a região possuir uma grande extensão territorial, quer rural, quer urbana, o que facilita a investigação. O concelho de Loulé é composto por zonas bastante diferenciadas ao nível das suas condições naturais, que originaram grandes diferenciações, nomeadamente, ao nível de ocupação humana. Desta forma, o seu território divide-se em

quatro partes, a Serra, a Beira Serra, o Barrocal e o Litoral (Ver Anexo M). Os centros urbanos de maior dinâmica populacional encontram-se nas zonas do Barrocal e do Litoral. Estes centros são Vilamoura, Almancil, Quarteira e Loulé, sendo que estes últimos dois são cidades. Esta região algarvia para além de se uma grande extensão territorial possui um grande património natural, cultural e histórico (CML, 2006).

O concelho de Loulé é uma região muito procurada para a prática de turismo, devido ao clima e às suas excelentes praias. Este fator atrai pessoas de diversas nacionalidades, que por sua vez tornam-se em alvos apetecíveis para os autores do crime. Para fazer face a essa mesma criminalidade, o concelho de Loulé possui um Dter<sup>36</sup> composto por cinco Postos Territoriais, sediados em Salir, Loulé, Almancil, Quarteira e Vilamoura.

A delimitação temporal, desta investigação nos mencionados cinco anos, deve-se à pertinência em se verificar a possibilidade de uma evolução da prática de roubo a residência face à implementação do Projeto Residência Segura. Este projeto surge em 2010 no âmbito do Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária, “em resposta a um aumento do sentimento de insegurança, provocado pela ocorrência de vários roubos com violência a residências, localizadas em zona de difícil acesso no concelho de Loulé, no final de 2009” (GNR, 2010).

No que diz respeito à recolha documental, esta teve em conta todos os processos-crime nos últimos cinco anos. Deste modo, conseguiu-se analisar a totalidade da população, ou seja, “o conjunto de elementos constituintes de um todo”, (Quivy e Campenhoudt, 2008).

Quanto às entrevistas, estas foram realizadas a entidades cujos cargos que ocupam nas suas instituições/associações, estão relacionadas de alguma forma com esta problemática. Estas entidades são: o Chefe da Secção de Informação e Investigação Criminal do CTer de Faro; o Comandante do DTer de Loulé; um Inspetor-Chefe da Diretoria do Sul da PJ; um Procurador-Adjunto do Ministério Público (MP) de Loulé; e o Presidente da associação *Safe Communities Algarve*. A maioria dos entrevistados tem funções no âmbito da investigação em diversas fases dos processos-crime, bem como, no âmbito da prevenção criminal.

---

<sup>36</sup> Conforme a Portaria n.º 1450/2008 de 16 de Dezembro.

## **Capítulo 6**

### **Trabalho de Campo — Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados**

#### **6.1 Introdução**

O presente capítulo, segundo Quivy e Campenhoudt (2008), deve compreender três fases: a apresentação dos dados resultantes da investigação de campo, a análise das relações entre as variáveis, e a comparação e discussão dos resultados esperados e obtidos. Desta forma, a informação é exposta sequencialmente pela ordem em que foi obtida. Primeiramente, a apresentação e análise dos dados obtidos nos processos-crime e nas entrevistas, complementadas com a apresentação de gráficos, tabelas (em apêndice), e quadros para facilitar a sua compreensão. Por fim, a comparação e a discussão dos resultados obtidos através das duas técnicas utilizadas nesta investigação.

#### **6.2 Análise e Discussão dos dados obtidos nos Processos-crime**

Neste subcapítulo, a apresentação da análise dos processos-crime é dividida em duas partes. Na primeira apresenta-se as frequências absolutas e relativas das variáveis que foram possíveis analisar. Na segunda parte, apresenta-se apenas as correlações entre as variáveis que demonstraram algum interesse após a sua análise. Por limitações de espaço, apenas são apresentados os dados mais relevantes, sendo que para uma melhor compreensão, a leitura dos mesmos deve ser feita em conjunto com as tabelas em apêndice.

##### **6.2.1 Estatística Criminal – Frequências Absolutas e Relativas**

Nesta investigação averiguaram-se várias variáveis, e por este facto todas as frequências absolutas e relativas estão presentes em tabelas no Apêndice D. Subdividiu-se a análise dos dados, e desta forma, fez-se uma caracterização temporal e espacial, uma caracterização das residências e das vítimas, uma caracterização dos autores, e uma caracterização do *modus operandi*.

### 6.2.1.1 Caracterização Temporal e Espacial

O crime de roubo a residência, no concelho de Loulé, tem diminuído nos últimos dois anos, sendo que no ano de 2013 registaram-se menos 6 ocorrências que em 2010 e 2011 como se pode verificar na fig. n.º1.

A maioria das ocorrências acontece a meio do período semanal, tendo-se registado um maior número às quartas-feiras representando cerca de 21,5% da totalidade (tab. n.º 2).

A prática deste crime verifica-se constante ao longo do ano, no entanto o mês de janeiro é a exceção negativa, ou seja, representa cerca de 25,3% do total (tab. n.º 3).

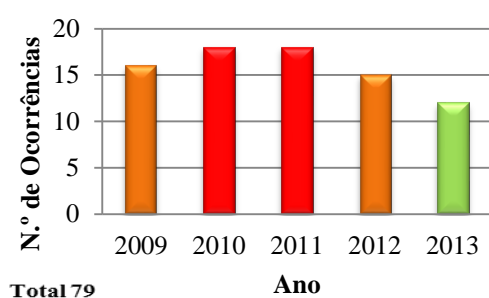


Figura n.º 1 - N.º de ocorrências por ano

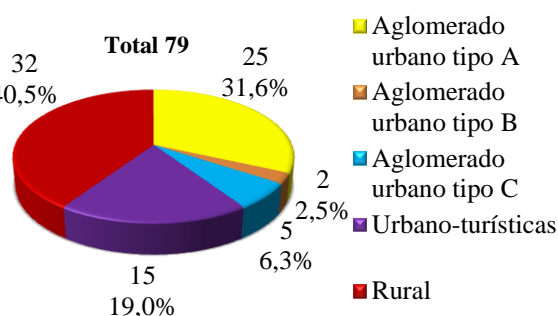


Figura n.º 2 - N.º de ocorrências por tipo de área do PDM

Através do Plano Diretor Municipal (PDM) de Loulé<sup>37</sup>, verifica-se que este tipo de crime ocorre maioritariamente em áreas rurais, 40,5%, em aglomerados urbanos tipo A, 31,6%, e em áreas urbano-turísticas, 19%, como se pode verificar na fig. n.º 2 e no Apêndice E. A área do DTer com mais incidência num total de 79 ocorrências foi o PTer de Loulé representando cerca de 40,5% com 32 ocorrências (tab. n.º 4).

Neste RCFTIA considerou-se um grau de vizinhança baseado no número de habitações adjacentes à residência roubada, segundo a seguinte classificação: sem; pouca, de 1 a 5; alguma, de 5 a 15; e muita, correspondendo a mais de 15. Deste modo, verificou-se que na maioria das ocorrências as residências roubadas tinham muita vizinhança representando 49,4%. No entanto, 19% das ocorrências representam as residências roubadas com apenas pouca ou sem vizinhança (tab. n.º 6).

<sup>37</sup> O Plano Diretor Municipal é uma componente do plano municipal de ordenamento do território, onde se estabelece a referenciação espacial dos usos e atividades do solo municipal através da definição de classes e categorias relativas ao espaço. Atualmente o PDM de Loulé está em fase de renovação, pelo que a informação nesta RCFTIA é baseada em dados diretamente fornecidos pela Divisão de Informação Geográfica e Cadastro da CML. A classificação dos espaços encontra-se no Apêndice E e nos Anexos K e N.

### 6.2.1.2 Caracterização das Residências e das Vítimas

Cerca de 72,2% das residências afetadas por este tipo de crime são moradias e os restantes 27,8 % apartamentos (tab. n.º 8). A maioria das residências são permanentes, mas ainda assim 27,8% são sazonais (tab. n.º 7).

Aquando das ocorrências, 20,3% das residências possuíam alarme, no entanto encontravam-se desligados, e somente 4 casos possuíam também videovigilância, dos quais 3 encontravam-se ligados no momento dos factos (tab. n.º 9).

As vítimas representam um total de 110, em que 46,8% necessitaram de assistência médica (tab. n.º 19). A escolha das mesmas não foi pelo género, visto que ambos representam 50% (tab. n.º 12), mas sim pela idade, pois 54,5% correspondem a idosos e 26,4% à faixa etária entre 45 e os 64 anos de idade (fig. n.º 3). A maioria das vítimas é de nacionalidade portuguesa (55,5%) e 20% de nacionalidade do Reino Unido, conforme a fig. n.º 4. No entanto, 64,6% das ocorrências aconteceram em residências com vítimas portuguesas (tab. n.º 13).

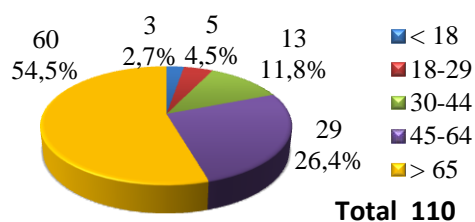


Figura n.º 3 - N.º de vítimas por faixa etária

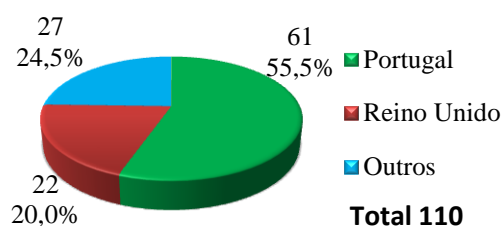


Figura n.º 4 - N.º de vítimas por nacionalidade

O valor subtraído pode ser classificado segundo o art.º 202.º do CP, porém, neste RCFTIA subdividiu-se o valor normal correspondente ao intervalo de 1 a 50 UC<sup>38</sup> em valor normal (1 a 10 UC) e normal elevado (10 a 50 UC). Desta forma, verificou-se que na maior parte dos roubos foram subtraídos valores na categoria normal e normal elevado representando 35,4% e 32,9% respetivamente. As categorias valor elevado e valor consideravelmente elevado correspondem a 13,9% e a 7,6% (tab. n.º 10).

<sup>38</sup> Unidade de Conta Processual (UC) é a quantia monetária equivalente a um quarto do valor do Indexante dos Apoios Sociais (Lei n.º 53-B/2006 de 29 de dezembro, IAS), arredondada à unidade Euro. No entanto segundo al.ª a) do art.º 113º da Lei do Orçamento do Estado (Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro), houve uma suspensão do regime de atualização do valor, pelo que este se mantém nos 102.00 €.

Este tipo de crime ocorreu maioritariamente em residências com apenas um e dois habitantes correspondendo a 40,5% e a 49,4% respetivamente. Em 64,6% das ocorrências, no momento dos factos, apenas se encontrava uma vítima no interior da residência (tab. n.º 17 e 18). A comunicação dos factos ocorreu em 44,3% dos casos nos primeiros 15 minutos (tab. n.º 15), sendo que em 82% dos roubos a residência, a comunicação foi feita pelas vítimas (tab. n.º 16).

### 6.2.1.3 Caracterização dos Autores

Os suspeitos são, na sua maioria, do género masculino (97,6%), atuam em grupo composto por 3 elementos (45,6%) e têm aparentemente menos de 25 anos de idade (41,1%) (tab. n.º 20, 21 e 22). Por não ser possível a identificação da nacionalidade dos suspeitos pelas vítimas, neste RCFTIA considera-se a etnia dos mesmos, por ser um fator identificável mas subjetivo. Assim, num total de 209 suspeitos, 28,2% eram da etnia leste europeu, 21,5% da etnia portuguesa, 9,6% da etnia cigana, 9,6% da etnia africana e 5,3% da etnia brasileira. No entanto, não foi possível a identificação da etnia de 24,9% dos suspeitos (fig. n.º 5).

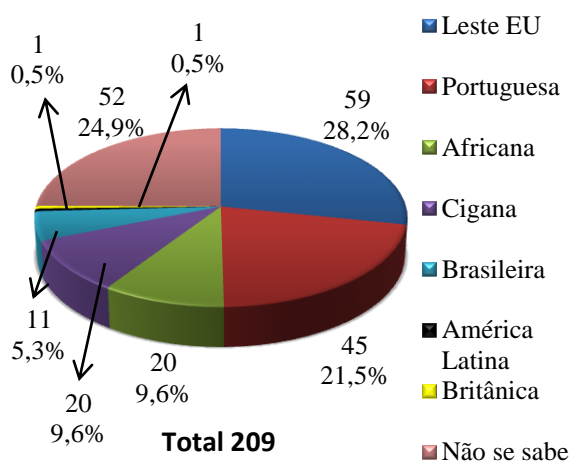


Figura n.º 5 - N.º de suspeitos por etnia

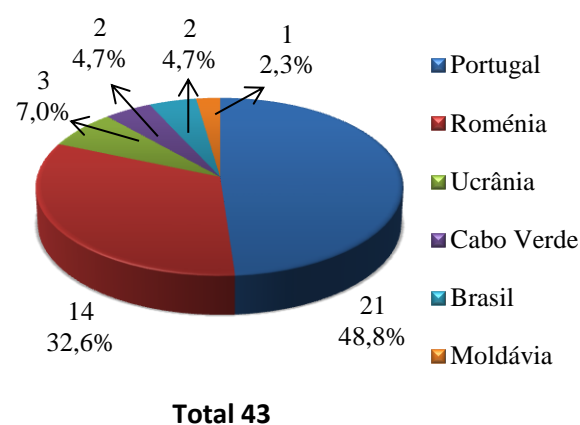


Figura n.º 6 - N.º de condenados por nacionalidade

Num total de 79 ocorrências, apenas em 29,1% das mesmas resultaram 43 condenações, das quais apenas três são do género feminino (tab. n.º 24 e 28). Os condenados, na sua maioria, possuem idades inferiores a 35 anos (72,1%) (tab. n.º 27), são de nacionalidade portuguesa (48,8%) e de nacionalidade romena (32,6%) (fig. n.º 6). Estes

viviam maioritariamente em áreas urbanas tipo A, do concelho onde cometeram o crime de roubo a residência (61%), no entanto alguns provinham dos concelhos adjacentes (24,4%) e outros de regiões externas ao Algarve (4,9%) (tab. n.º 26).

#### 6.2.1.4 Caracterização do *Modus Operandi*

O crime de roubo a residência ocorre habitualmente em período noturno, todavia 22,8% das situações aconteceram durante o período diurno (tab. n.º 30). A duração dos factos, segundo as vítimas, demora cerca de 30 minutos, porém 40,5% das ocorrências demoraram até 15 minutos (tab. n.º 31). E o horário predominante é entre as 20 e as 4 horas (59,5%) (fig. n.º 7).

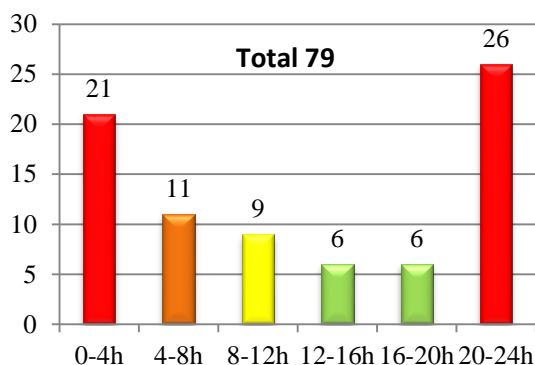


Figura n.º 7 - N.º de ocorrências por intervalo horário

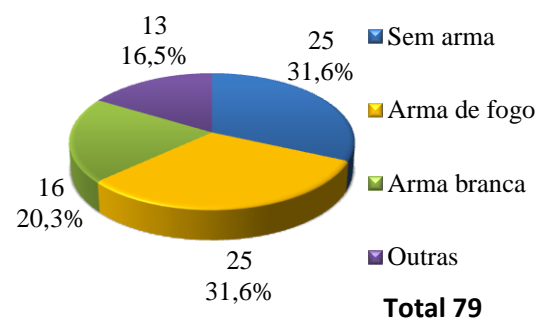


Figura n.º 8 - Tipo de arma utilizada em cada ocorrência

Os autores na prática deste crime costumam recorrer ao uso de arma como meio para a coação (68,4%). O uso de arma de fogo (31,6%) e a não utilização de qualquer arma (31,6%) foram as situações mais predominantes (fig. n.º 8). Ainda, com o intuito de coagir, bastantes autores usaram luvas e a face coberta (43%). Para imobilizar as vítimas (41,8%) utilizaram diversos materiais e em algumas situações cobriram a cabeça das vítimas com sacos, privando-os da visão (7,6%) (tab. n.º 33, 34 e 35).

Neste RCFTIA, para além dos tipos de entrada previstos no art.º n.º 202.º do CP, considerou-se também a entrada com a porta aberta, o “bater à porta” e a entrada através da coação (e.g. esperar que a vítima chegue a casa). Deste modo, o arrombamento (35,4%) e entrada com a porta aberta (20,3) são as técnicas mais utilizadas (fig. n.º 9).



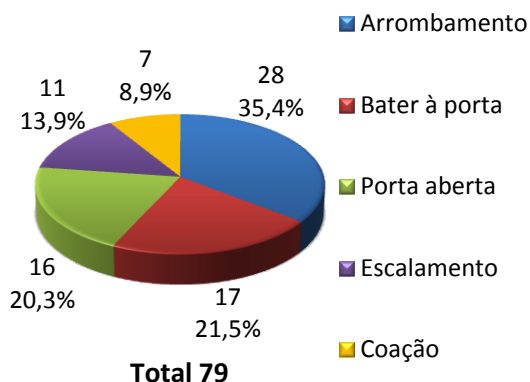


Figura n.º 9 - N.º de ocorrências por tipo de entrada

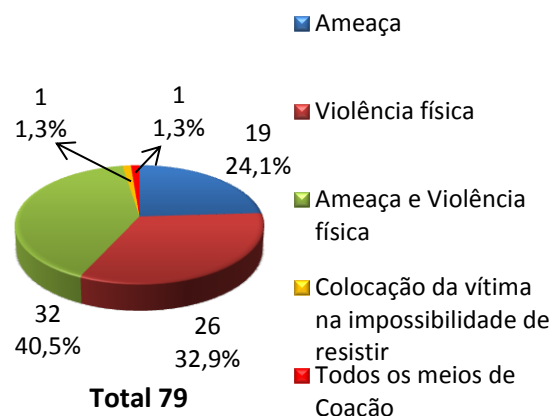


Figura n.º 10 - N.º de ocorrências por meio de coação

A ameaça, a violência física e a colocação da vítima na impossibilidade de resistir são os meios de coação segundo o art.º 210.º do CP, e estes podem ocorrerem numa só ocorrência. Desta forma, a maioria dos autores coagiram as vítimas através da ameaça conjuntamente com a violência física (fig. n.º 10).

Após a subtração dos bens, os autores utilizam principalmente a viatura que conduziram até ao local do crime (41,8%), porém em algumas situações as viaturas das vítimas são o meio de fuga utilizado (8,9%) (tab. n.º 36). Neste tipo de crime poucas testemunhas presenciam os factos (20,3%), e quando presenciam apenas se apercebem de algumas situações tais como barulhos, fugas ou pedidos de auxílio (tab. n.º 40).

A prática deste crime habitualmente deixa vestígios (72,2%), porém é muito difícil a obtenção da prova face à sua natureza, o que leva ao arquivamento da maioria dos processos-crime (74,7%). Ainda em alguns casos, este crime é praticado em concurso com outros tipos legais, como o sequestro (24,1%) e a violação (3,8%) (tab. n.º 39, 41 e 42). Por fim, embora tenha acontecido apenas em cinco ocorrências, importa referir que alguns autores usam histórias de cobertura tais como: funcionários da EDP e da assistência social; pedidos de informação e de água; e até mesmo como militares da GNR.

## 6.2.2 Estatística Criminal – Correlações entre Variáveis

As variáveis de estudo nesta investigação são quase na sua totalidade nominais. E o número de ocorrências que se verificaram nestes cinco anos não justifica um estudo estatístico com o uso de coeficientes, visto que estes se aplicam a amostras de maior

dimensão. Desta forma, apenas se analisou as correlações entre variáveis através do cruzamento de dados (frequências), que permitiram obter informações de relevo.

Os valores destas correlações encontram-se representados em tabelas no Apêndice E. No entanto, apenas são apresentados os resultados que demonstram alguma significância e que podem contribuir de alguma forma na tomada de decisão do Comandante, bem como de outras entidades a fim da prevenção criminal. As variáveis que permitiram obter mais informações através das correlações foram: o ano; o dia da semana; a residência com vítimas portuguesas ou estrangeiras; a idade da vítima; a etnia dos suspeitos; a nacionalidade dos condenados; e o tipo de área mediante o PDM de Loulé.

### 6.2.2.1 Correlações com a Variável – Ano

No período de 2009 a 2013, a prática do crime de roubo a residência decresceu. Porém, verifica-se que janeiro continua a ser o mês com mais incidência, pelo que 50% dos roubos a residência do ano de 2013 aconteceram neste mês (fig. n.º 11 e tab. n.º 43).

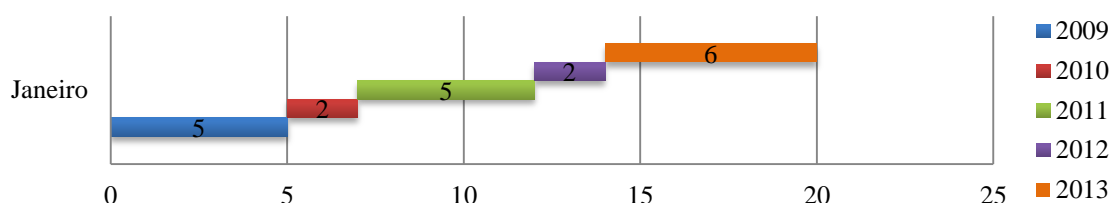


Figura n.º 11 - N.º de ocorrências no mês de janeiro por ano

A área do DTer de Loulé com mais roubos a residência continua a ser a área do PTer de Loulé, no entanto, na área do PTer de Vilamoura, a incidência destes têm decrescido, sendo que nos últimos dois anos não ocorreram (tab. n.º 44). Quanto ao período do dia, tem-se verificado um decréscimo da prática deste crime à noite e um aumento durante o dia, que em 2013 representou 41,7% (fig. n.º 12 e tab. n.º 45).

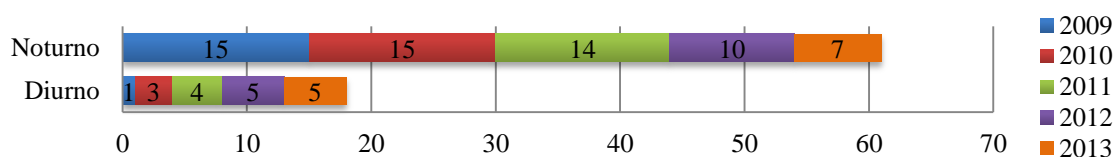


Figura n.º 12 - N.º de ocorrências diurnas e noturnas por ano

Em 2009 e em 2010 verificou-se que as ocorrências aconteciam em qualquer dia da semana. Mas, a partir de 2012, começaram-se a verificar mais a meio da semana, principalmente à quarta-feira (tab. n.º 46). Ainda, nestes 5 anos, verificou-se um decréscimo do uso de arma de fogo e um aumento da não utilização de qualquer tipo arma na coação (fig. n.º 13 e tab. n.º 47).

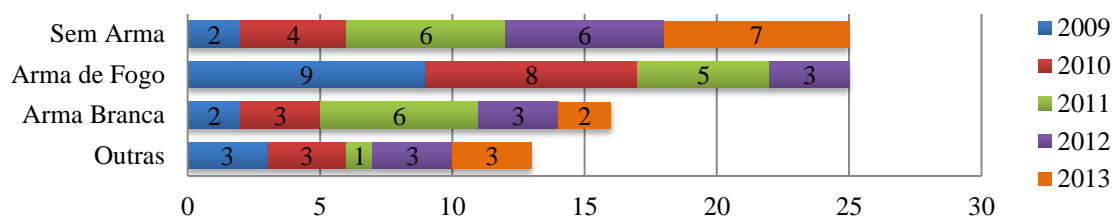


Figura n.º 13 - N.º de ocorrências com o tipo de arma utilizado na coação por ano

#### 6.2.2.2 Correlações com a Variável – Dia da Semana

A quarta-feira é o dia da semana mais escolhido pelos autores deste crime e, 52,9% das ocorrências neste dia aconteceram no intervalo horário das 20 às 24 horas (tab. n.º 49). As áreas do DTer de Loulé com maior n.º de ocorrências registadas à quarta-feira são as áreas dos PTer de Loulé e de Quarteira (tab. n.º 50). Verificou-se ainda que, 52,9% dos roubos a residência no período diurno ocorreram neste dia (fig. n.º 14 e tab. n.º 48).

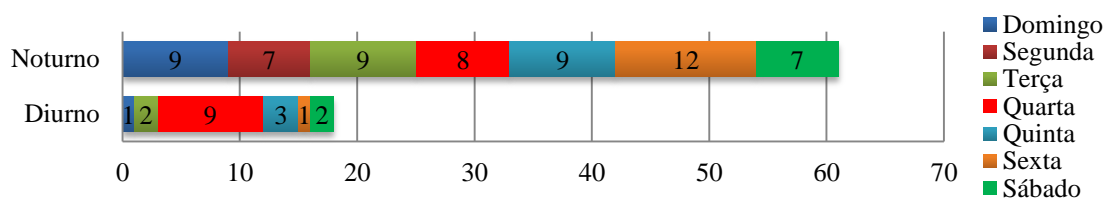


Figura n.º 14 - N.º de ocorrências diurnas e noturnas por dia da semana

#### 6.2.2.3 Correlações com a Variável – Residência com Vítimas Portuguesas ou Estrangeiras

A escolha das residências com vítimas estrangeiras como alvo foi uma realidade que ocorreu em qualquer dia da semana. No entanto, as ocorrências nas residências com vítimas portuguesas verificaram-se mais às terças, quartas, quintas e sextas-feiras (tab. n.º 51). A maioria dos roubos a residência ocorreu em intervalos horários noturnos, 66,7% no

caso das residências com vítimas portuguesas e 96,4% no caso das residências com vítimas estrangeiras (fig. n.º 15; tab. n.º 52 e 53).

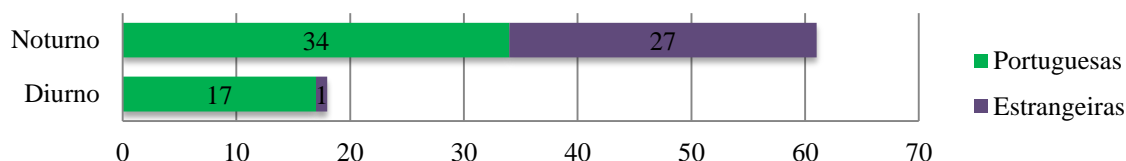


Figura n.º 15 - N.º de ocorrências em residências com vítimas portuguesas ou estrangeiras por período do dia

#### 6.2.2.4 Correlações com a Variável – Idade da Vítima

As vítimas mais afetadas por este tipo de crime são os idosos, por serem mais vulneráveis, pois, estes encontram-se muitas das vezes sozinhos nas suas residências. Cerca de 46,4% do total das vítimas idosas encontravam-se sozinhas e 46,4% encontravam-se com mais uma vítima. No entanto, esta última percentagem traduz-se em metade das ocorrências comparando com a primeira (tab. n.º 54). Pode-se também verificar que 33,3% das vítimas idosas vivem sozinhas e, que 60% vivem com mais uma pessoa. Deste modo, pode-se afirmar que muitas vítimas idosas vivem sozinhas ou pelo menos estão sozinhas na maioria do tempo (tab. n.º 55). Este fenómeno verificou-se mais na área do PTer de Loulé (53,3%) e na área do PTer de Almancil (23,3%) (tab. n.º 56).

A maioria das ocorrências verificou-se em zonas com alguma e muita vizinhança, porém nas ocorrências mais isoladas as vítimas eram praticamente idosas. Ou seja, 31,7% das vítimas idosas viviam em zonas com pouca ou nenhuma vizinhança (tab. n.º 57).

No período estudado verificou-se também que, nos últimos anos, apenas as últimas faixas etárias foram as vítimas da prática de roubo a residência, principalmente os idosos conforme a fig. n.º 16 e a tab. n.º 58.

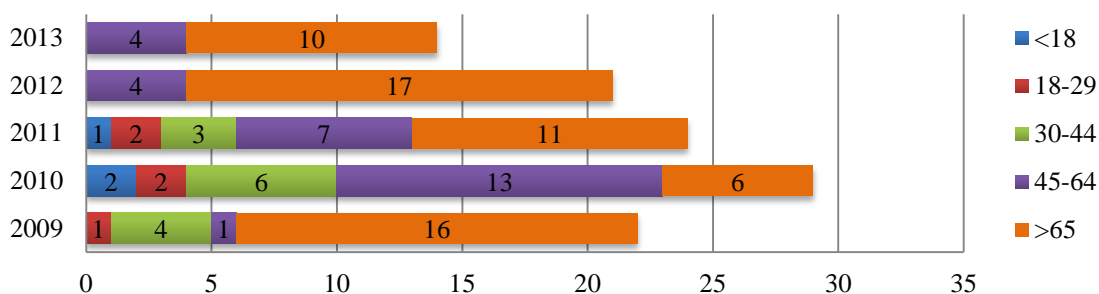


Figura n.º 16 - N.º de vítimas por faixa etária correlacionado com o ano

### 6.2.2.5 Correlações com a Variável – Etnia dos Suspeitos

A maioria dos suspeitos que praticaram roubos a residência pertence às etnias portuguesa, brasileira, africana, leste europeu e cigana. Estes roubos, na sua maioria, foram praticados a residências permanentes, no entanto os suspeitos de etnia leste europeu, na sua maioria (55,9%), cometeram este crime em residências sazonais. Os suspeitos de etnia cigana nunca praticaram este ilícito em residências sazonais, e 84,4% dos suspeitos de etnia portuguesa praticaram-no a residências permanentes (tab. n.º 59).

O valor remunerador que cada residência pode oferecer aos autores deste crime é um fator que varia de etnia para etnia. Ora, por exemplo os suspeitos de etnia portuguesa, brasileira e africana roubaram residências das quais subtraíram conjuntos de coisas móveis de valor normal e normal elevado. Por outro lado, os suspeitos de etnia leste europeu roubaram residências das quais subtraíram conjuntos de coisas móveis de valor normal elevado (33,9%), elevado (32,2%) e consideravelmente elevado (27,1%). Os suspeitos de etnia cigana, estes na sua maioria (85%) roubaram residências das quais subtraíram conjuntos de coisas móveis de valor normal (tab. n.º 60).

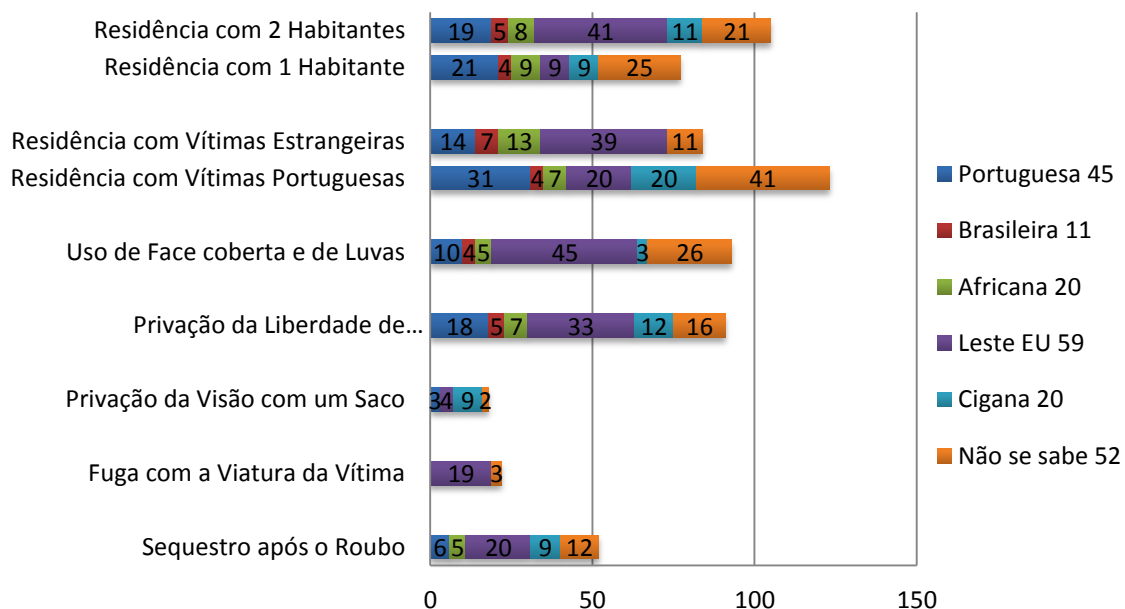


Figura n.º 17 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com várias variáveis

A fig. n.º 17 informa que a maioria dos suspeitos da etnia leste europeu praticou roubos a residência, em residências com 2 habitantes (69,5%) de nacionalidade estrangeira (66,1%). Em muitas das ocorrências, usaram luvas e a face coberta (76,3%), bem como,

para constranger as vítimas, estes privaram-nas da liberdade de movimentos (55,9%). Ainda, alguns destes (33,9%) deixaram-nas sequestradas após o roubo. Como meio de fuga, 32,2% destes suspeitos utilizaram as viaturas das vítimas (tab. n.º 61, 62, 65, 66, 68 e 69).

Os suspeitos de etnia cigana praticaram roubos a residência, sempre em residências com vítimas de nacionalidade portuguesa. Para conseguirem constranger as vítimas, estes privaram-nas da liberdade de movimentos (60%) e, alguns (45%) privaram-nas da visão com um saco enfiado na cabeça, deixando-as sequestradas após o roubo. O típico meio de fuga destes suspeitos é a pé (70%) (fig. n.º 17; tab. n.º 66, 67, 68 e 69).

A maioria dos suspeitos de etnia portuguesa (68,9%) praticou roubos a residência, em residências com vítimas de nacionalidade portuguesa. E cerca de 64,4% destes suspeitos utilizaram como meio de fuga a viatura (fig. n.º 17; tab. n.º 62 e 68).

No geral, os suspeitos praticaram este tipo de crime em grupos de 3 elementos, no entanto alguns suspeitos de etnia leste europeu (37,3%) praticaram-no em grupo de 4 elementos (tab. n.º 63). O tipo de arma mais usado na coação foi a arma de fogo, pelas etnias portuguesa (44,4%), brasileira (72,7%) e africana (40%). Cerca de 60% dos suspeitos de etnia cigana não usaram armas, os outros 40% usaram armas brancas. Quanto aos suspeitos de etnia leste europeu, 49,2% usaram preferencialmente outros tipos de armas (e.g. tacos de basebol e gás pimenta) (tab. n.º 64).

#### **6.2.2.6 Correlações com a Variável – Nacionalidade dos Condenados**

Os suspeitos que foram constituídos arguidos e posteriormente condenados são maioritariamente de nacionalidade portuguesa (20 indivíduos dos quais 8 de etnia cigana) e de nacionalidade romena (13 indivíduos). Quanto às residências de todos os indivíduos condenados pela prática deste crime, 61% viviam em zonas urbanas, 9,8% em zonas rurais, 24,4% em municípios adjacentes ao concelho de Loulé, e 4,9% em regiões exteriores ao Algarve (tab. n.º 70). Os condenados de nacionalidade romena atuaram nas áreas do PTER de Loulé, Almancil e Vilamoura, enquanto os condenados de nacionalidade portuguesa atuaram em toda a área do DTER de Loulé (tab. n.º 71).

Dos condenados de nacionalidade portuguesa, 61,9% praticaram este crime em residências com apenas um habitante, e 81% em residências com vítimas de nacionalidade portuguesa. Por outro lado, os condenados de nacionalidade romena, na sua maioria 85,7%, praticaram este crime a residências com mais que um habitante, estrangeiros, de

nacionalidade holandesa (21,4%) e da nacionalidade do Reino Unido (64,3%) conforme se pode verificar na fig. n.º 18 e nas tab. n.º 72, 73 e 74.

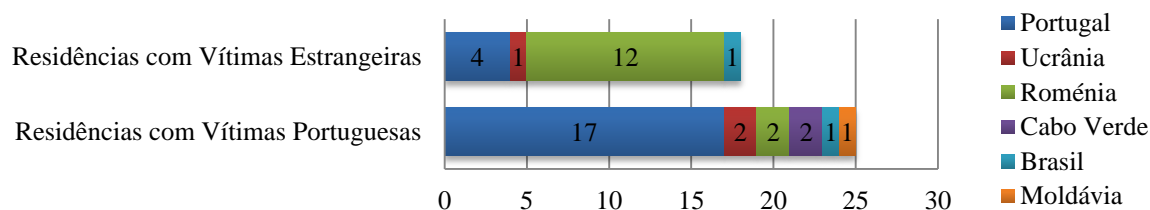


Figura n.º 18 - N.º de condenados por nacionalidade correlacionado com as residências de vítimas estrangeiras e de vítimas portuguesas

#### 6.2.2.7 Correlações com a Variável – Tipo de Área mediante o PDM de Loulé

A prática deste crime ao longo destes últimos cinco anos tem-se verificado maioritariamente e constantemente em áreas rurais e em aglomerados urbanos tipo A. Porém, tem-se verificado um decréscimo nas áreas urbano-turísticas, sendo que nos dois últimos anos apenas ocorreram dois roubos a residência. Nos aglomerados urbanos tipo B e tipo C, este crime raramente aconteceu (tab. n.º 75).

Em todas as áreas, a prática deste crime tem-se verificado nos horários entre as 20 e as 4 horas, no entanto, nas áreas rurais tem-se também verificado noutros intervalos horários, nomeadamente diurnos (tab. n.º 76).

A maioria dos suspeitos das etnias portuguesa, cigana e de leste europeu praticaram roubos a residência em áreas rurais. Por outro lado, a maioria dos suspeitos de etnia africana e de etnia brasileira praticaram-nos em áreas urbanas e urbano-turísticas conforme se pode verificar na fig. n.º 19 e na tab. n.º 78.

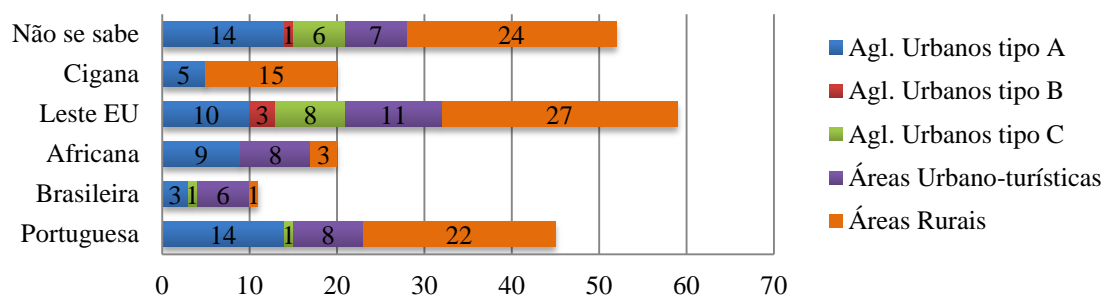


Figura n.º 19 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com os espaços onde ocorreram os factos

Este crime foi perpetrado a residências com vítimas portuguesas em 68,8% das ocorrências verificadas nas áreas rurais e em 68,7% das ocorrências verificadas nos aglomerados urbanos. Nas áreas urbano-turísticas, a maioria (66,7%) verificou-se em residências com vítimas estrangeiras (tab. n.º 80). Ainda, nas zonas rurais, a generalidade das vítimas foram os idosos (fig. n.º 20).

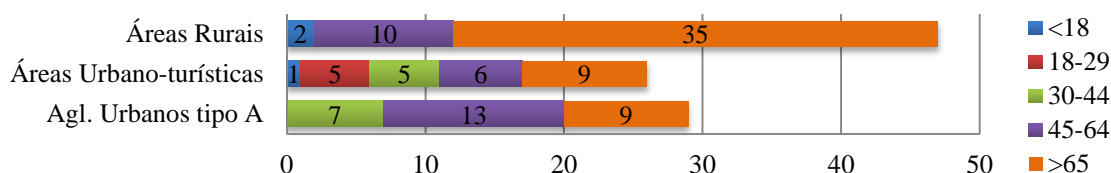


Figura n.º 20 - N.º de vítimas por faixa etária em áreas urbanas tipo A, urbano-turísticas e rurais

Outro facto pertinente, verificou-se que cerca 83,3% dos roubos a residência com o uso de saco, de modo a privar a visão das vítimas, ocorreram em áreas rurais (tab. n.º 79).

Através do Apêndice F pode-se verificar que na metade norte do concelho de Loulé apenas houve 6 ocorrências durante estes últimos 5 anos, correspondendo a áreas tipicamente rurais. A maioria dos roubos a residência aconteceu na metade sul (zona litoral) onde se encontram localizados os maiores aglomerados urbanos, bem como, a generalidade dos empreendimentos turísticos. Deste modo, pode-se também verificar que as áreas rurais mais afetadas pela prática deste crime estão situadas nos arredores das áreas urbanas, ou seja, nas periferias.

### 6.3 Análise e Discussão das Entrevistas

No presente subcapítulo é exibido os resultados das cinco entrevistas realizadas com base no guião que se encontra no Apêndice B. No entanto, apenas se colocou a informação mais relevante para a investigação em causa, de forma a alcançar os objetivos do trabalho, procurando-se através deste processo complementar a informação resultante da análise de dados obtida na consulta dos processos-crime.

No que diz respeito à análise das entrevistas, esta compreende três partes: a transcrição das respostas que se encontram no Apêndice C; a elaboração dos quadros de análise do conteúdo com a triagem e o tratamento das ideias-chave, atribuindo uma percentagem de repetição; e por fim, a análise e discussão dessas mesmas ideias-chave.



O quadro seguinte apresenta o elenco das questões efetuadas aos entrevistados em três grandes grupos, relacionadas com as vítimas, com os autores e, com o local e o horário do ambiente criminal.

**Quadro n.º 1 – Questões efetuadas aos entrevistados**

N.º	Questão:	Relacionada com:
<b>Q1</b>	Qual é o grupo etário mais vitimizado no crime roubo a residência?	<b>As vítimas</b>
<b>Q2</b>	Qual é a nacionalidade da maioria das vítimas?	
<b>Q3</b>	A maioria das vítimas vive sozinha, em casal, ou em famílias com mais de dois elementos?	
<b>Q4</b>	A maioria das vítimas tem residência permanente ou sazonal?	
<b>Q5</b>	A maioria dos autores deste tipo de crime atuam individualmente ou em grupo (quantos)?	<b>Os autores</b>
<b>Q6</b>	Qual é a faixa etária em que se enquadra a maioria dos autores deste tipo de crime?	
<b>Q7</b>	Quais são as etnias/nacionalidades onde se enquadra a maioria dos autores?	
<b>Q8</b>	Quais são as zonas de residência onde se enquadra a maioria dos autores?	
<b>Q9</b>	Que outras técnicas são usadas pelos autores deste tipo de crime na entrada em residências para além do arrombamento, escalamento ou chaves falsas?	
<b>Q10</b>	Quais são as ações mais frequentes praticadas pelos autores às vítimas?	
<b>Q11</b>	Qual é a hora, o dia da semana, e a altura do ano que a maioria dos autores escolhem para a prática do crime roubo a residência?	<b>O local e o horário</b>
<b>Q12</b>	Quais os tipos de residências que são escolhidas pela maioria dos autores?	
<b>Q13</b>	A maioria das residências escolhidas, pela maioria dos autores deste tipo de crime, está situada em zonas rurais isoladas, em zonas rurais na periferia dos centros urbanos ou em zonas urbanas?	
<b>Q14</b>	Se há, quais são as diferenças na prática do crime de roubo a residência em ambiente urbano e rural?	

Assim, como na análise de dados recolhidos nos processos-crime, também estas questões foram formuladas, tendo em conta os aspetos teóricos esquematizados pelo triângulo da análise do problema de Eck e Spelman (1987), pelo triângulo do evento criminal de Felson e Clarke (1998) e pelo triângulo da análise do roubo a residência de Heinonen e Eck (2012) (Ver Anexos D, F e H).

### 6.3.1 Análise e Discussão das Questões Relacionadas com as Vítimas

A maioria das vítimas de roubo a residência é selecionada pelos autores por apresentarem determinadas características favoráveis à prática do ilícito. O seguinte quadro apresenta as ideias-chave das questões relacionadas com o elemento criminal – vítima.

**Quadro n.º 2 - Quadro de análise quantitativa das respostas às questões relacionadas com as vítimas**

Questão n.º	Ideias-chave	E1	E2	E3	E4	E5	Porcentagem
<b>Q1</b>	Idosas	X	X	X	X	X	100%
<b>Q2</b>	Portuguesas		X		X		40%
	Estrangeiras	X		X		X	60%
<b>Q3</b>	Vivem sozinhas				X		20%
	Vivem em casal	X	X	X		X	80%
<b>Q4</b>	Permanente	X	X		X		60%
	Sazonal			X			20%
	Não tem a certeza					X	20%

A questão Q1 tem como finalidade averiguar se a idade é uma das características favoráveis na prática deste tipo de crime. De acordo com os entrevistados, os idosos são de facto os mais vitimizados. Alguns referiram que estas vítimas são seleccionadas devido às vulnerabilidades específicas da idade, tais como a reduzida capacidade de defesa.

Uma vez que o concelho de Loulé é uma zona de grande empreendimento turístico, assim como toda a região do Algarve, a Q2 prende-se com a dúvida de saber se a maioria das vítimas é ou não de nacionalidade estrangeira. De acordo com os entrevistados, a dúvida continua a persistir, ou seja, três dos entrevistados responderam que a maioria das vítimas é de nacionalidade estrangeira e os outros dois responderam que a maioria é de nacionalidade portuguesa. Ainda dois entrevistados referiram que dentro do espectro das vítimas estrangeiras os britânicos são os mais vitimizados.

A Q3 surge no sentido de clarificar se as pessoas que vivem sozinhas são de facto as mais vitimizadas. A maioria dos entrevistados respondeu que os agregados familiares compostos por apenas duas pessoas correspondem ao maior número de vítimas. De facto, a Q3 está diretamente relacionada com a Q1, ou seja, as vítimas idosas que se aposentaram recentemente, ainda nesta fase de vida conseguem viver sem estarem dependentes de alguém. Por outro lado, esta independência é uma vulnerabilidade que as torna em potenciais vítimas, sendo uma vantagem oportunista para os autores criminais.

Através da Q4 pretende-se constatar se a maioria das vítimas deste crime possui residência permanente ou sazonal no concelho de Loulé. De todos os entrevistados, apenas três referiram que a maioria tinha residência permanente, embora haja a consciência de que muitas das vítimas apenas residem neste concelho sazonalmente por ser uma região turística.

### 6.3.2 Análise e Discussão das Questões Relacionadas com os Autores

A prática de um crime de roubo a residência, por mais simples que seja, exige sempre que os autores elaborem um plano com objetivos, para atingir uma determinada finalidade. O quadro n.º 3 explana as ideias-chave resultantes das respostas dadas pelos entrevistados às questões relacionadas com os autores, bem como, os *modus operandi* por estes adotados.

**Quadro n.º 3 - Quadro de análise quantitativa das respostas às questões relacionadas com os autores**

Questão n.º	Ideias-chave	E1	E2	E3	E4	E5	Percentagem
<b>Q5</b>	Grupos em média com 3 elementos	X	X	X	X	X	100%
<b>Q6</b>	Indivíduos com idades entre os 20 e os 40 anos	X	X	X	X	X	100%
<b>Q7</b>	Indivíduos do leste EU (na maioria romenos)	X	X	X	X	X	100%
	Indivíduos portugueses	X			X		40%
	Indivíduos da etnia cigana		X				20%
	Indivíduos brasileiros	X		X		X	60%
<b>Q8</b>	Zonas urbanas	X	X		X		60%
	Zonas de habitação social periféricas aos centros turísticos			X			20%
	Não sabe					X	20%
<b>Q9</b>	Esperam pela chegada ou saída das vítimas e depois coagem-nas a entrarem na residência	X		X			40%
	Utilizam histórias de cobertura como funcionários de qualquer entidade (e.g. EDP)		X				20%
	Simplesmente batem à porta			X			20%
	Esperam que as portas estejam abertas					X	20%
	Não se recorda de ter havido outras técnicas				X		20%
<b>Q10</b>	Ameaça	X		X			40%
	Violência física	X	X			X	60%
	Coação	X	X	X	X	X	100%
	Privação da liberdade	X			X		40%

A Q5 foi colocada com o intuito de perceber se neste tipo de roubo os autores atuam de forma isolada ou em grupo. Todos o entrevistados referiram que no roubo a residência, os autores atuam maioritariamente em grupo, constituído em média por três elementos. De certa forma, torna-se óbvio visto que é necessário a realização de várias tarefas, como o controlo das vítimas e a procura dos bens a subtrair.

Os entrevistados, face à Q6, responderam que os autores possuem idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos, ou seja, idades inferiores em relação à maioria das

vítimas. Com estas respostas pode-se afirmar que não são apenas as classes mais jovens a praticar este crime.

A finalidade da Q7 prende-se com necessidade de esclarecer se existe alguma etnia ou nacionalidade, à qual pertencem a maioria dos autores. Todos os entrevistados referiram que muitos dos autores são provenientes do leste europeu, principalmente de nacionalidade romena. No entanto, alguns dos entrevistados mencionaram ainda outras nacionalidades, a portuguesa e a brasileira, e a etnia cigana. O entrevistado (E) n.º 3 acrescentou ainda, que a prática deste crime diminui devido à diminuição do fluxo migratório, e que face a este facto, os indivíduos locais (portugueses) surgem como os principais autores deste crime.

A Q8 tem como propósito saber quais os tipos de zonas onde residem a maioria dos autores. A resposta a esta Q não ficou bem esclarecida, no entanto, três dos entrevistados referiram que os autores residem maioritariamente em zonas urbanas, sendo que o E1 acrescenta que a maioria reside em zonas urbanas afastadas dos locais onde praticam o roubo a residência. Por outro lado, o E3 respondeu que “há fenómenos locais que estão associados a indivíduos oriundos de zonas de habitação social periféricas aos centros turísticos”.

O art.º 202.º do CP refere apenas o arrombamento, o escalamento e o uso de chaves falsas como técnicas na entrada em edifícios. Deste modo, a pertinência da Q9 consiste em saber se existe outras técnicas utilizadas pelos autores na prática deste crime.

Perante esta Q, cada entrevistado deu uma resposta diferente, o que contribui significativamente. O E1 e o E3 mencionaram que alguns autores esperam a chegada ou a saída das vítimas. Nesse preciso momento, abordam-nas e através da coação conseguem entrar na residência. Ainda segundo o E3, alguns apenas batem à porta e assim que a vítima a abre para ver quem é, estes entram na residência nesse preciso momento. O E2 referiu que alguns dos autores utilizam histórias de cobertura, tais como, funcionários da EDP ou do MEO. Ou seja, estes equipam-se e identificam-se como tal, batem à porta e as vítimas recebem-nos. A partir do momento em que se encontram já dentro das residências, estes procedem com o roubo. O E5 disse que alguns autores esperam até encontrarem o momento oportuno, em que a vítima se descuida e deixa a porta ou a janela aberta. Estas técnicas demonstram que os autores planeiam a subtração na presença das vítimas. Pois as mesmas, através da coação, rapidamente indicam o local onde se encontram os bens a subtrair pelos autores.

Neste contexto, o objetivo da Q10 consiste em saber quais são as ações mais praticadas pelos autores às vítimas. E de facto, a coação está inerente a todas as respostas

dadas pelos entrevistados, o que é óbvio, sabendo que a coação é um crime consumido pela complexidade do crime de roubo, assim como a ameaça, a violência física e a privação da liberdade referenciadas também por alguns entrevistados.

### 6.3.3 Análise e Discussão das Questões Relacionadas com o Local e o Horário

O local e o momento da prática deste crime constituem-se como um elemento fundamental do ambiente criminal. Deste modo, foram colocadas algumas questões, das quais resultaram algumas ideias-chave que se encontram enumeradas no quadro n.º 4.

Quadro n.º 4 - Quadro de análise quantitativa das respostas às questões relacionadas com o local e o horário

Questão n.º	Ideias-chave	E1	E2	E3	E4	E5	Porcentagem
Q11	Período noturno	X		X	X	X	80%
	Período de verão				X		20%
	Período de inverno	X	X				30%
	Todo o ano			X			20%
	Sem padrão para o dia da semana	X	X	X	X		80%
Q12	Residências de luxo	X		X	X	X	80%
	Residências normais		X		X		40%
	Residências precárias		X				20%
Q13	Zonas rurais isoladas	X	X	X	X	X	100%
	Zonas rurais na periferia dos centros urbanos	X	X				40%
	Zonas urbanas					X	20%
Q14	Autores diferentes com preparação diferente e objetivos diferentes		X	X			40%
	Maior incidência em ambiente rural pela menor probabilidade de ser detetado e pelo melhor controlo das vítimas	X					20%
	Em ambiente rural permite melhores resultados remuneradores	X					20%
	Não tem conhecimento de quaisquer diferenças				X	X	40%

A Q11 teve como finalidade averiguar a hora, o dia da semana, e a altura do ano escolhida pela maioria dos autores. Praticamente todos os entrevistados responderam que os autores atuam durante o período noturno, em qualquer dia da semana. No entanto, existem divergências nas respostas quanto à altura do ano, como se pode verificar no quadro n.º 4.

A maioria das residências escolhidas pelos autores é de luxo, segundo a resposta de 80% dos entrevistados face à Q12. A pertinência desta questão tem a ver com a realidade do concelho de Loulé, devido à sua dimensão, ao imenso turismo, ao número elevado de residências de luxo e à vasta área tipicamente rural. A resposta dada pelo E3 parece a mais completa, este refere que no litoral há uma certa tendência para a prática deste crime em residências de luxo, e que no interior, a escolha dos alvos é em função da presença suspeita de valores conjugado com o tipo e a quantidade de pessoas que lá possam encontrar-se.

A maioria das residências afetadas por este tipo de crime encontra-se em áreas rurais isoladas. Esta é uma afirmação que a generalidade dos entrevistados respondeu após a colocação da Q13. O E1 e o E2 mencionaram ainda que, também muitas das residências escolhidas estão localizadas nas zonas rurais periféricas aos centros urbanos. E o E5 respondeu que em algumas situações, este crime tem sido praticado nas residências em áreas urbanas.

A última questão colocada aos entrevistados (Q14) pretendeu averiguar se de facto existe ou não qualquer diferença na prática deste crime entre ambientes urbanos e rurais. A resposta foi positiva, embora o E4 e o E5 tenham respondido que desconheciam qualquer tipo de diferença. O E2 e o E3 mencionaram que uma das principais diferenças é a existência de autores diferentes, com preparação e objetivos diferentes em cada ambiente rural ou urbano. Esta ideia-chave parece ter fundamento, visto que o município de Loulé é vasto em termos territoriais, com vários potenciais alvos para diferentes autores. O E1 respondeu que em ambiente rural este tipo de crime é mais propenso acontecer, dado que existe uma menor probabilidade de este ser detetado, a possibilidade de controlar melhor as vítimas, e a obtenção de resultados mais remuneradores.

Os resultados obtidos, através das respostas realizadas aos entrevistados, contribuíram significativamente para complementar os dados obtidos através da análise documental. No entanto, face aos diferentes cargos que os entrevistados ocupam, nota-se que algumas respostas dadas pelos mesmos não coincidem parcialmente com o tratamento estatístico. Deste modo, pode-se afirmar que a Informação proveniente de várias fontes contribui significativamente para um conhecimento mais sólido sobre os problemas do crime, e ajudar de forma bastante positiva, na implementação de políticas, estratégias, programas e ações de prevenção à criminalidade (UNODC, 2010).

## Capítulo 7

### Conclusões e Recomendações

#### 7.1 Introdução

O presente RCFTIA procurou analisar e avaliar as características das vítimas, das residências e dos autores, bem como, os *modus operandi* e as diferenças do crime de roubo a residência em ambiente urbano e rural. Estes objetivos pretendem de alguma forma responder à questão central **“Como se caracteriza o crime de Roubo a Residência em áreas urbanas e rurais no concelho de Loulé?”**. Após a recolha da informação teórica, do tratamento de dados recolhidos nos processos-crime e da análise das entrevistas, sobre a temática em causa, obtiveram-se as respostas às questões derivadas, que por sua vez responderam à questão central.

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados obtidos, de forma lógica, precisa e concisa. Para tal, são verificadas as hipóteses formuladas inicialmente (válida, 100%; parcialmente válida, igual ou superior a 50%; refutada, inferior a 50%), e as respostas às questões da investigação. Seguidamente serão apresentadas algumas reflexões finais e recomendações, no sentido de que, estas conclusões possam contribuir para uma melhoria da atividade operacional. Por último, serão aludidas algumas limitações sentidas na realização deste trabalho, assim como, propostas para investigações futuras.

#### 7.2 Verificação das Hipóteses e Resposta às Questões Derivadas

No que diz respeito à **QD 1, “Quais as características das vítimas mais afetadas pela prática do crime de roubo a residência?”**, tem-se como uma possível resposta a **H 1, “As vítimas que mais sofrem este tipo de crime são casais idosos de nacionalidade estrangeira, que residem sazonalmente no concelho de Loulé”**. Nesta investigação, pode-se verificar que as vítimas afetadas por este tipo de crime, geralmente, são idosos, que no momento dos factos encontram-se muitas vezes sozinhas ou apenas com mais uma vítima. Cerca de um terço dos idosos vitimizados vivem sozinhos e em zonas com pouca

ou nenhuma vizinhança. De acordo com Kopel (2001), os idosos são os mais vitimizados por este tipo de crime, devido às vulnerabilidades próprias da idade, ou seja, descuidadas, fáceis de abordar, de intimidar e de dominar, que preferem não resistir a um ataque e que vivem ou estão muito tempo sozinhas. (Heinonen e Eck, 2012). Este fenómeno verificou-se mais na área do PTer de Loulé e na área do PTer de Almancil. No concelho de Loulé, existe um número bastante significativo de vítimas de nacionalidade estrangeira, mas ainda assim, a maioria é portuguesa. Verificou-se também que as vítimas estrangeiras quase, na sua totalidade, sofreram a prática deste crime durante o período noturno, enquanto, um número bastante significativo de vítimas portuguesas sofreu-o durante o período diurno. Face ao número de autores condenados, averiguou-se que os indivíduos de nacionalidade romena vitimizaram maioritariamente estrangeiros e os indivíduos de nacionalidade portuguesa vitimizaram portugueses. É de referir ainda, que quase metade das vítimas necessitou de assistência médica e que as vítimas, na maioria, são residentes permanentes. Perante os resultados apurados, conclui-se que a **H 1 é refutada**.

Face à **QD 2**, “Qual o perfil dos autores que praticam o crime de roubo a residência?”, uma possível resposta é a **H 2**, “Os autores deste tipo de crime são na sua maioria imigrantes jovens adultos masculinos, oriundos de países sul-americanos, africanos e da Europa de leste”.

Na prática deste crime, os autores são, na generalidade, jovens adultos masculinos com idades muito inferiores à maioria das vítimas. Quanto à nacionalidade dos autores condenados, face aos resultados obtidos, verifica-se que há uma ligeira diferença em termos percentuais. No entanto, através dos resultados conseguidos nas inquirições das vítimas e das entrevistas, há uma perceção bastante significativa de que os autores suspeitos são maioritariamente estrangeiros.

As nacionalidades dos autores condenados estrangeiros são de países sul-americanos (Brasil), africanos (Cabo Verde) e da Europa de leste (Roménia, Ucrânia e Moldávia). A maioria dos autores condenados estrangeiros é oriunda da Roménia, e alguns dos autores condenados portugueses são da etnia cigana. Durante estes últimos anos, tem sido mencionado nos RASI que América do Sul, a África e o leste da Europa são as principais áreas geográficas de origem de fluxos migratórios, que face à livre circulação de bens e pessoas, proporcionam um leque de oportunidades de exploração (e.g. o roubo a residência) por parte de grupos criminosos em todo o Espaço Schengen. Averiguou-se também nesta investigação, que os autores provenientes do leste da Europa atuam



principalmente sobre residências com vítimas estrangeiras, dando primazia a uso de luvas, da face coberta e de armas diferentes das comuns (de fogo ou brancas) na coação. Algumas vezes deixam as vítimas sequestradas e utilizam como meio de fuga, a viatura das vítimas. Os autores de nacionalidade portuguesa atuam principalmente em residências com vítimas portuguesas, sendo que os de etnia cigana nestes cinco anos nunca praticaram este crime em residências com vítimas estrangeiras. Em suma, pode-se afirmar que a **H 2 é válida**.

Relativamente à **QD 3**, “**Quais as características das residências maioritariamente escolhidas como alvo remunerador para a prática do crime de roubo a residência?**”, pretende-se verificar a **H 3**, “**As residências escolhidas pela maioria dos autores são normalmente moradias com algum isolamento geográfico, sem qualquer sistema de alarme ou de videovigilância, mas que aparentam ser um aliciante alvo remunerador**”.

Durante o planeamento, segundo Newham (2010), os autores deste tipo de crime têm em atenção as vítimas sobre quem possuem informação privilegiada, tais como: a forma de acesso à habitação, as medidas de segurança a tomar, a rede de caminhos e estradas de acesso à residência com vista a permitir a fuga, e a informação das possíveis recompensas. Deste modo, preferem residências com pouca ou nenhuma visibilidade para a vizinhança, bem como, sem recursos de segurança (alarmes, videovigilância, cercas, e cães), o que permite um melhor controlo da situação. (Heinonen e Eck, 2012).

Nesta investigação, apurou-se que a maioria das residências não tinha qualquer sistema de alarme e de videovigilância, e as que tinham, no momento dos factos encontravam-se desligados. Segundo os entrevistados, as residências roubadas são na sua maioria de luxo. No entanto, também se pôde verificar que através do valor subtraído, na maioria das residências roubadas foi entre os valores normais e elevados. Este valor correlacionado com os autores permitiu concluir que autores de diferentes nacionalidades possuem objetivos diferentes e atuam em tipos de residências diferentes (e.g. os autores oriundos do leste da Europa, atuaram em residências de onde subtraíram valores elevados e consideravelmente elevados, enquanto os autores da etnia cigana, apenas atuaram em residências das quais subtraíram valores normais).

Quanto ao isolamento, nesta investigação não pareceu verificar-se, uma vez que a maioria dos roubos a residência aconteceu em áreas urbanas e em áreas rurais periféricas dos centros urbanos. Como, também se apurou que a maioria das residências tinha muita vizinhança. Assim, conclui-se que a **H 3 é parcialmente válida**.

No que respeita a **QD4**, “**Qual o *modus operandi* mais utilizado na prática do crime de roubo a residência?**”, pretende-se confirmar a **H 4**, “**A maioria dos autores neste tipo de crime atua em grupo durante o período noturno, em qualquer dia da semana durante todo o ano. Estes usam roupas escuras, luvas, e armas de fogo, entram nas residências através do arrobamento, amarram as vítimas, constringendo-as à entrega/subtração de coisas móveis alheias sob ameaça conjuntamente com a violência física;**

Os autores do crime de roubo a residência planeiam e por vezes treinam os procedimentos a tomar no local do crime. O momento da prática do crime pode variar de acordo com as preferências dos seus autores. Alguns preferem o período noturno, pois, segundo (Newham, 2010 *apud* Heinonen e Eck, 2012) as pessoas estão em casa e podem indicar onde estão os bens; os alarmes estão provavelmente desligados; as portas e as janelas podem estar desbloqueadas ou abertas; e a probabilidade de visitas é bastante reduzida.

Nesta investigação, constatou-se que os roubos a residência, no concelho de Loulé, ocorrem à noite, em qualquer dia da semana durante todo o ano. No entanto, ao longo destes cinco anos, têm-se verificado um aumento bastante significativo durante o período diurno a meio do período semanal, principalmente à quarta-feira, como também, têm-se averiguado uma maior incidência no mês janeiro.

Estes indivíduos atuam em grupo (em média composto por três elementos) e entram na maioria das vezes através do arrombamento. Porém, também em números bastante significativos, a entrada realiza-se através de outras técnicas ou formas (porta aberta, bater à porta, escalamento, e coação).

Na maior parte das ocorrências, com percentagens iguais, verificou-se a não utilização de qualquer arma e a utilização de arma de fogo na coação. No entanto, curiosamente, ao longo destes cinco anos, verificou-se um aumento na não utilização de arma e uma diminuição do uso de arma de fogo. Apurou-se também que autores de diferentes etnias/nacionalidades usam diferentes tipos de armas na coação.

Não se verifica o uso de roupas escuras e luvas, bem como a privação da liberdade de movimentos na maioria das ocorrências, embora se tenha averiguado em mais de 40% das mesmas. Mas, mais uma vez, estes procedimentos são utilizados maioritariamente por indivíduos oriundos da Europa de leste.

O emprego da ameaça conjuntamente com a violência verifica-se na maioria das ocorrências, sendo que em metade das mesmas, as vítimas necessitaram de assistência

médica. Importa ainda referir que num número bastante significativo, os autores apenas aplicaram a violência na coação. Desta forma, perante os factos acima expostos pôde-se concluir que **H 4 é parcialmente válida**.

Por último, no que se prende à **QD 5**, “**Haverá alguma relação na prática do crime de roubo a residência entre os espaços urbanos e rurais?**”, pretende-se averiguar a **H 3** “**Atualmente, o crime de roubo a residência acontece significativamente em espaços rurais nas periferias dos centros urbanos**”.

Segundo Felson e Clarke (1998), a criminalidade mediante a teoria do deslocamento, pode mover-se temporalmente e geograficamente. Em Portugal tem-se constatado um “processo de centrifugação da criminalidade em direção a regiões vizinhas”, ou seja, verifica-se que criminalidade está a divergir das áreas mais urbanizadas para áreas menos urbanizadas ou rurais (Pereira e Neves, 2005).

Na presente investigação, utilizando como recurso o PDM de Loulé averiguou-se que, a maioria deste tipo de crime, aconteceu em áreas urbanas (maioritariamente tipo A e turísticas). No entanto, também se constatou significativamente em áreas rurais nas periferias dos centros urbanos (Ver Anexo F). A maioria dos autores condenados, na altura dos factos, residia em áreas urbanas do concelho de Loulé, porém alguns residiam em áreas urbanas nos concelhos adjacentes. Deste modo, pode-se afirmar que a maioria dos roubos a residência, em áreas urbanas tipo A e em áreas rurais adjacentes, foram praticados por autores oriundos dos centros urbanos.

Verificou-se também, que diferentes autores atuam preferencialmente em áreas diferentes (e.g. os autores de etnia brasileira e de etnia africana atuam habitualmente em áreas urbano-turísticas). Nas áreas urbano-turísticas, este crime tem diminuído significativamente, bem como, ao contrário das outras áreas, a maioria das vítimas é estrangeira. As principais vítimas em áreas rurais na generalidade foram idosas, o que não se verificou nos roubos a residência em áreas urbanas. De acordo com os fundamentos descritos esta **H 5 considera-se válida**.

### 7.3 Questão Central e Reflexões Finais

Por fim, com as questões derivadas respondidas e as hipóteses válidas ou parcialmente válidas, pode-se concluir que os objetivos desta investigação, referidos no subcapítulo 1.4 – Objetivos e Questões da Investigação, foram atingidos, permitindo

responder a questão central: **“Como se caracteriza o crime de Roubo a Residência em áreas urbanas e rurais no concelho de Loulé?”**.

Tendo em conta os aspetos teóricos sobre as Teorias da Escolha Racional, das Atividades Rotineiras, dos Padrões Criminais, e da Deslocação Criminal abordadas na revisão da literatura, o crime de roubo a residência é um crime complexo que ocorre quando os autores o assumem como algo vantajoso. Este evento criminal não é aleatório, nem se distribui ao acaso pelo tempo e pelo espaço, antes pelo contrário, advém do produto das oportunidades que resultam das ações quotidianas, onde a probabilidade de ser uma vítima do crime aumenta quando os três elementos (Ver Anexo F) convergem no tempo e no espaço. Através da leitura do triângulo da análise do roubo a residência de Heinonen e Eck (2012) (Ver Anexo H), e dos resultados obtidos na investigação de campo, pôde-se averiguar que, no concelho de Loulé, este crime obedece aos pressupostos teóricos.

Desta forma, o crime de roubo a residência, em áreas urbanas e rurais no concelho de Loulé, caracteriza-se por ser um evento criminal praticado principalmente por autores de nacionalidade portuguesa ou romena, em ambiente noturno durante todo o ano com maior incidência no mês janeiro. Os valores subtraídos, as vítimas, as residências, os *modus operandi*, bem como, as áreas onde é praticado, variam conforme os diferentes autores com preparação diferente e objetivos diferentes. Deste modo, os autores de nacionalidade portuguesa praticam principalmente este crime a vítimas idosas de nacionalidade portuguesa residentes em áreas urbanas tipo A ou rurais, utilizando a arma de fogo na coação, subtraindo valores normais e normais elevados. Os autores de nacionalidade romena praticam principalmente este crime a vítimas idosas de nacionalidade estrangeira residentes em áreas urbano-turísticas ou rurais, utilizando outros tipos de armas na coação, subtraindo valores normais elevados, elevados e consideravelmente elevados.

A intensificação da prática deste tipo de crime concorre para aumento do sentimento de insegurança das populações, uma vez que este crime contra a propriedade constitui uma efetiva violação da esfera privada dos cidadãos (RASI 2013, 2014). Neste contexto, existem vários tipos de prevenção, a social, a comunitária, a situacional e a repressiva, entre outras, nas quais as FFSS podem ter um papel a desempenhar juntamente com diversas entidades através de diversas medidas, como por exemplo as estratégias de policiamento. Estas estratégias, tais como o policiamento de proximidade, o POP, e o ILP, procuram a recolha de informações e o envolvimento comunitário, a orientação no sentido de resolver os problemas, e a descentralização.

Durante o trabalho de campo verificou-se que a informação sobre este tipo de crime encontra-se dispersa, não existindo qualquer base de dados sobre a mesma. Os números estatísticos fornecidos pela DGPJ não coincidem com a realidade, uma vez que estes foram superiores. Também verificou-se que os entrevistados desconheciam e/ou tinham uma noção errada de alguns dados. Assim, neste contexto, segundo o *Handbook on Crime Prevention Guidelines*, para o sucesso das Informações, no combate à criminalidade é necessário a recolha e o tratamento de notícias/dados disponíveis nas diversas fontes, como é o caso das estatísticas. Assim, a recolha de dados estatísticos fidedignos conjuntamente com outras fontes, constituem um conhecimento mais sólido sobre os problemas do crime contribuindo significativamente de forma positiva para as políticas, estratégias, programas e ações de prevenção à criminalidade (UNODC, 2010).

#### **7.4 Recomendações**

Segundo Felson e Clarke (1998), a prevenção do crime focalizada na oportunidade pode reduzir significativamente a taxa de criminalidade. Deste modo, seria bastante importante a criação de uma base de dados sobre a criminalidade, nomeadamente a violenta, que estivesse disponível para todas as FFSS com vários níveis de acesso. Isto seria primordial e bastante vantajoso para a tomada de decisão na prevenção à criminalidade.

#### **7.5 Limitações e Investigações Futuras**

Nesta investigação foram sentidas várias dificuldades: o pouco tempo para a realização da mesma; a complexidade no acesso à informação sobre os processos-crime deste tipo de crime, o que demorou bastante tempo a conseguir; e a falta de formação técnica no *software* SPSS, o que limitou de alguma forma a rapidez do processo. Face ao pouco tempo disponível, realizaram-se várias tarefas simultaneamente, o que não permitiu uma melhor exploração de toda a informação possível de se obter.

Como investigações futuras sugere-se o alargamento desta investigação a toda a região do Algarve, uma vez que este problema se tem verificado de forma transversal nesta área. Desta forma, poderia ser explorado um leque mais vasto de casos, o que permitia um conjunto de informações mais claras, precisas e concisas sobre o problema em causa, contribuindo melhor para as políticas, estratégias, programas e ações de prevenção.

## Referências Bibliográficas

### Metodologia

- Academia Militar. (2013). *NEP 520/2ª/DE/01JUN13/AM*. Lisboa: Academia Militar.
- American Psychological Association. (2012). *Regras Essenciais de Estilo da APA*. (6ª ed.). Bueno D., Trad.). Porto Alegre: Penso.
- Bell, J. (2010). *Como Realizar um Projecto de Investigação*. (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Fortin, M. (2009). *O processo de investigação: da conceção à realização*. (5ª ed.). Loures: Lusociência.
- Freixo, M. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. (3ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (5.ªed.). Lisboa: Gradiva.
- Sarmento, M. (2013). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Científica*. (3ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Vilelas, J. (2009). *O Processo de Construção de Conhecimento*. (1ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

### Livros, Publicações, Dissertações

- Almeida, P. (2009). Políticas de Segurança: Visão de Futuro. *Revista de Segurança e Defesa*. Jan/Mar, 50 – 55.
- Alves, C (2008). *Em busca de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Revista da Guarda.
- Alves, C. (2010). *Introdução à Segurança*. Lisboa: Revista da Guarda.
- Andrade, J. (2012). *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Barradas, J. (2011) *Policiamento de Proximidade Vs Comunitário: Uma Abordagem Policial*. Lisboa: Faculdade de Direito Universidade Nova de Lisboa.
- Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana - Contradições e Ambiguidades*. (1ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Brantingham, P. J. e Brantingham, P.L. (1991). Introduction: The dimensions of crime. In P. J. Brantingham e P.L. Brantingham (eds.), *Environmental criminology*. Prospect Heights: Waveland Press.

- Clarke, R. e Cornish, D. (1985). Modelling offenders`decisions: a framework for research and policy. In Tonry, M. e Morris, N. (Eds.). *Crime and Justice: A review of Research*. Chicago: Press.
- Clemente, P. (2006). *A Polícia em Portugal*. Oeiras: Instituto Nacional da Administração Interna.
- Cohen, E. e Felson, M. (1979). Social change and crime rate trends: A routine activity approach. *American Sociological Review*, 44, 588-607.
- Copeto, R. (2011). A GNR e o policiamento de proximidade e segurança comunitária. *Revista Segurança e Defesa*. 16, 48-54.
- Costa, P. (2002). *A resposta policial ao sentimento de insegurança dos idosos - O programa "Apoio 65 - Idosos em Segurança"*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Cunha, C. (1999). Artº 210º. In Dias, J. *Comentário Conimbricense do Código Penal, Tomo II, art.º 202º a 307º*. Coimbra: Composição e Impressão Coimbra Editora.
- Eck, J. e Spelman, W. (1987). *Problem-solving: Problem-oriented policing in Newport News*. Washington DC: Police Executive Research Forum.
- Fattah, E. (1993). The rational choice/opportunity perspectives as a vehicle for integrating criminological and victimological theories. In Clarke, R. e Felson, M. (Eds.). *Routine Activity and Rational Choice. Advances in Criminological Theory*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Felson, M. e Clarke, R. (1998). *Opportunity Makes the Thief. Police Research Series Paper 98, Policing and Reducing Crime Unit, Research, Development and Statistics Directorate*. London: Home Office.
- Fernandes, L. (2004). *Sun Tzu. A Arte (e a Ciência) da Polícia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Fernandes, L. (2005). *As novas Ameaças como Instrumento de Mutação do Conceito "Segurança"*, in I Colóquio de Segurança Interna. Coimbra: Livraria Almedina.
- Giddens, A. (2008). *Sociologia*. (6ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Goldstein, H. (1990). *Problem-Oriented Policing*. New York: McGraw-Hill.
- Gonçalves, M. (2004). *Código Penal Português – Anotado*. (16ª ed.). Coimbra: Livraria Almedina.
- Howlett, M., Ramesh, M., Perl, A. (2009). *Studying public policy: Policy cycles & policy subsystems*. (3ª Ed.). Canada: Oxford University Press.
- Inácio, C. (2010). *Políticas Públicas de Segurança - novo paradigma*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Jeffery, C. e Zahm, D. (1993). Crime prevention through environmental design, opportunity theory, and rational choice models, in Clarke, R. e Felson, M. (Eds.). *Routine Activity and Rational Choice. Advances in Criminological Theory, vol.5*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Kennedy, L. e Baron, S. (1993). Routine activities and a subculture of violence: a study of violence on the street. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 30 (1), 88-112.

- Leal-Henriques, M. e Santos, M. (2000). *Código Penal Anotado*. (3ª ed.). Lisboa: Rei dos Livros
- Machado, P., Martins, J., Rodrigues, M. e Santos, A. (2009). *Análise longitudinal da Criminalidade em Portugal (1993-2007)*. Lisboa: Direção Geral de Administração Interna, MAI.
- Mascarenhas, O. (2011). Segurança, Políticas e Polícias. *Revista Investigação Criminal: Ensaios e estudo*. 1, 11-40.
- Matias, A. (1978). *A Violência no Mundo Moderno*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Moleirinho, P. (2014). O Policiamento orientado pelas informações: resposta emergente a dinâmicas candentes. *Revista da Academia Militar Proelium*. Série VII, 7, 7-27.
- Oliveira, A. (2002). *Das Políticas de Segurança Pública às Políticas Públicas de Segurança*. São Paulo: Gabinete de Segurança Institucional e Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção da Criminalidade e Tratamento do Delinquente.
- Oliveira, M. (2005). *Como fazer Projetos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses*. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Oliveira, J. (2006). *As políticas de Segurança e os modelos de policiamento e emergência do policiamento de proximidade*. Lisboa: Livraria Almedina.
- Pereira, M., Neves, J. (2005). *Estratégia e Gestão Policial*. Oeiras: INA – Instituto Nacional de Administração.
- Queiroz, M. (1972). Do rural e do urbano no Brasil. In Szmrecsányi, T., Queda, O. *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. (3ª ed.). São Paulo: Nacional.
- Ramírez, A. (2005). *Estrategias Sociales de Policía*. Madrid: Dykinson.
- Ratcliffe, J. (2008). *Intelligence-Led Policing*. New York: Routledge.
- Sani, A. e Matos, M. (1998). Crime: Uma questão de oportunidade?. *Infância e Juventude*, 3, 77-116.
- Simão, J. (2009). *Policiamento de Proximidade. Papel renovado da polícia na prevenção criminal - Estudo de caso do projeto “Apoio 65 – Idosos em Segurança” na zona intramuros de Elvas*. Lisboa: ISCP SI.
- Skogan, W. (1998) Community policing in Chicago. In Alpert, G. e Piquero, A. (eds) *Community policing: Contemporary readings, Prospect Heights*. Illinois: Waveland Press.
- Smailes, A. (1966). *The Geography of Towns*. Chicago: Aldine Publishing Company.
- Spelman, W., e Eck, J. (2000). Sitting ducks, ravenous wolves, and helping hands: New approaches to urban policing, in Glensor, R., Correia, M., e Peak K. (Eds.) *Policing communities: Understanding crime and solving problems*. Los Angeles: Roxbury Publishing.
- Valente, A. (2001). *Vitimização Criminal dos Idosos em Portugal*. Lisboa: Cadernos da Administração Interna.
- Valente, M. (2007). Da segurança pública: Contributos para uma tipologia. In Gouveia, J. e Pereira, R. (Coord.) *Estudos de Direito e Segurança*. Coimbra: Livraria Almedina.



## Artigos Online

- Amaro, F. (2008). *Building a Europe for and with children: children and violence. Portuguese report on national and local policies to prevent violence against children*. Retirado: junho, 4, 2014 de [http://www.coe.int/t/dg3/children%5CSource%5CPilotProjects%5CPortugal\\_en.doc](http://www.coe.int/t/dg3/children%5CSource%5CPilotProjects%5CPortugal_en.doc).
- Câmara Municipal de Loulé. (2006). *Morfologia do Concelho de Loulé*. Retirado: junho, 2, 2014, de <http://www.cm-loule.pt/menu/26/morfologia.aspx>.
- Direção-Geral da Política de Justiça. (2010). *MODELO 262/DGPJMJ/DSEJI CRIMES REGISTADOS*. Retirado: junho, 15, 2014, de [http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/metainformacao/inqueritos-estatisticos/estatisticas-das/notacao-de-crimes/regras-de-preenchimento/downloadFile/attachedFile\\_f0/ManualPreenchimento262\\_05FEV2010.pdf?nocache=1265636208.06](http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/metainformacao/inqueritos-estatisticos/estatisticas-das/notacao-de-crimes/regras-de-preenchimento/downloadFile/attachedFile_f0/ManualPreenchimento262_05FEV2010.pdf?nocache=1265636208.06).
- Direção-Geral da Política de Justiça. (2014). *Crimes Registados*. Retirado: junho, 2, 2014, de [http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow\\_635424241350000000](http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_635424241350000000).
- Finkelstein, J. adaptado por Sanches, F. (2007). Hierarquia das necessidades de Maslow. Retirado: junho, 14, 2014, de [http://commons.wikimedia.org/wiki/file:hierarquia\\_das\\_necessidades\\_de\\_maslow.svg](http://commons.wikimedia.org/wiki/file:hierarquia_das_necessidades_de_maslow.svg)
- Guarda Nacional Republicana. (2014a). *Programa Especial: Apoio 65 – Idosos em Segurança*. Retirado: junho, 3, 2014, de [http://www.gnr.pt/default.asp?do=241t4nzn5\\_r52rpvnv5/vq1515\\_5rt74n0pn](http://www.gnr.pt/default.asp?do=241t4nzn5_r52rpvnv5/vq1515_5rt74n0pn).
- Guarda Nacional Republicana. (2014b). *Programa Especial: Projecto - Residência Segura*. Retirado: junho, 3, 2014, de [http://www.gnr.pt/default.asp?do=241t4nzn5\\_r52rpvnv5/241w\\_4r5vqr0pvn5rt74n](http://www.gnr.pt/default.asp?do=241t4nzn5_r52rpvnv5/241w_4r5vqr0pvn5rt74n).
- Heinonen, J. e Eck J. (2012). *Home Invasion Robbery*. Retirado: junho, 2, 2014 de [http://www.popcenter.org/problems/pdfs/home\\_invasion\\_robbery.pdf](http://www.popcenter.org/problems/pdfs/home_invasion_robbery.pdf).
- Instituto Nacional de Estatística. (2014). *Dados Estatísticos do Concelho de Loulé (2014)*. Retirado: junho, 2, 2014, de [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_unid\\_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3).
- Instituto Português de Relações Internacionais. (2006). *Estudo para a reforma do modelo de organização do sistema de segurança interna: Apresentação Pública do relatório Preliminar*. Retirado: junho, 2, 2014, de [www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/29C5EF17-6D89-42AF-89AD8E253DD5E651/0/Apres\\_Estudo\\_Preliminar\\_Reforma\\_Seguranca\\_Interna.pdf](http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/29C5EF17-6D89-42AF-89AD8E253DD5E651/0/Apres_Estudo_Preliminar_Reforma_Seguranca_Interna.pdf).
- Louro, A. (2011). *O Uso do Tempo Associado à Mobilidade das Famílias como Elemento Diferenciador na Configuração de uma Comunidade Sustentável*. Retirado: junho, 2, 2014, de [http://www.mopt.org.pt/uploads/1/8/5/5/1855409/louro\\_mopt.pdf](http://www.mopt.org.pt/uploads/1/8/5/5/1855409/louro_mopt.pdf).
- Madsen, M., Kristensen, S., Fertner, C., Busck, A. e Jørgensen, G. (2010). *Urbanisation of rural areas: A case study from Jutland, Denmark*. Retirado: junho, 5, 2014, de [http://rdgs.dk/djg/pdfs/110/1/GEO\\_110\\_1\\_Mette\\_F\\_Madsen\\_et al.pdf](http://rdgs.dk/djg/pdfs/110/1/GEO_110_1_Mette_F_Madsen_et al.pdf).

- McGoey, C. (2014). *Crime Doctor - Your Prescription for Security & Safety*. Retirado: junho, 2, 2014 de: <http://www.crimedoctor.com/homeinvasion.htm>.
- Saraceno, E. (2004). *Rural development policies and the Second Pillar of the Common Agricultural Policy*. Retirado: junho, 8, 2014, de <https://www.tcd.ie/Economics/staff/amtthews/FoodPolicy/CourseMaterials/Readings/saraceno.pdf>.
- Silvério, P. (2011). *Uso da Força, Teoria e Estratégia da Intervenção Policial*. Retirado: junho, 14, 2014, de [http://www.fd.unl.pt/docentes\\_docs/ma/aens\\_MA\\_20217.pdf](http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/aens_MA_20217.pdf).
- Sistema de Segurança Interna. (2010). *Relatório Anual Segurança Interna 2009*. Retirado: junho, 3, 2014, de [http://www.portugal.gov.pt/media/564305/rasi\\_2009.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/564305/rasi_2009.pdf).
- Sistema de Segurança Interna. (2011). *Relatório Anual Segurança Interna 2010*. Retirado: junho, 3, 2014, de [http://www.parlamento.pt/documents/XIILEG/RASI\\_%202010.pdf](http://www.parlamento.pt/documents/XIILEG/RASI_%202010.pdf).
- Sistema de Segurança Interna. (2012). *Relatório Anual Segurança Interna 2011*. Retirado: junho, 3, 2014, de [http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30\\_relato\\_anual\\_seguran\\_a\\_interna.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relato_anual_seguran_a_interna.pdf).
- Sistema de Segurança Interna. (2013). *Relatório Anual Segurança Interna 2012*. Retirado: junho, 3, 2014, de [http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327\\_RASI%202012\\_vers%C3%A3o%20final.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI%202012_vers%C3%A3o%20final.pdf).
- Sistema de Segurança Interna. (2014). *Relatório Anual Segurança Interna 2013*. Retirado: junho, 3, 2014, de <http://www.portugal.gov.pt/media/1391220/RASI%202013.pdf>.
- United Nations Office on Drugs and Crime. (2010). *Handbook on the crime prevention guidelines: Making them work*. Retirado: junho, 3, 2014, de [http://www.unodc.org/pdf/criminal\\_justice/Handbook\\_on\\_Crime\\_Prevention\\_Guidelines\\_-\\_Making\\_them\\_work.pdf](http://www.unodc.org/pdf/criminal_justice/Handbook_on_Crime_Prevention_Guidelines_-_Making_them_work.pdf).

## Diplomas Legais

- Aviso n.º 5374/2008, de 27 de Fevereiro. *Diário da República*. 2ª Série, n.º 41, 7929 – 7956. Assembleia Municipal de Loulé.
- Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 104, 3383 – 3389. Ministério Ambiente e Ordenamento do Território.
- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto, Sétima Revisão Constitucional. *Diário da República*, 1ª Série – A, n.º 155, 4642 – 4686. Assembleia da República.
- Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 99, 3462 – 3463. Assembleia da República.
- Lei n.º 53-B/2006, 29 de dezembro. *Diário da República*. 1ª Série, n.º 249, 8626-(388) – 8626-(390). Assembleia da República.
- Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 213, 8043 – 8051. Assembleia da República.

- Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 167, 6135 – 6141. Assembleia da República.
- Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 37, 1096 – 1098. Assembleia da República.
- Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 37, 1098 – 1106. Assembleia da República.
- Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 253, 7056-(58) – 7056-(295). Assembleia da República.
- Portaria n.º 1450/2008, 16 de Dezembro, *Diário da República*. 1ª Série, n.º 242, 8845-8854. Ministério da Administração Interna.

## **Apêndices**

## Apêndice A – Segurança e Segurança Interna

Desde os primórdios tempos que o Homem, enquanto ser social, se viu na necessidade de adotar normas comportamentais com a finalidade de garantir a sua própria sobrevivência (Ramirez, 2005). No âmbito da sociologia e da psicologia, Abraham Maslow (1970), na sua teoria das necessidades, conforme a seguinte figura, defende que todo o homem é um ser com desejos, e que por sua vez, estes estão organizados de forma hierárquica quanto à sua urgência de satisfação. As necessidades fisiológicas apresentam-se como prioritárias, em segundo a segurança, seguidamente o amor e o afeto, a estima e o respeito, e por fim a autorrealização (Alves, 2010, p.19).



Figura n.º 19- Pirâmide de Abraham Maslow, Hierarquia das Necessidades

Fonte: Finkelstein adaptado por Sanches (2007)

Assim, face à associação do Homem em comunidades surge as estruturas políticas, como por exemplo o Estado<sup>39</sup>, cuja uma das mais importantes finalidades é satisfazer o sentimento de segurança requerido pelos cidadãos (Oliveira, 2006). As doutrinas, jurídica, politológica e sociológica definem a Segurança como um dos “Fins do Estado”,

<sup>39</sup> “Nasce quando um grupo, suficientemente organizado, institucionaliza a própria proteção”. (Alves, 2008).

juntamente com a Justiça e o Bem-estar<sup>40</sup> que se traduzem nos interesses gerais da sociedade (Lara, 1974 *apud* Alves, 2010).

No mesmo sentido, “o significado de segurança equivale nas sociedades contemporâneas ocidentais ao estatuto de bem público e de direito fundamental<sup>41</sup>, sendo percecionada como um fator de desenvolvimento económico, coesão social e estabilidade política” (IPRI, 2006, p.23). No caso de Portugal, um Estado de Direito Democrático<sup>42</sup>, este direito fundamental encontra explanado na sua própria Constituição<sup>43</sup>. Ele pode assumir duas dimensões, uma positiva que se traduz no “direito à proteção do concidadão, através do poder político, contra a agressão ou a ameaça de outrem”, e uma dimensão negativa que consubstancia-se no “direito de defesa, perante os eventuais atos injustos da Administração Pública” (Clemente, 2006, p.22).

A abrangência do conceito segurança torna-o pluridimensional, e de facto a segurança é o estado de tranquilidade e de confiança mantem pelo conjunto de condições materiais, económicas, políticas e sociais, e que garante a ausência de qualquer perigo<sup>44</sup>, tanto para a sociedade como para o cidadão comum (Fernandes, 2005).

Uma teoria geral da segurança deve ter uma visão englobante, no entanto compartimentando a mesma, a nível microscópico, a segurança trata de aspetos elementares como garantir a integridade das pessoas e bens de forma individual ou grupal. Mas a nível macroscópico, ela assume um caracter global que diz respeito ao Estado quer interna ou externamente. Perante a sociedade internacional, cada Estado, tem como preocupação primária a sua segurança, a fim de garantir a sua existência, usufruir os seus direitos e proteger os seus interesses. Assim, a segurança de todo um conjunto de interesses comuns visa também garantir a independência, a soberania, a integridade territorial e a unidade de um Estado, ou seja, proteger-se das ameaças externas (Couto, 1987, *apud* Alves, 2008).

Num sentido lato, a segurança, é alcançada através da implementação de um conjunto de medidas de “defesa nacional” e de “segurança interna”. As Forças Armadas são os principais contribuintes para a Defesa Nacional, cuja preocupação, toda ela

---

<sup>40</sup> Para além da segurança, deve haver uma relação de mútuo respeito e de equidade entre as pessoas, bem como a satisfação de necessidades complexas como a cultura, a economia, a ciência, etc... (Lara, 1974).

<sup>41</sup> Numa perspectiva estadual os Direitos Fundamentais são os mais importantes para as pessoas, num determinado tempo e lugar, isto é, num Estado concreto ou numa comunidade de Estados (Andrade, 2012).

<sup>42</sup> De acordo com o art.º 2º da Constituição da República Portuguesa (CRP), a República Portuguesa é um Estado de Direito Democrático.

<sup>43</sup> Vide o art.º 27.º da CRP.

<sup>44</sup> “É a possibilidade, identificada e localizada, de uma ameaça se concretizar, dadas as condições gerais existentes.” (Alves, 2010, p.47).

constante, é evitar e resolver as ameaças externas (*idem*). No caso das ameaças internas, segundo Cusson, estas ficam a cargo “da atividade desenvolvida por profissionais de primeira linha com vista a proteger os seus concidadãos contra os perigos associados à vida em sociedade”, ou seja, a cuidado das FSS<sup>45</sup> (Cusson, *apud* Alves, 2010)

A Segurança Interna (SI), “*homeland security* na terminologia anglo-saxónica (...) pode ser definida como o esforço de governação concentrado, envolvendo todos os agentes e capacidades públicas e privadas que contribuem para um clima de paz social e de tranquilidade pública num dado país” (Almeida, 2009, p.50).

Em território português a SI é uma realidade factual e estratégica, limitada sectorialmente, mas reconhecida especialmente por ser uma “atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”, conforme previsto no n.º 1 do art.º 1º da lei n.º53/2008 de 29 de agosto, consignada de Lei de Segurança Interna (LSI).

Ainda neste mesmo diploma legal, o legislador do Estado, preocupa-se em realçar as medidas previstas, cujo propósito é sobretudo, proteger valores altamente respeitáveis, como a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra a criminalidade violenta ou altamente organizada. É definido ainda, uma política de SI, que consiste num conjunto de princípios, orientações e medidas que visam a execução constante das finalidades anteriormente referidas (Alves, 2008).

O facto de a segurança ser um interesse público, a Administração Pública proporciona o acompanhamento da execução estratégica de cada uma das FSS, através dos planos de atividades respetivos e do RASI (Silvério, 2011, p. 6).

---

<sup>45</sup> Vide o art.º 14º da Lei n.º53/2008 de 29 de agosto, Lei de Segurança Interna.

## **Apêndice B – Carta de Apresentação e Guião de Entrevista**



### **ACADEMIA MILITAR**

#### **RELAÇÃO DA PRÁTICA DE ROUBO A RESIDÊNCIA NUM ESPAÇO URBANO E NOS SEUS ESPAÇOS RURAIS ADJACENTES**

**Autor: Aspirante de Cav.<sup>a</sup> da GNR Carlos Manuel Vieira Andrade**

**Orientador: Tenente-Coronel de Inf.<sup>a</sup> da GNR Manuel Fernandes Borlido da Rocha**

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2014



## CARTA DE APRESENTAÇÃO

Para a conclusão do curso de formação de Oficiais dos quadros permanentes da Guarda Nacional Republicana, ministrado na Academia Militar, é incumbido a todos os tirocinantes a realização de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA).

O presente TIA está subordinado ao tema **“Roubo a Residência em ambiente Urbano e Rural”** e tem como objeto de estudo uma **análise das características da prática do crime roubo a residência em espaços urbanos e rurais na área de atuação do Destacamento Territorial de Loulé.**

A realização e análise de entrevistas é uma das técnicas científicas na produção de conhecimento. Perante a realização deste TIA, torna-se importante a realização da presente entrevista em complemento da análise estatística do problema em causa. Esta entrevista dirige-se a entidades, cujos cargos que ocupam nas suas instituições/associações, estão relacionadas de alguma forma com esta problemática. Assim, as excelentíssimas entidades que se pretende entrevistar são: o Chefe da Secção de Informação e Investigação Criminal do Comando Territorial de Faro; o Comandante do Destacamento Territorial de Loulé; um Inspetor-Chefe da Diretoria do Sul da PJ; um Procurador-Adjunto do MP de Loulé; e o Presidente da associação Safe Communities Algarve.

É com o propósito de ter elucidado o projeto acima mencionado, que solicita-se a V. Ex.<sup>a</sup> a realização de uma entrevista, tendo em conta o cargo que ocupa, com o objetivo de recolher o máximo de informação possível sobre este mesmo tema em ordem de servir suporte para alcançar os objetivos propostos nesta investigação.

Na salvaguarda dos interesses de V. Ex.<sup>a</sup>, antes de fazer a apresentação pública, se assim o pretender, colocarei à sua disposição a análise de conteúdo feita às suas respostas.

Agradecido pela sua colaboração,

Carlos Manuel Vieira Andrade  
Aspirante de Cavalaria/GNR

## Guião de Entrevista

### 1) Caraterização do(a) entrevistado(a):

Nome:	
Cargo:	

### 2) Questões

1. Qual é o grupo etário mais vitimizado no crime roubo a residência?
2. Qual é a nacionalidade da maioria das vítimas?
3. A maioria das vítimas vive sozinha, em casal, ou em famílias com mais de dois elementos?
4. A maioria das vítimas tem residência permanente ou sazonal?
5. A maioria dos autores deste tipo de crime atuam individualmente ou em grupo (quantos)?
6. Qual é a faixa etária em que se enquadra a maioria dos autores deste tipo de crime?
7. Quais são as etnias/nacionalidades onde se enquadra a maioria dos autores?
8. Quais são as zonas de residência onde se enquadra a maioria dos autores?
9. Que outras técnicas são usadas pelos autores deste tipo de crime na entrada em residências para além do arrombamento, escalamento ou chaves falsas?
10. Quais são as ações mais frequentes praticadas pelos autores às vítimas?

11. Qual é a hora, o dia da semana, e a altura do ano que a maiorias dos autores escolhem para a prática do crime roubo a residência?
12. Quais os tipos de residências que são escolhidas pela maioria dos autores?
13. A maioria das residências escolhidas, pela maioria dos autores deste tipo de crime, está situada em zonas rurais isoladas, em zonas rurais na periferia dos centros urbanos ou em zonas urbanas?
14. Se há, quais são as diferenças na pratica do crime de roubo a residência em ambiente urbano e rural?

**Muito obrigado pela sua colaboração!**

## Apêndice C – Respostas dos Entrevistados ao Guião de Entrevista

### Cargos dos Entrevistados:

<b>E1</b>	Comandante do DTer de Loulé
<b>E2</b>	Chefe da Secção de Informação e Investigação Criminal do CTer de Faro
<b>E3</b>	Inspetor-Chefe da Diretoria do Sul da PJ
<b>E4</b>	Procurador-Adjunto do MP em Loulé
<b>E5</b>	Presidente da associação Safe Communities Algarve

Quadro n.º 5 - Cargo dos entrevistados

### Questão n.º 1: Qual é o grupo etário mais vitimizado no crime roubo a residência?

**E1:** O grupo etário mais frequentemente alvo deste tipo de crime situa-se entre os 50 e os 75 anos de idade, uma vez que em regra os seus autores procuram elevadas quantias de dinheiro e objetos de valor, algo que encontram sobretudo em residências de pessoas estrangeiras e com algum património, fazendo-o com recurso a violência e coação física e psicológica para obter destes os maiores dividendos possíveis.

**E2:** A faixa etária a partir dos 60 anos.

**E3:** Tendencialmente, as vítimas do crime de roubo situam-se entre a meia-idade e o idoso, em grande medida pela sua, mais reduzida capacidade de defesa.

**E4:** Maioritariamente os idosos, por causa das suas vulnerabilidades.

**E5:** In the Algarve it has been mainly elderly retired persons.

**Questão n.º 2: Qual é a nacionalidade da maioria das vítimas?**

**E1:** No que respeita ao Concelho de Loulé as vítimas são maioritariamente estrangeiras, pelos motivos respondidos na pergunta anterior, acrescido do facto de serem em regra pessoas particularmente indefesas não só em razão da idade, como da fraca acessibilidade e isolamento das residências.

**E2:** Portuguesas, embora as estrangeiras também são bastante afetadas por este tipo de crime.

**E3:** Não conheço uma nacionalidade específica que seja preferida, em todo caso, sendo o Algarve uma região do País que se distingue das restantes pela sua flutuabilidade demográfica sazonal e com uma numerosa população estrangeira residente sem registo consular, é com bastante frequência que em épocas de veraneio sejam mais vítimas de nacionalidade estrangeira que nacionais

**E4:** Portuguesas, no entanto muitos cidadãos de nacionalidade estrangeira também sofrem com a prática do roubo a residência, principalmente britânicos.

**E5:** Mainly foreign. My understanding is that most have been British but this is probably because that the British have a large population in the area.

**Questão n.º 3: A maioria das vítimas vive sozinha, em casal, ou em famílias com mais de dois elementos?**

**E1:** Em casal.

**E2:** Em casal.

**E3:** Não é frequente que os roubos tenham como vítimas, uma família numerosa.

**E4:** Sozinha.

**E5:** Often a couple.

**Questão n.º 4: A maioria das vítimas tem residência permanente ou sazonal?**

**E1:** Permanente mas com largos períodos de ausência.

**E2:** Permanente.

**E3:** Sazonal, como foi já referido na segunda questão.

**E4:** Permanente.

**E5:** Varies. I am not sure of the breakdown.

**Questão n.º 5: A maioria dos autores deste tipo de crime atuam individualmente ou em grupo (quantos)?**

**E1:** Em grupos de 3 a 5 indivíduos.

**E2:** Em grupo, normalmente mais de 2 e de 3 elementos.

**E3:** Na maioria dos roubos a residência a atuação é em grupo com 2, 3 ou 4 indivíduos.

**E4:** Em grupo de três elementos ou mais.

**E5:** In groups. Often I understand 2 or 3 in a group.

**Questão n.º 6: Qual é a faixa etária em que se enquadra a maioria dos autores deste tipo de crime?**

**E1:** Entre os 20 e os 35 anos de idade.

**E2:** Entre os 25 os 40 anos de idade.

**E3:** Arriscarei dizer que entre os 20 e os 40 anos.

**E4:** Entre os 20 e os 30 anos.

**E5:** I do not know but certainly younger than the victims.

**Questão n.º 7: Quais são as etnias/nacionalidades onde se enquadra a maioria dos autores?**

**E1:** A maioria dos autores é de nacionalidade romena, brasileira ou portuguesa de etnia africana.

**E2:** A maioria dos autores identificados é portuguesa. Em segundo plano a comunidade do leste europeu (maioritariamente romenos) e a comunidade cigana.

**E3:** A uma diminuição do fluxo migratório de indivíduos de leste e sul-americanos, mais especificamente do Brasil, parece estar associado a diminuição da criminalidade em geral no Algarve, conforme reflete o RASI. O concelho de Loulé não foge a esta apreciação. Emerge assim, a participação de indivíduos locais.

**E4:** São dos países de leste e portugueses.

**E5:** Some reported as Brazilian and Romanian but this has not been verified.

**Questão n.º 8: Quais são as zonas de residência onde se enquadra a maioria dos autores?**

**E1:** A maioria dos autores reside em zonas urbanas algo afastadas dos locais onde praticam os assaltos.

**E2:** A maioria dos autores provém das zonas urbanas.

**E3:** Não conheço dados que especifiquem esta questão, em todo caso há fenómenos locais que estão associados a indivíduos oriundos de zonas de habitação social periféricas aos centros turísticos.

**E4:** Praticamente todos os autores deste tipo de crime vivem em áreas urbanas.

**E5:** I do not know.

**Questão n.º 9: Que outras técnicas são usadas pelos autores deste tipo de crime na entrada em residências para além do arrombamento, escalamento ou chaves falsas?**

**E1:** Sendo um tipo de crime em que predomina a violência, normalmente a abordagem não é muito elaborada, ou seja, por norma aproveitam a chegada das vítimas a casa, por vezes até são previamente seguidas desde os locais de trabalho, ou arranjam forma de chamar a atenção das pessoas para que estas venham ao exterior da residência e nesse momento manietam as vítimas e entram dentro de casa ameaçando os restantes ocupantes com recurso a armas.

**E2:** Alguns autores usam histórias de cobertura para facilitar a entrada, como por exemplo: funcionários bancários, EDP, Gás, MEO, etc.

**E3:** A surpresa no acesso ao interior, quer pela espera oculta, ou no simples bater de porta, parecem ser as técnicas mais dominantes.

**E4:** Não me recordo de outras formas para além das referidas.

**E5:** Often entering through doors or windows opened after having climbed over perimeter fences.

**Questão n.º 10: Quais são as ações mais frequentes praticadas pelos autores às vítimas?**

**E1:** Como referido na resposta anterior, amarram as vítimas, colocam-lhes fita adesiva na boca, utilizam a ameaça de uso de arma de fogo ou arma branca e agridem as vítimas para as coagir a revelar onde escondem o dinheiro, ouro e outros objetos valiosos, havendo inclusive casos de tortura para obrigar as vítimas a revelar os códigos dos cartões de débito/crédito.



**E2:** Ofensas à integridade física e coação.

**E3:** Recurso à ameaça para limitar a denúncia e a agressão para revelar o local do objeto, parecem ser as atuações complementares mais frequentes.

**E4:** Privar as vítimas de liberdade para conseguirem subtrair o que pretendem.

**E5:** Reportedly some victims have been hit for not complying with requests for safe combinations or pin numbers.

**Questão n.º 11: Qual é a hora, o dia da semana, e a altura do ano que a maiorias dos autores escolhem para a prática do crime roubo a residência?**

**E1:** Normalmente no período noturno entre as 19h e as 02h, os dias da semana são variáveis e a altura do ano mais fustigada situa-se entre os meses de outubro a fevereiro.

**E2:** Sem padrão definido, sendo que no verão este tipo de crime diminui.

**E3:** Em regra, parecem surgir no período da tarde para noite ao longo de todo o ano. No entanto, quanto a dia da semana, parece-me não haver diferença.

**E4:** Maioritariamente durante o período da noite em qualquer dia da semana. Quanto à altura do ano, este tipo de crime têm-se verificado mais na época de verão.

**E5:** From my understanding it has been either late at night or early in the morning.

**Questão n.º 12: Quais os tipos de residências que são escolhidas pela maioria dos autores?**

**E1:** Sem dúvida as luxuosas.

**E2:** Sem padrão definido, mas com maior incidência nas precárias ou normais.

**E3:** Nas zonas do litoral, parece existir uma certa propensão para as mais luxuosas. No interior parece-me que os alvos escolhidos ocorrem em função da presença suspeita de valores e em função do tipo e quantidade de pessoas que lá possam encontrar-se.

**E4:** As normais e as luxuosas, raramente as precárias.

**E5:** Normally luxury.

**Questão n.º 13: A maioria das residências escolhidas, pela maioria dos autores deste tipo de crime, está situada em zonas rurais isoladas, em zonas rurais na periferia dos centros urbanos ou em zonas urbanas?**

**E1:** Em zonas rurais isoladas, mas também em número significativo nas zonas rurais na periferia dos centros urbanos, ou seja possivelmente num raio de 30 km dos centros urbanos.

**E2:** Em zonas rurais na periferia dos centros urbanos, mas sem uma incidência significativa neste tipo de território, porquanto nos locais isolados também se têm verificado.

**E3:** Em zonas rurais, devido ao isolamento e à ausência de vigilância permanente dominante na maioria dos alvos.

**E4:** A maioria dos autores escolhe as zonas rurais isoladas para a prática deste crime.

**E5:** Mainly isolated rural areas but have been a few in urban areas.

**Questão n.º 14: Se há, quais são as diferenças na prática do crime de roubo a residência em ambiente urbano e rural?**

**E1:** Em primeiro lugar o crime de roubo a residência em ambiente urbano é muito raro, sendo nesse ambiente mais usual o roubo na via pública ou por esticção, porque envolve menos contacto com a vítima e maior rapidez de atuação e logo menor probabilidade de serem intercetados, pois em ambiente urbano o patrulhamento das forças de segurança é

mais frequente, assim como o movimento de pessoas que poderão intervir ou alertar as autoridades. Por outro lado, o roubo em ambiente rural, permite aos autores controlar melhor a residência previamente sem ser vistos, permite uma abordagem com mais tempo, existe menor possibilidade de serem detetados após manietarem e amordaçarem as vítimas e confere melhores resultados, face ao isolamento dos locais e reduzido patrulhamento ou movimento de pessoas.

**E2:** Em ambiente urbano exige uma superior preparação por parte do grupo, notando-se que este tipo de grupos que atua em ambiente urbano, não atua muito em ambiente rural, no qual é necessário um conhecimento profundo da área, tendo em consideração a fuga.

**E3:** Tratando-se de um concelho de grandes dimensões, que ocupa territorialmente o litoral a sul e o Alentejo a norte, preenche uma zona de barrocal, pouco populosa e pobre com um litoral de grande amplitude demográfica e rica. Sabendo-se que o crime é um fenómeno associado à realidade económica de uma sociedade, por si só o tipo de intervenientes na zona interior é muitas vezes distinto do tipo de intervenientes do litoral. Dependendo muito da atuação e do conhecimento que os autores têm da zona de atuação e da sua mobilidade. A verdade é que o roubo constitui um tipo de crime que está bastante associado à reincidência. E a sua ocorrência no concelho de Loulé, assume uma transversalidade semelhante a outras regiões do Algarve. Sabendo-se que no litoral do concelho, existe um grande número de empreendimentos turísticos de gestão autónoma e condomínio privado, não foram raras as vezes que o roubo a residência, nestes empreendimentos estivessem a montante associado a intervenientes que legitimamente faziam trabalhos de limpeza ou jardinagem, e transmitiam a informação de alvos privilegiados para atuação. Ainda numa apreciação de conjunto geográfico, na última década, foram muito frequentes os roubos ocorridos no litoral associados a suspeitos que falavam a língua estrangeira indivíduos de leste europeu e indivíduos de sotaque brasileiro. Na zona interior, ocorreram ciclos de atuação em que era frequente a presença de autores da etnia cigana.

**E4:** Na área da comarca, do que me é dado a conhecer, nenhuma.

**E5:** Not aware of any differences. It appears common practice that the persons and properties may have been watched by the criminals beforehand or followed to their homes.

## Apêndice D – Frequências Relativas e Absolutas das Variáveis

### Apêndice D.1 Caracterização Temporal

	Frequência	Porcentagem
2009	16	20,3
2010	18	22,8
2011	18	22,8
2012	15	19,0
2013	12	15,2
Total	79	100,0

**Tabela n.º 1 - N.º de ocorrências por ano**

	Frequência	Porcentagem
Domingo	10	12,7
Segunda	7	8,9
Terça	11	13,9
Quarta	17	21,5
Quinta	12	15,2
Sexta	13	16,5
Sábado	9	11,4
Total	79	100,0

**Tabela n.º 2 - N.º de ocorrências por dia de semana**

	Frequência	Percentagem
Janeiro	20	25,3
Fevereiro	5	6,3
Março	5	6,3
Abril	1	1,3
Maio	6	7,6
Junho	7	8,9
Julho	5	6,3
Agosto	8	10,1
Setembro	5	6,3
Outubro	5	6,3
Novembro	5	6,3
Dezembro	7	8,9
Total	79	100,0

Tabela n.º 3 - N.º de ocorrências por mês

## Apêndice D.2 Caracterização Espacial

	Frequência	Percentagem
Quarteira	14	17,7
Vilamoura	10	12,7
Almancil	19	24,1
Loulé	32	40,5
Salir	4	5,1
Total	79	100,0

Tabela n.º 4 - N.º de ocorrências por área do Pter da GNR

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Aglomerado urbano tipo A	25	31,6	31,6
Aglomerado urbano tipo B	2	2,5	34,2
Aglomerado urbano tipo C	5	6,3	40,5
Urbano-turísticas	15	19,0	59,5
Rural	32	40,5	100,0
Total	79	100,0	

Tabela n.º 5 - N.º de ocorrências por tipo de área mediante o PDM de Loulé

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Muita	39	49,4	49,4
Alguma	25	31,6	81,0
Pouca	13	16,5	97,5
Sem	2	2,5	100,0
Total	79	100,0	

Tabela n.º 6 - N.º de ocorrências por grau de vizinhança

### Apêndice D.3 Caracterização das Residências

	Frequência	Percentagem
Permanente	57	72,2
Sazonal	22	27,8
Total	79	100,0

Tabela n.º 7 - N.º de ocorrências por residência permanente ou sazonal

	Frequência	Percentagem
Moradia	65	82,3
Apartamento	14	17,7
Total	79	100,0

Tabela n.º 8 - N.º de ocorrências por tipo de residência

	Frequência	Percentagem
Sem	54	68,4
Alarme desligado	14	17,7
Videovigilância ligada	2	2,5
Videovigilância ligada e alarme desligado	1	1,3
Videovigilância desligada e alarme desligado	1	1,3
Não sabe	7	8,9
Total	79	100,0

Tabela n.º 9 - N.º de ocorrências por residência com sistema de videovigilância e alarme

	Frequência	Percentagem
Tentativa	3	3,8
Diminuto: - 1 UC	5	6,3
Normal: 1 a 10 UC	28	35,4
Normal Elevado: 10 a 50 UC	26	32,9
Elevado: 50 a 200 UC	11	13,9
Consideravelmente Elevado: +200 UC	6	7,6
Total	79	100,0

Tabela n.º 10 - N.º de ocorrências por valor subtraído

#### Apêndice D.4 Caracterização das Vítimas

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulada
-18	3	2,7	2,7
18-29	5	4,5	7,3
30-44	13	11,8	19,1
45-64	29	26,4	45,5
+65	60	54,5	100,0
Total	110	100,0	

Tabela n.º 11 - N.º de vítimas por faixa etária

	Frequência	Percentagem	Percentagem cumulada
Masculino	55	50,0	50,0
Feminino	55	50,0	100,0
Total	110	100,0	

Tabela n.º 12 - N.º de vítimas por género

	Frequência	Percentagem
Vítimas Portuguesas	51	64,6
Vítimas Estrangeiras	28	35,4
Total	79	100,0

Tabela n.º 13 - N.º de ocorrências por residências com vítimas portuguesas ou estrangeiras

	Frequência	Percentagem
Portugal	61	55,5
China	1	0,9
Suíça	4	3,6
Alemanha	2	1,8
Reino Unido	22	20,0
Holanda	7	6,4
Cabo Verde	1	0,9
Nigéria	1	0,9
Espanha	2	1,8
Rússia	1	0,9
Irlanda	5	4,5
Bélgica	1	0,9
Ucrânia	1	0,9
França	1	0,9
Total	110	100,0

**Tabela n.º 14 - N.º de vítimas por nacionalidade**

	Frequência	Percentagem
Vítima	65	82,3
Vizinho	9	11,4
Familiar	4	5,1
GNR	1	1,3
Total	79	100,0

**Tabela n.º 15 - N.º de ocorrências por quem comunicou os factos**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
0-15 m	35	44,3	44,3
15m - 2h	22	27,8	72,2
2h - 1d	20	25,3	97,5
+ 1d	2	2,5	100,0
Total	79	100,0	

**Tabela n.º 16 - N.º de ocorrências por intervalo de tempo da comunicação após os factos**



	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
1	32	40,5	40,5
2	39	49,4	89,9
3	5	6,3	96,2
4	3	3,8	100,0
Total	79	100,0	

Tabela n.º 17 - N.º de ocorrências por residências com 1, 2, 3, ou 4 habitantes

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
1	51	64,6	64,6
2	26	32,9	97,5
4	2	2,5	100,0
Total	79	100,0	

Tabela n.º 18 - N.º de ocorrências por residências com 1, 2, ou 4 vítimas

	Frequência	Percentagem
Sim	37	46,8
Não	42	53,2
Total	79	100,0

Tabela n.º 19 - N.º de ocorrências por vítimas que tiveram necessidade de assistência médica

## Apêndice D.5 Caracterização dos Suspeitos

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
1	8	10,1	10,1
2	23	29,1	39,2
3	36	45,6	84,8
4	8	10,1	94,9
5	4	5,1	100,0
Total	79	100,0	

Tabela n.º 20 - N.º de ocorrências com 1, 2, 3, 4, ou 5 suspeitos

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
- 25	86	41,1	41,1
26-35	54	25,8	67,0
36-45	18	8,6	75,6
+45	3	1,4	77,0
Não se sabe	48	23,0	100,0
Total	209	100,0	

**Tabela n.º 21 - N.º de suspeitos por faixa etária**

	Frequência	Percentagem
Masculino	204	97,6
Feminino	5	2,4
Total	209	100,0

**Tabela n.º 22 - N.º de suspeitos por género**

	Frequência	Percentagem
Portuguesa	45	21,5
Brasileira	11	5,3
Africana	20	9,6
Leste EU	59	28,2
América Latina	1	0,5
Cigana	20	9,6
Britânica	1	0,5
Não se sabe	52	24,9
Total	209	100,0

**Tabela n.º 23 - N.º de suspeitos por etnia**

**Apêndice D.6 Caracterização dos Condenados**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
1	13	13,9	13,9
2	6	7,6	21,5
3	6	7,6	29,1
Não houve	54	70,9	100,0
Total	79	100,0	

**Tabela n.º 24 - N.º de ocorrências com 1, 2, ou 3 condenados após julgamento**

	Frequência	Percentagem
Portugal	21	48,8
Ucrânia	3	7,0
Roménia	14	32,6
Cabo verde	2	4,7
Brasil	2	4,7
Moldávia	1	2,3
Total	43	100,0

**Tabela n.º 25 - N.º de condenados por nacionalidade**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Urbana	25	61,0	61,0
Rural	4	9,8	70,7
Externa ao Município	10	24,4	95,1
Externa ao Algarve	2	4,9	100,0
Total	41	100,0	

**Tabela n.º 26 - N.º de condenados por zona de residência**

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Cumulativa
- 25	13	30,2	30,2
26-35	18	41,9	72,1
36-45	10	23,3	95,3
+45	2	4,7	100,0
Total	43	100,0	

Tabela n.º 27 - N.º de condenados por faixa etária

	Frequência	Porcentagem
Masculino	40	93,0
Feminino	3	7,0
Total	43	100,0

Tabela n.º 28 - N.º de condenados por género

### Apêndice D.7 Caracterização do *Modus Operandi*

	Frequência	Porcentagem
0-4	21	26,6
4-8	11	13,9
8-12	9	11,4
12-16	6	7,6
16-20	6	7,6
20-24	26	32,9
Total	79	100,0

Tabela n.º 29 - N.º de ocorrências por intervalos de horas

	Frequência	Porcentagem
Diurno	18	22,8
Noturno	61	77,2
Total	79	100,0

Tabela n.º 30 - N.º de ocorrências por fase do dia

	Frequência	Percentagem	Percentagem
0-15	32	40,5	40,5
16-30	28	35,4	75,9
31-60	13	16,5	92,4
61-120	6	7,6	100,0
Total	79	100,0	

**Tabela n.º 31 - N.º de ocorrências por intervalos da duração dos factos**

	Frequência	Percentagem
Sem arma	25	31,6
Arma de fogo	25	31,6
Arma branca	16	20,3
Outros	13	16,5
Total	79	100,0

**Tabela n.º 32 - N.º de ocorrências por tipo de arma utilizada para a coação**

	Frequência	Percentagem
Sim	34	43,0
Não	45	57,0
Total	79	100,0

**Tabela n.º 33 - N.º de ocorrências por suspeitos que utilizaram luvas e face coberta**

	Frequência	Percentagem
Sim	33	41,8
Não	46	58,2
Total	79	100,0

**Tabela n.º 34 - N.º de ocorrências por suspeitos que imobilizaram as vítimas**

	Frequência	Percentagem
Sim	6	7,6
Nada	73	92,4
Total	79	100,0

**Tabela n.º 35 - N.º de ocorrências por suspeitos que taparam a cabeças das vítimas com um saco**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Viatura	33	41,8	41,8
A pé	21	26,6	68,4
Viatura do lesado	7	8,9	77,2
Não se sabe	18	22,8	100,0
Total	79	100,0	

Tabela n.º 36 - N.º de ocorrências por meio de fuga utilizado pelos suspeitos

	Frequência	Percentagem
Porta aberta	16	20,3
Arrombamento	28	35,4
Bater à porta	17	21,5
Escalamento	11	13,9
Coação	7	8,9
Total	79	100,0

Tabela n.º 37 - N.º de ocorrências por tipo de entrada realizada pelos suspeitos

	Frequência	Percentagem
Ameaça	19	24,1
Violência física	26	32,9
Ameaça e Violência física	32	40,5
Colocação da vítima na impossibilidade de resistir	1	1,3
Ameaça, Violência física e Colocação da vítima na impossibilidade de resistir	1	1,3
Total	79	100,0

Tabela n.º 38 - N.º de ocorrências por meio de coação

	Frequência	Percentagem
Sim	57	72,2
Não	22	27,8
Total	79	100,0

Tabela n.º 39 - N.º de ocorrências em que houve recolha de vestígios

	Frequência	Percentagem
Sim	16	20,3
Não	63	79,7
Total	79	100,0

**Tabela n.º 40 - N.º de ocorrências em que houve testemunhas**

	Frequência	Percentagem
Sequestro	18	22,8
Violação	2	2,5
Sequestro e Violação	1	1,3
Não ocorreu	58	73,4
Total	79	100,0

**Tabela n.º 41 - N.º ocorrências em que houve concurso de crimes**

	Frequência	Percentagem
Arquivado	59	74,7
Julgamento	20	25,3
Total	79	100,0

**Tabela n.º 42 - N.º ocorrências em que foram arquivados ou julgadas pelo tribunal**

## Apêndice E – Correlações das Variáveis de Estudo

### Apêndice E.1 Correlações com a Variável – Ano

	Ano					Total
	2009	2010	2011	2012	2013	
Janeiro	5	2	5	2	6	20
	31,3%	11,1%	27,8%	13,3%	50,0%	25,3%
Fevereiro	1	3	0	1	0	5
	6,3%	16,7%	0,0%	6,7%	0,0%	6,3%
Março	0	0	2	1	2	5
	0,0%	0,0%	11,1%	6,7%	16,7%	6,3%
Abril	0	0	1	0	0	1
	0,0%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%	1,3%
Maio	1	1	1	0	3	6
	6,3%	5,6%	5,6%	0,0%	25,0%	7,6%
Junho	0	4	1	1	1	7
	0,0%	22,2%	5,6%	6,7%	8,3%	8,9%
Mês Julho	0	3	1	1	0	5
	0,0%	16,7%	5,6%	6,7%	0,0%	6,3%
Agosto	1	1	3	3	0	8
	6,3%	5,6%	16,7%	20,0%	0,0%	10,1%
Setembro	0	1	2	2	0	5
	0,0%	5,6%	11,1%	13,3%	0,0%	6,3%
Outubro	3	2	0	0	0	5
	18,8%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	6,3%
Novembro	1	0	1	3	0	5
	6,3%	0,0%	5,6%	20,0%	0,0%	6,3%
Dezembro	4	1	1	1	0	7
	25,0%	5,6%	5,6%	6,7%	0,0%	8,9%
Total	16	18	18	15	12	79
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 43 - N.º de ocorrências por ano correlacionado com os meses



	Ano					Total
	2009	2010	2011	2012	2013	
Quarteira	2	1	5	2	4	14
	12,5%	5,6%	27,8%	13,3%	33,3%	17,7%
Vilamoura	3	6	1	0	0	10
	18,8%	33,3%	5,6%	0,0%	0,0%	12,7%
Área do PTer Almancil	5	8	1	3	2	19
	31,3%	44,4%	5,6%	20,0%	16,7%	24,1%
Loulé	6	2	11	8	5	32
	37,5%	11,1%	61,1%	53,3%	41,7%	40,5%
Salir	0	1	0	2	1	4
	0,0%	5,6%	0,0%	13,3%	8,3%	5,1%
Total	16	18	18	15	12	79
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 44 - N.º de ocorrências por ano correlacionado com a área do PTer da GNR

	Ano					Total
	2009	2010	2011	2012	2013	
Diurno	1	3	4	5	5	18
	6,3%	16,7%	22,2%	33,3%	41,7%	22,8%
Período do Dia Noturno	15	15	14	10	7	61
	93,8%	83,3%	77,8%	66,7%	58,3%	77,2%
Total	16	18	18	15	12	79
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 45 - N.º de ocorrências por ano correlacionado com o período do dia

	Ano					Total
	2009	2010	2011	2012	2013	
Domingo	3	3	1	1	2	10
	18,8%	16,7%	5,6%	6,7%	16,7%	12,7%
Segunda	3	0	3	1	0	7
	18,8%	0,0%	16,7%	6,7%	0,0%	8,9%
Terça	1	3	2	2	3	11
	6,3%	16,7%	11,1%	13,3%	25,0%	13,9%
Quarta	2	1	5	5	4	17
	12,5%	5,6%	27,8%	33,3%	33,3%	21,5%
Quinta	4	2	2	3	1	12
	25,0%	11,1%	11,1%	20,0%	8,3%	15,2%
Sexta	1	6	2	3	1	13
	6,3%	33,3%	11,1%	20,0%	8,3%	16,5%
Sábado	2	3	3	0	1	9
	12,5%	16,7%	16,7%	0,0%	8,3%	11,4%
Total	16	18	18	15	12	79
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 46 - N.º de ocorrências por ano correlacionado com o dia da semana

	Ano					Total
	2009	2010	2011	2012	2013	
Sem arma	2	4	6	6	7	25
	12,5%	22,2%	33,3%	40,0%	58,3%	31,6%
Arma de fogo	9	8	5	3	0	25
	56,3%	44,4%	27,8%	20,0%	0,0%	31,6%
Arma branca	2	3	6	3	2	16
	12,5%	16,7%	33,3%	20,0%	16,7%	20,3%
Outras	3	3	1	3	3	13
	18,8%	16,7%	5,6%	20,0%	25,0%	16,5%
Total	16	18	18	15	12	79
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 47 - N.º de ocorrências por ano correlacionado com o tipo de arma utilizada para a coação

## Apêndice E.2 Correlações com a Variável – Dia da Semana

	Dia							Total
	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	
Período do Dia	1	0	2	9	3	1	2	18
	10,0%	0,0%	18,2%	52,9%	25,0%	7,7%	22,2%	22,8%
Noturno	9	7	9	8	9	12	7	61
	90,0%	100,0%	81,8%	47,1%	75,0%	92,3%	77,8%	77,2%
Total	10	7	11	17	12	13	9	79
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 48 - N.º de ocorrências por dia da semana correlacionado com o período do dia

	Dia							Total
	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	
0-4	2	4	4	0	6	2	3	21
	20,0%	57,1%	36,4%	0,0%	50,0%	15,4%	33,3%	26,6%
4-8	2	0	2	0	1	4	2	11
	20,0%	0,0%	18,2%	0,0%	8,3%	30,8%	22,2%	13,9%
8-12	1	1	1	3	3	0	0	9
	10,0%	14,3%	9,1%	17,6%	25,0%	0,0%	0,0%	11,4%
12-16	0	0	1	3	0	1	1	6
	0,0%	0,0%	9,1%	17,6%	0,0%	7,7%	11,1%	7,6%
16-20	2	1	1	2	0	0	0	6
	20,0%	14,3%	9,1%	11,8%	0,0%	0,0%	0,0%	7,6%
20-24	3	1	2	9	2	6	3	26
	30,0%	14,3%	18,2%	52,9%	16,7%	46,2%	33,3%	32,9%
Total	10	7	11	17	12	13	9	79
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 49 - N.º de ocorrências por dia da semana correlacionado com o intervalo horário

	Dia							Total
	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	
Quarteira	1	3	1	4	3	0	2	14
	10,0%	42,9%	9,1%	23,5%	25,0%	0,0%	22,2%	17,7%
Vilamoura	1	0	0	1	3	4	1	10
	10,0%	0,0%	0,0%	5,9%	25,0%	30,8%	11,1%	12,7%
Área do PTer Almancil	3	2	3	3	1	3	4	19
	30,0%	28,6%	27,3%	17,6%	8,3%	23,1%	44,4%	24,1%
Loulé	5	2	6	9	4	5	1	32
	50,0%	28,6%	54,5%	52,9%	33,3%	38,5%	11,1%	40,5%
Salir	0	0	1	0	1	1	1	4
	0,0%	0,0%	9,1%	0,0%	8,3%	7,7%	11,1%	5,1%
Total	10	7	11	17	12	13	9	79
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 50 - N.º de ocorrências por dia da semana correlacionado com a área do PTer da GNR

### Apêndice E.3 Correlações com a Variável – Residência com Vítimas Portuguesas ou Estrangeiras

	Residências com vítimas:		Total
	Portuguesas	Estrangeiras	
Domingo	4	6	10
	7,8%	21,4%	12,7%
Segunda	4	3	7
	7,8%	10,7%	8,9%
Terça	9	2	11
	17,6%	7,1%	13,9%
Dia Quarta	12	5	17
	23,5%	17,9%	21,5%
Quinta	9	3	12
	17,6%	10,7%	15,2%
Sexta	8	5	13
	15,7%	17,9%	16,5%
Sábado	5	4	9
	9,8%	14,3%	11,4%
Total	51	28	79
	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 51 - N.º de ocorrências em residências com vítimas portuguesas ou estrangeiras, correlacionado com o dia da semana

	Residências com vítimas:		Total
	Portuguesas	Estrangeiras	
Diurno	17	1	18
	33,3%	3,6%	22,8%
Noturno	34	27	61
	66,7%	96,4%	77,2%
Total	51	28	79
	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 52 - N.º de ocorrências em residências com vítimas portuguesas ou estrangeiras, correlacionado com o período do dia

	Residências com vítimas:		Total
	Portuguesas	Estrangeiras	
0-4	13	8	21
	25,5%	28,6%	26,6%
4-8	7	4	11
	13,7%	14,3%	13,9%
8-12	7	2	9
	13,7%	7,1%	11,4%
12-16	6	0	6
	11,8%	0,0%	7,6%
16-20	5	1	6
	9,8%	3,6%	7,6%
20-24	13	13	26
	25,5%	46,4%	32,9%
Total	51	28	79
	100,0%	100,0%	100,0%

**Tabela n.º 53 - N.º de ocorrências em residências com vítimas portuguesas ou estrangeiras, correlacionado com o intervalo horário**

#### Apêndice E.4 Correlações com a Variável – Idade da Vítima

	Idade da Vítima					Total
	-18	18-29	30-44	45-64	+65	
1	0	2	8	12	29	51
	0,0%	40,0%	61,5%	41,4%	48,3%	46,4%
2	1	3	5	13	29	51
	33,3%	60,0%	38,5%	44,8%	48,3%	46,4%
4	2	0	0	4	2	8
	66,7%	0,0%	0,0%	13,8%	3,3%	7,3%
Total	3	5	13	29	60	110
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Tabela n.º 54 - N.º de vítimas por faixa etária correlacionado com o n.º de vítimas por residência roubada**

	Idade da Vítima					Total
	-18	18-29	30-44	45-64	+65	
1	0	1	4	7	20	32
	0,0%	20,0%	30,8%	24,1%	33,3%	29,1%
2	1	4	5	16	36	62
	33,3%	80,0%	38,5%	55,2%	60,0%	56,4%
3	0	0	3	2	2	7
	0,0%	0,0%	23,1%	6,9%	3,3%	6,4%
4	2	0	1	4	2	9
	66,7%	0,0%	7,7%	13,8%	3,3%	8,2%
Total	3	5	13	29	60	110
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 55 - N.º de vítimas por faixa etária correlacionado com o n.º de habitantes por residência roubada

	Idade da Vítima					Total
	-18	18-29	30-44	45-64	+65	
Quarteira	1	0	4	8	4	17
	33,3%	0,0%	30,8%	27,6%	6,7%	15,5%
Vilamoura	0	3	4	2	5	14
	0,0%	60,0%	30,8%	6,9%	8,3%	12,7%
Área do PTer Almancil	0	1	2	11	14	28
	0,0%	20,0%	15,4%	37,9%	23,3%	25,5%
Loulé	2	1	2	8	32	45
	66,7%	20,0%	15,4%	27,6%	53,3%	40,9%
Salir	0	0	1	0	5	6
	0,0%	0,0%	7,7%	0,0%	8,3%	5,5%
Total	3	5	13	29	60	110
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 56 - N.º de vítimas por faixa etária correlacionado com a área do PTer da GNR onde ocorreu o roubo

	Idade da Vítima					Total
	-18	18-29	30-44	45-64	+65	
Vizinhança	Muita	1	5	12	14	19
		33,3%	100,0%	92,3%	48,3%	31,7%
	Alguma	0	0	1	12	22
		0,0%	0,0%	7,7%	41,4%	36,7%
	Pouca	2	0	0	3	16
		66,7%	0,0%	0,0%	10,3%	26,7%
	Sem	0	0	0	0	3
		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,0%
	Total	3	5	13	29	60
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 57 - N.º de vítimas por faixa etária correlacionado com o grau de vizinhança

	Idade da Vítima					Total
	-18	18-29	30-44	45-64	+65	
2009	0	1	4	1	16	22
	0,0%	20,0%	30,8%	3,4%	26,7%	20,0%
2010	2	2	6	13	6	29
	66,7%	40,0%	46,2%	44,8%	10,0%	26,4%
2011	1	2	3	7	11	24
	33,3%	40,0%	23,1%	24,1%	18,3%	21,8%
2012	0	0	0	4	17	21
	0,0%	0,0%	0,0%	13,8%	28,3%	19,1%
2013	0	0	0	4	10	14
	0,0%	0,0%	0,0%	13,8%	16,7%	12,7%
Total	3	5	13	29	60	110
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 58 - N.º de vítimas por faixa etária correlacionado com o ano



## Apêndice E.5 Correlações com a Variável – Etnia do Suspeito

	Etnia dos Suspeitos								Total
	Portuguesa	Brasileira	Africana	Leste EU	América Latina	Cigana	Britânica.	Não se sabe	
Perma- nente	38	7	14	26	1	20	0	39	145
Residência	84,4%	63,6%	70,0%	44,1%	100,0%	100,0%	0,0%	75,0%	69,4%
Sazonal	7	4	6	33	0	0	1	13	64
	15,6%	36,4%	30,0%	55,9%	0,0%	0,0%	100,0%	25,0%	30,6%
Total	45	11	20	59	1	20	1	52	209
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 59 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com a permanência na residência

	Etnia dos Suspeitos								Total
	Portuguesa	Brasileira	Africana	Leste EU	América Latina	Cigana	Britânica	Não se sabe	
Tentativa	0	0	0	2	0	0	0	5	7
	0,0%	0,0%	0,0%	3,4%	0,0%	0,0%	0,0%	9,6%	3,3%
Diminuto	5	3	0	0	0	0	0	2	10
	11,1%	27,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,8%	4,8%
Normal	21	2	7	2	1	17	0	19	69
Valor	46,7%	18,2%	35,0%	3,4%	100,0%	85,0%	0,0%	36,5%	33,0%
Roubado Normal	16	4	13	20	0	3	1	17	74
Elevado	35,6%	36,4%	65,0%	33,9%	0,0%	15,0%	100,0%	32,7%	35,4%
Elevado	3	2	0	19	0	0	0	6	30
	6,7%	18,2%	0,0%	32,2%	0,0%	0,0%	0,0%	11,5%	14,4%
Considera- velmente	0	0	0	16	0	0	0	3	19
Elevado	0,0%	0,0%	0,0%	27,1%	0,0%	0,0%	0,0%	5,8%	9,1%
Total	45	11	20	59	1	20	1	52	209
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 60 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com o valor roubado

	Etnia dos Suspeito								Total
	Portuguesa	Brasileira	Africana	Leste EU	América Latina	Cigana	Britânica	Não se sabe	
1	21	4	9	9	0	9	0	25	77
N.º Habitantes	46,7%	36,4%	45,0%	15,3%	0,0%	45,0%	0,0%	48,1%	36,8%
2	19	5	8	41	0	11	1	21	106
por	42,2%	45,5%	40,0%	69,5%	0,0%	55,0%	100,0%	40,4%	50,7%
Residência	5	2	3	5	0	0	0	3	18
3	11,1%	18,2%	15,0%	8,5%	0,0%	0,0%	0,0%	5,8%	8,6%
Roubada	0	0	0	4	1	0	0	3	8
4	0,0%	0,0%	0,0%	6,8%	100,0%	0,0%	0,0%	5,8%	3,8%
Total	45	11	20	59	1	20	1	52	209
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 61 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com o n.º de habitantes por residência

	Etnia dos Suspeitos								Total
	Portuguesa	Brasileira	Africana	Leste EU	América Latina	Cigana	Britânica	Não se sabe	
Portu-Residências	31	4	7	20	1	20	0	41	124
guesas	68,9%	36,4%	35,0%	33,9%	100,0%	100,0%	0,0%	78,8%	59,3%
com vítimas: Estran-	14	7	13	39	0	0	1	11	85
geiras	31,1%	63,6%	65,0%	66,1%	0,0%	0,0%	100,0%	21,2%	40,7%
Total	45	11	20	59	1	20	1	52	209
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 62 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado as residências com vítimas portuguesas ou estrangeiras

	Etnia dos Suspeitos								Total
	Portuguesa	Brasileira	Africana	Leste EU	América Latina	Cigana	Britânica	Não se sabe	
1	3	1	0	0	1	0	0	3	8
	6,7%	9,1%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	5,8%	3,8%
2	11	2	8	10	0	2	0	13	46
	24,4%	18,2%	40,0%	16,9%	0,0%	10,0%	0,0%	25,0%	22,0%
3	25	5	7	25	0	18	0	27	107
	55,6%	45,5%	35,0%	42,4%	0,0%	90,0%	0,0%	51,9%	51,2%
4	0	3	0	22	0	0	1	4	30
	0,0%	27,3%	0,0%	37,3%	0,0%	0,0%	100,0%	7,7%	14,4%
5	6	0	5	2	0	0	0	5	18
	13,3%	0,0%	25,0%	3,4%	0,0%	0,0%	0,0%	9,6%	8,6%
Total	45	11	20	59	1	20	1	52	209
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 63 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com o n.º de suspeitos no roubo

	Etnia dos Suspeitos								Total
	Portuguesa	Brasileira	Africana	Leste EU	América Latina	Cigana	Britânica	Não se sabe	
Sem arma	11	3	5	10	0	12	1	20	62
	24,4%	27,3%	25,0%	16,9%	0,0%	60,0%	100,0%	38,5%	29,7%
Arma de fogo	20	8	8	11	1	0	0	14	62
	44,4%	72,7%	40,0%	18,6%	100,0%	0,0%	0,0%	26,9%	29,7%
Arma de branca	11	0	4	9	0	8	0	8	40
	24,4%	0,0%	20,0%	15,3%	0,0%	40,0%	0,0%	15,4%	19,1%
Outras	3	0	3	29	0	0	0	10	45
	6,7%	0,0%	15,0%	49,2%	0,0%	0,0%	0,0%	19,2%	21,5%
Total	45	11	20	59	1	20	1	52	209
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 64 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com o meio utilizado na coação

	Etnia dos Suspeitos								Total
	Portuguesas	Brasileira	Africana	Leste EU	América Latina	Cigana	Britânica	Não se sabe	
Face Coberta e Luvas	10	4	5	45	0	3	0	26	93
	22,2%	36,4%	25,0%	76,3%	0,0%	15,0%	0,0%	50,0%	44,5%
Nada	35	7	15	14	1	17	1	26	116
	77,8%	63,6%	75,0%	23,7%	100,0%	85,0%	100,0%	50,0%	55,5%
Total	45	11	20	59	1	20	1	52	209
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 65 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com o uso de face coberta e de luvas

	Etnia dos Suspeitos								Total
	Portuguesa	Brasileira	Africana	Leste EU	América Latina	Cigana	Britânica	Não se sabe	
Privação da Liberdade de Movimentos	18	5	7	33	1	12	1	16	93
	40,0%	45,5%	35,0%	55,9%	100,0%	60,0%	100,0%	30,8%	44,5%
Nada	27	6	13	26	0	8	0	36	116
	60,0%	54,5%	65,0%	44,1%	0,0%	40,0%	0,0%	69,2%	55,5%
Total	45	11	20	59	1	20	1	52	209
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 66 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com a privação de liberdade de movimentos

	Etnia do Suspeitos								Total
	Portuguesa	Brasileira	Africana	Leste EU	América Latina	Cigana	Britânica	Não se sabe	
Privação da Visão	3	0	0	4	0	9	0	2	18
	6,7%	0,0%	0,0%	6,8%	0,0%	45,0%	0,0%	3,8%	8,6%
Nada	42	11	20	55	1	11	1	50	191
	93,3%	100,0%	100,0%	93,2%	100,0%	55,0%	100,0%	96,2%	91,4%
Total	45	11	20	59	1	20	1	52	209
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 67 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com a privação da visão com um saco

		Etnia dos Suspeitos							Total	
		Portuguesa	Brasileira	Africana	Leste EU	América Latina	Cigana	Britânica		Não se sabe
Meio de Fuga	Viatura	29 64,4%	4 36,4%	8 40,0%	28 47,5%	0 0,0%	6 30,0%	0 0,0%	17 32,7%	92 44,0%
	A pé	2 4,4%	5 45,5%	3 15,0%	7 11,9%	1 100,0%	14 70,0%	1 100,0%	13 25,0%	46 22,0%
	Viatura da	0	0	0	19	0	0	0	3	22
	Vítima	0,0%	0,0%	0,0%	32,2%	0,0%	0,0%	0,0%	5,8%	10,5%
	Não se sabe	14 31,1%	2 18,2%	9 45,0%	5 8,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	19 36,5%	49 23,4%
	Total	45 100,0%	11 100,0%	20 100,0%	59 100,0%	1 100,0%	20 100,0%	1 100,0%	52 100,0%	209 100,0%

Tabela n.º 68 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com o meio de fuga

		Etnia do Suspeitos							Total	
		Portuguesa	Brasileira	Africana	Leste EU	América Latina	Cigana	Britânica		Não se sabe
Concurso de Crimes	Sequestro	6 13,3%	0 0,0%	5 25,0%	20 33,9%	0 0,0%	9 45,0%	0 0,0%	12 23,1%	52 24,9%
	Violação	1 2,2%	0 0,0%	1 5,0%	6 10,2%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	8 3,8%
		Sequestro e Violação	0 0,0%	3 27,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 100,0%	0 0,0%
	Não ocorreu	38 84,4%	8 72,7%	14 70,0%	33 55,9%	1 100,0%	11 55,0%	0 0,0%	40 76,9%	145 69,4%
	Total	45 100,0%	11 100,0%	20 100,0%	59 100,0%	1 100,0%	20 100,0%	1 100,0%	52 100,0%	209 100,0%

Tabela n.º 69 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com o concurso de crimes

**Apêndice E.6 Correlações com a Variável – Nacionalidade do Condenado**

		Nacionalidade dos Condenados						Total
		Portugal	Ucrânia	Roménia	Cabo verde	Brasil	Moldávia	
Zona de Residência do Condenado	Urbana	8	3	11	2	1	0	25
		40,0%	100,0%	84,6%	100,0%	50,0%	0,0%	61,0%
	Rural	2	0	2	0	0	0	4
		10,0%	0,0%	15,4%	0,0%	0,0%	0,0%	9,8%
	Externa ao Município	9	0	0	0	1	0	10
		45,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	24,4%
	Externa ao Algarve	1	0	0	0	0	1	2
		5,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	4,9%
	Total	20	3	13	2	2	1	41
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Tabela n.º 70 - N.º de condenados por nacionalidade correlacionado com a zona de residência do condenado**

		Nacionalidade do Condenados					Total	
		Portugal	Ucrânia	Roménia	Cabo verde	Brasil		Moldávia
Área do PTER	Quarteira	3	2	0	1	1	0	7
		14,3%	66,7%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	16,3%
	Vilamoura	1	0	2	0	0	0	3
		4,8%	0,0%	14,3%	0,0%	0,0%	0,0%	7,0%
	Almancil	3	1	4	0	1	0	9
		14,3%	33,3%	28,6%	0,0%	50,0%	0,0%	20,9%
	Loulé	11	0	8	1	0	1	21
		52,4%	0,0%	57,1%	50,0%	0,0%	100,0%	48,8%
	Salir	3	0	0	0	0	0	3
		14,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	7,0%
	Total	21	3	14	2	2	1	43
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Tabela n.º 71 - N.º de condenados por nacionalidade correlacionado com a área do PTer da GNR**

	Nacionalidade dos Condenados						Total
	Portugal	Ucrânia	Roménia	Cabo verde	Brasil	Moldávia	
1	13	1	2	1	2	1	20
	61,9%	33,3%	14,3%	50,0%	100,0%	100,0%	46,5%
2	8	2	7	1	0	0	18
	38,1%	66,7%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	41,9%
3	0	0	3	0	0	0	3
	0,0%	0,0%	21,4%	0,0%	0,0%	0,0%	7,0%
4	0	0	2	0	0	0	2
	0,0%	0,0%	14,3%	0,0%	0,0%	0,0%	4,7%
Total	21	3	14	2	2	1	43
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Tabela n.º 72 - N.º de condenados por nacionalidade correlacionado com o n.º de habitantes nas residências roubadas**

	Nacionalidade dos Condenados						Total
	Portugal	Ucrânia	Roménia	Cabo verde	Brasil	Moldávia	
Portuguesas	17	2	2	2	1	1	25
	81,0%	66,7%	14,3%	100,0%	50,0%	100,0%	58,1%
Estrangeiras	4	1	12	0	1	0	18
	19,0%	33,3%	85,7%	0,0%	50,0%	0,0%	41,9%
Total	21	3	14	2	2	1	43
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Tabela n.º 73 - N.º de condenados por nacionalidade correlacionado com as residências com vítimas portuguesas ou estrangeiras**

		Nacionalidade dos Condenados					Total	
		Portugal	Ucrânia	Roménia	Cabo verde	Brasil		Moldávia
Nacionalidade da Vítima	Portugal	16	2	2	2	1	1	24
		76,2%	66,7%	14,3%	100,0%	50,0%	100,0%	55,8%
	Reino Unido	1	0	9	0	0	0	10
		4,8%	0,0%	64,3%	0,0%	0,0%	0,0%	23,3%
	Holanda	0	0	3	0	0	0	3
		0,0%	0,0%	21,4%	0,0%	0,0%	0,0%	7,0%
	Espanha	2	0	0	0	1	0	3
		9,5%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	7,0%
	Rússia	1	0	0	0	0	0	1
		4,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%
	Bélgica	1	0	0	0	0	0	1
		4,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%
	Ucrânia	0	1	0	0	0	0	1
		0,0%	33,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%
	Total	21	3	14	2	2	1	43
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 74 - N.º de condenados por nacionalidade correlacionado com a nacionalidade da vítima

## Apêndice E.7 Correlações com a Variável – Tipo de Área mediante o PDM de Loulé

	Áreas - PDM					Total
	Agl. Urbano tipo A	Agl. Urbano tipo B	Agl. Urbano tipo C	Urbano-turísticas	Rural	
2009	3	0	2	3	8	16
	12,0%	0,0%	40,0%	20,0%	25,0%	20,3%
2010	5	0	1	8	4	18
	20,0%	0,0%	20,0%	53,3%	12,5%	22,8%
Ano 2011	10	1	0	2	5	18
	40,0%	50,0%	0,0%	13,3%	15,6%	22,8%
2012	3	1	1	1	9	15
	12,0%	50,0%	20,0%	6,7%	28,1%	19,0%
2013	4	0	1	1	6	12
	16,0%	0,0%	20,0%	6,7%	18,8%	15,2%
Total	25	2	5	15	32	79
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela n.º 75 - N.º de ocorrências por tipo de área mediante o PDM de Loulé correlacionado com o ano



	Áreas - PDM					Total
	Agl. Urbano tipo A	Agl. Urbano tipo B	Agl. Urbano tipo C	Urbano-turísticas	Rural	
0-4	6 24,0%	1 50,0%	1 20,0%	5 33,3%	8 25,0%	21 26,6%
4-8	7 28,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 13,3%	2 6,3%	11 13,9%
8-12	1 4,0%	1 50,0%	2 40,0%	1 6,7%	4 12,5%	9 11,4%
12-16	2 8,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 12,5%	6 7,6%
16-20	3 12,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 9,4%	6 7,6%
20-24	6 24,0%	0 0,0%	2 40,0%	7 46,7%	11 34,4%	26 32,9%
Total	25 100,0%	2 100,0%	5 100,0%	15 100,0%	32 100,0%	79 100,0%

Tabela n.º 76 - N.º de ocorrências por tipo de área mediante o PDM de Loulé correlacionado com o intervalo horário

	Idade das Vítimas					Total
	-18	18-29	30-44	45-64	+65	
Agl. Urbano tipo A	0 0,0%	0 0,0%	7 53,8%	13 44,8%	9 15,0%	29 26,4%
Agl. Urbano tipo B	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 5,0%	3 2,7%
Áreas - PDM Agl. Urbano tipo C	0 0,0%	0 0,0%	1 7,7%	0 0,0%	4 6,7%	5 4,5%
Urbano-turísticas	1 33,3%	5 100,0%	5 38,5%	6 20,7%	9 15,0%	26 23,6%
Rural	2 66,7%	0 0,0%	0 0,0%	10 34,5%	35 58,3%	47 42,7%
Total	3 100,0%	5 100,0%	13 100,0%	29 100,0%	60 100,0%	110 100,0%

Tabela n.º 77 - N.º de vítimas por faixa etária correlacionado com o tipo de área mediante o PDM de Loulé

		Etnia dos suspeitos								Total
		Portuguesa	Brasileira	Africana	Leste EU	América Latina	Cigana	Britânica	Não se sabe	
Áreas - PDM	Agl. Urbano tipo A	14 31,1%	3 27,3%	9 45,0%	10 16,9%	1 100,0%	5 25,0%	0 0,0%	14 26,9%	56 26,8%
	Agl. Urbano tipo B	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 5,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 1,9%	4 1,9%
	Agl. Urbano tipo C	1 2,2%	1 9,1%	0 0,0%	8 13,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	6 11,5%	16 7,7%
	Urbano-turísticas	8 17,8%	6 54,5%	8 40,0%	11 18,6%	0 0,0%	0 0,0%	1 100,0%	7 13,5%	41 19,6%
	Rural	22 48,9%	1 9,1%	3 15,0%	27 45,8%	0 0,0%	15 75,0%	0 0,0%	24 46,2%	92 44,0%
	Total	45 100,0%	11 100,0%	20 100,0%	59 100,0%	1 100,0%	20 100,0%	1 100,0%	52 100,0%	209 100,0%

Tabela n.º 78 - N.º de suspeitos por etnia correlacionado com o tipo de área mediante o PDM de Loulé

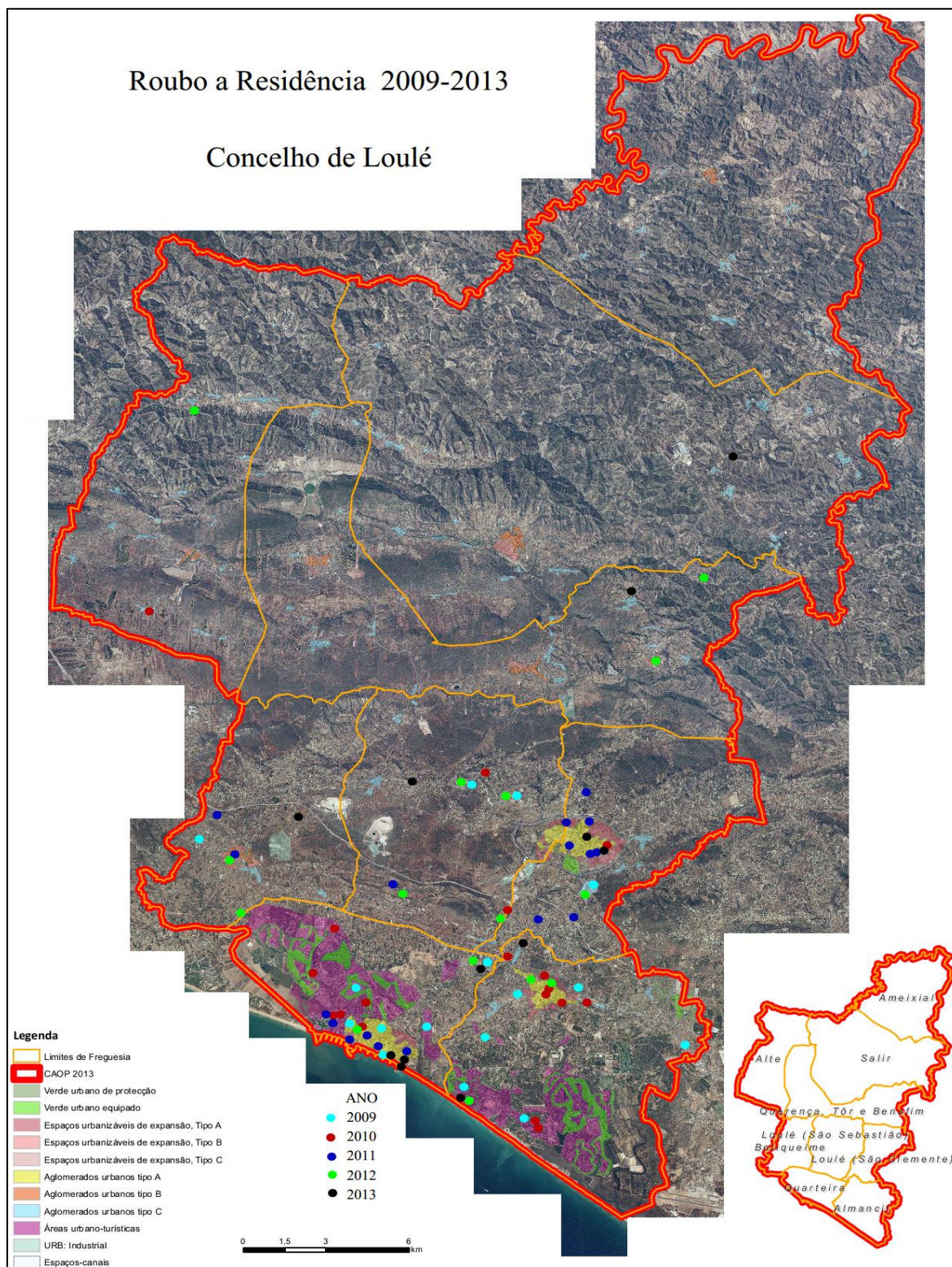
		Áreas - PDM					Total
		Agl. Urbano tipo A	Agl. Urbano tipo B	Agl. Urbano tipo C	Urbano-turísticas	Rural	
Privação da Visão	Sim	1 4,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	5 15,6%	6 7,6%
	Não	24 96,0%	2 100,0%	5 100,0%	15 100,0%	27 84,4%	73 92,4%
	Total	25 100,0%	2 100,0%	5 100,0%	15 100,0%	32 100,0%	79 100,0%

Tabela n.º 79 - N.º de ocorrências por tipo de área mediante o PDM de Loulé correlacionado com a privação da visão com um saco

	Áreas - PDM					Total
	Agl. Urbano tipo A	Agl. Urbano tipo B	Agl. Urbano tipo C	Urbano-turísticas	Rural	
Portuguesas	19	1	4	5	22	51
Residências	76,0%	50,0%	80,0%	33,3%	68,8%	64,6%
com vítimas:	6	1	1	10	10	28
Estrangeiras	24,0%	50,0%	20,0%	66,7%	31,3%	35,4%
Total	25	2	5	15	32	79
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Tabela n.º 80 - N.º de ocorrências por tipo de área mediante o PDM de Loulé correlacionado com as residências com vítimas portuguesas ou estrangeiras**

## Apêndice F – Mapeamento do Crime de Roubo a Residência de 2009 a 2013



**Figura n.º 20- Mapeamento do crime de roubo a residência no concelho de Loulé entre 2009 e 2013**

Fonte: CML e Autor (2014)



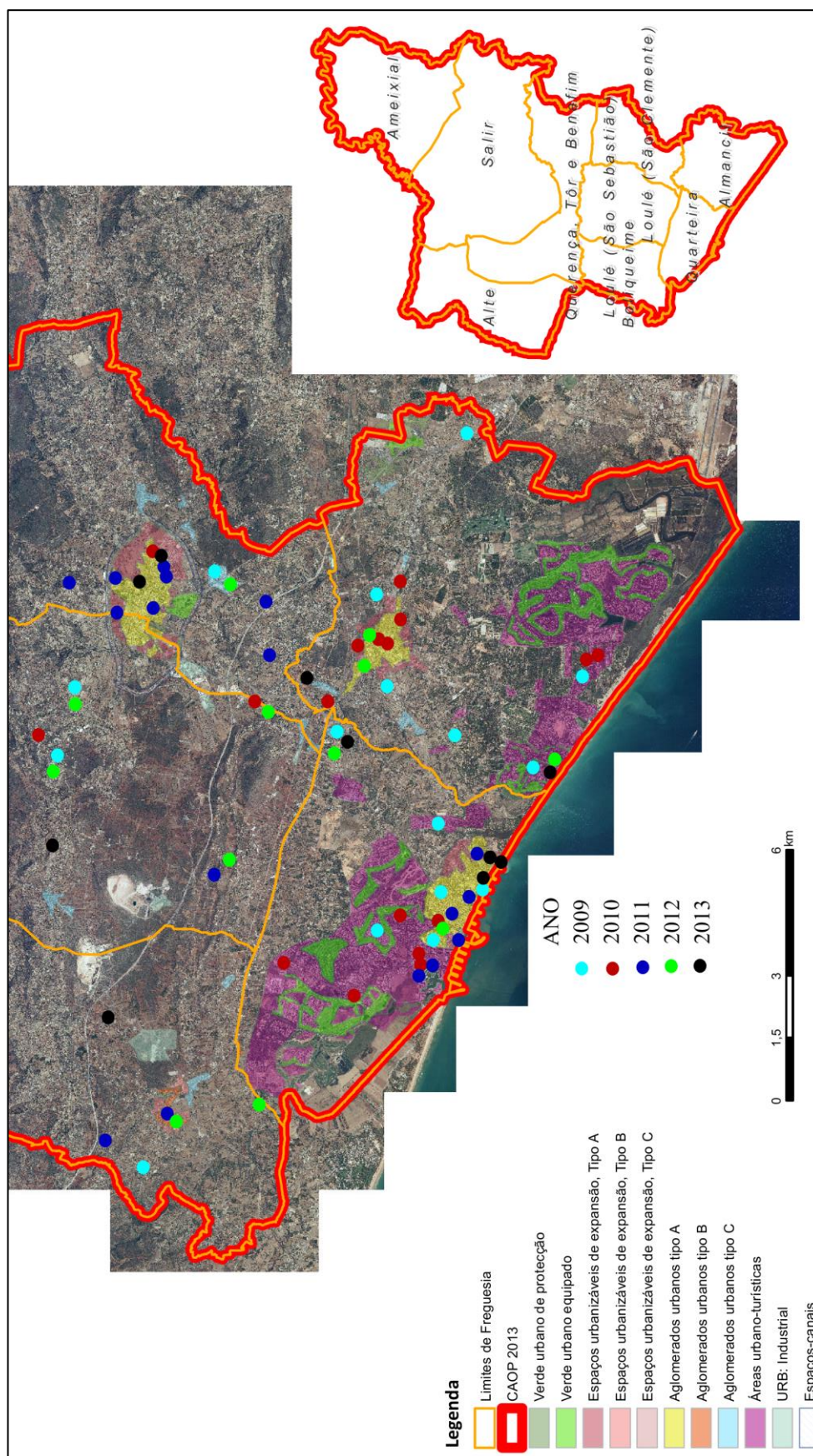


Figura n.º 21 - Mapeamento do crime de roubo a residência na metade sul do concelho de Loulé entre 2009 e 2013

Fonte: CML e Autor (2014)

## **Anexos**

## Anexo A — Análise da Tendência Criminal do Roubo a Residência

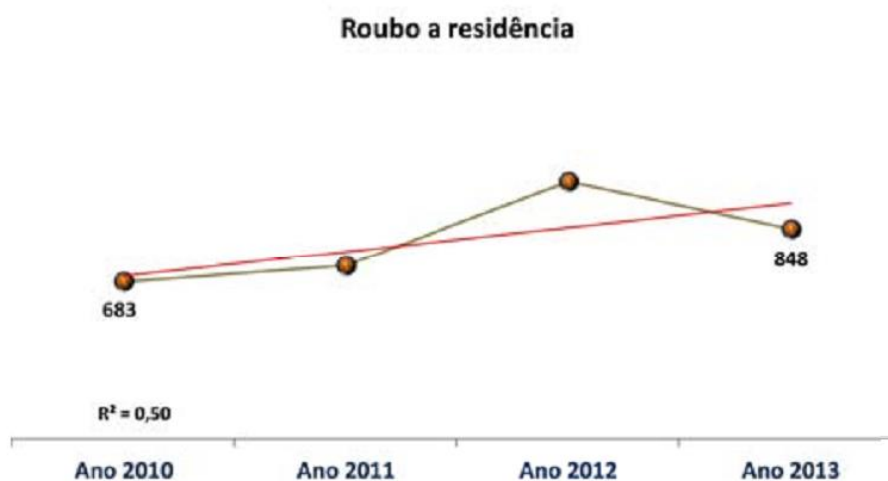


Figura n.º 22 - N.º de roubos a residência em Portugal por ano

Fonte: RASI 2013 (2014)

## Anexo B — Pirâmide de Beaoufre

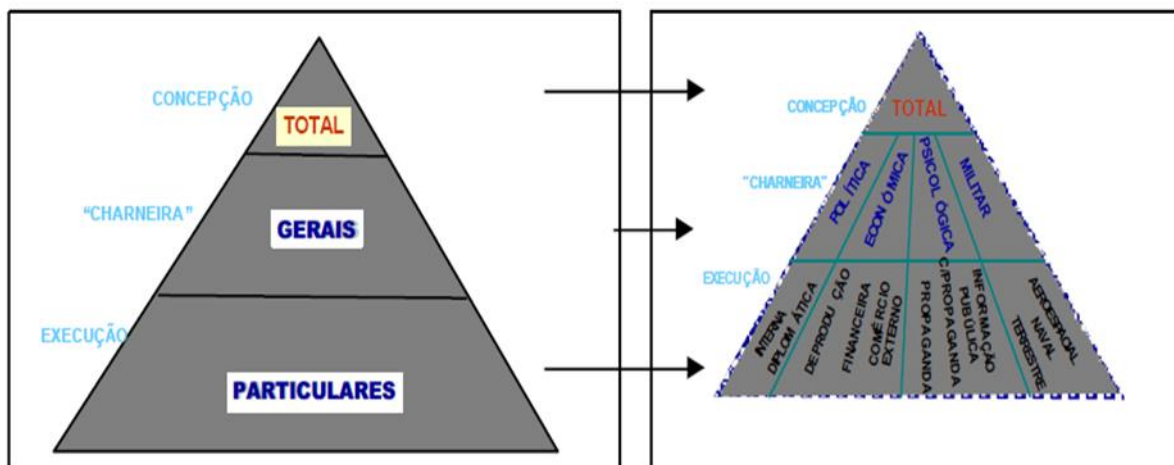


Figura n.º 23 - Pirâmide de Beaoufre

Fonte: Retirado de Silvério (2011, p.6)



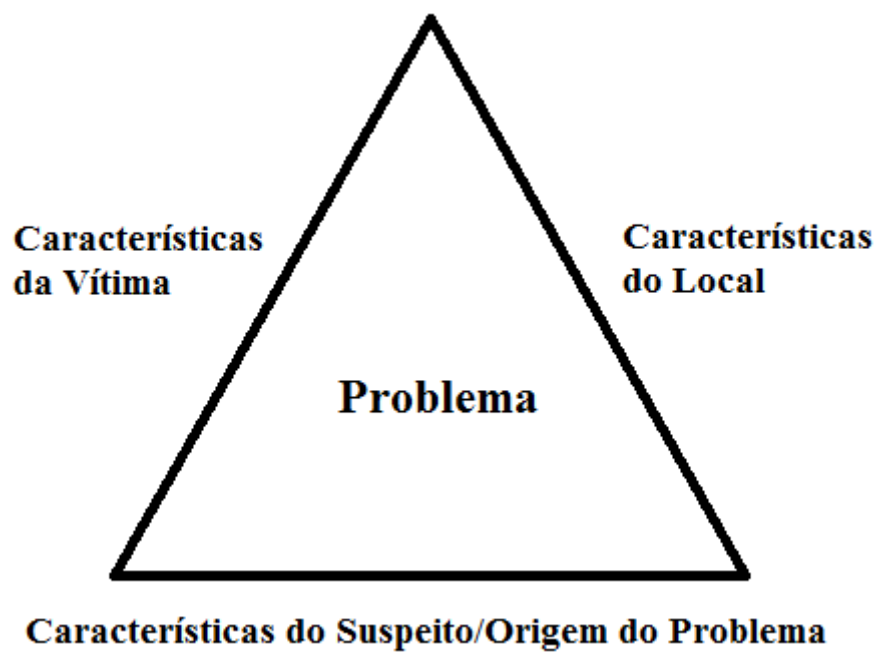
### Anexo C — Exemplo de Vinte e Cinco Técnicas da Prevenção Situacional

<b>Aumentar o esforço</b>	<b>Aumentar o risco</b>	<b>Reduzir as recompensas</b>	<b>Reduzir as provocações</b>	<b>Remover as desculpas</b>
<b>1</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>16</b>	<b>21</b>
Reforço dos alvos  Imobilizadores nos carros Écrans anti-roubo	Ampliar actividades protectoras Protecção envolvente	Esconder os alvos  Parques de estacionamento Lista telefónica apenas com apelidos	Reduzir a frustração e o stress  Espera eficiente Iluminação suave	Definir regras  Estabelecer acordos de aluguer Registo nos hotéis
<b>2</b>	<b>7</b>	<b>12</b>	<b>17</b>	<b>22</b>
Controlo de acesso a instalações  Barreiras Intercomunicadores	Assistência à vigilância natural  Aumentar a iluminação Vigilância dos vizinhos	Remover os alvos  Retirar o rádio do carro Cartões telefónicos pré-pagos	Evitar as disputas  Taxas de táxi fixas Impedir a sobrelotação	Afixar instruções  "Proibido estacionar" "Propriedade privada"
<b>3</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>18</b>	<b>23</b>
Controlo de saída  Bilhete obrigatório Etiqueta electrónica	Reduzir o anonimato  Identificação dos taxistas Letreiro "Conduzo bem?"	Identificar a propriedade  Demarcar a propriedade Registo de propriedade automóvel	Reduzir a activação emocional  Controlar a violência televisiva	Alertar a consciência  Placards informativos
<b>4</b>	<b>9</b>	<b>14</b>	<b>19</b>	<b>24</b>
Afastamento dos ofensores  Barramento de potenciais zonas de ofensas Casas de banho separadas	Recorrer à vigilância informal  Funcionários que previnam o crime Alarmes	Dificultar as transacções de mercado  Licença dos comerciantes	Neutralizar a pressão dos pares  "Os idiotas bebem e conduzem"	Ajudar à conformidade  Caixotes do lixo Casas de banho públicas
<b>5</b>	<b>10</b>	<b>15</b>	<b>20</b>	<b>25</b>
Controlo de ferramentas e armas  Aumento da resistência dos copos de vidro Fotografia em cartões de crédito	Aumentar a vigilância formal  Radares de velocidade CCTV nos centros urbanos	Negar benefícios  Limpeza dos graffitis	Desencorajar a imitação  Manutenção rápida dos locais públicos	Controlar drogas/álcool  Controlo dos níveis de alcoolémia em bares

Figura n.º 24 - Exemplo de vinte e cinco técnicas da Prevenção Situacional

Fonte: Cornish e Clarke (2003)

## **Anexo D — Triângulo de Análise do Problema**



**Figura n.º 25 - Triângulo de Análise do Problema**

Fonte: Adaptado de Eck e Spelman (1987)

### Anexo E — Modelo “3i”

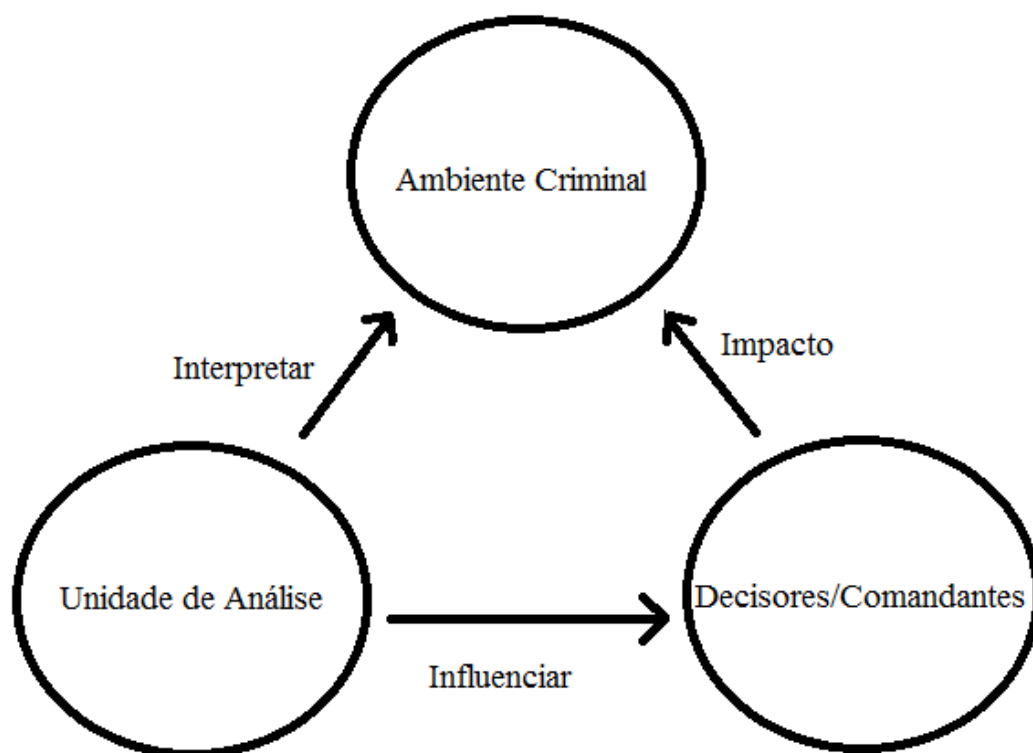


Figura n.º 26 - Modelo “3i”

Fonte: Adaptado de Ratcliffe (2008)

## Anexo F — Triângulo do Evento Criminal

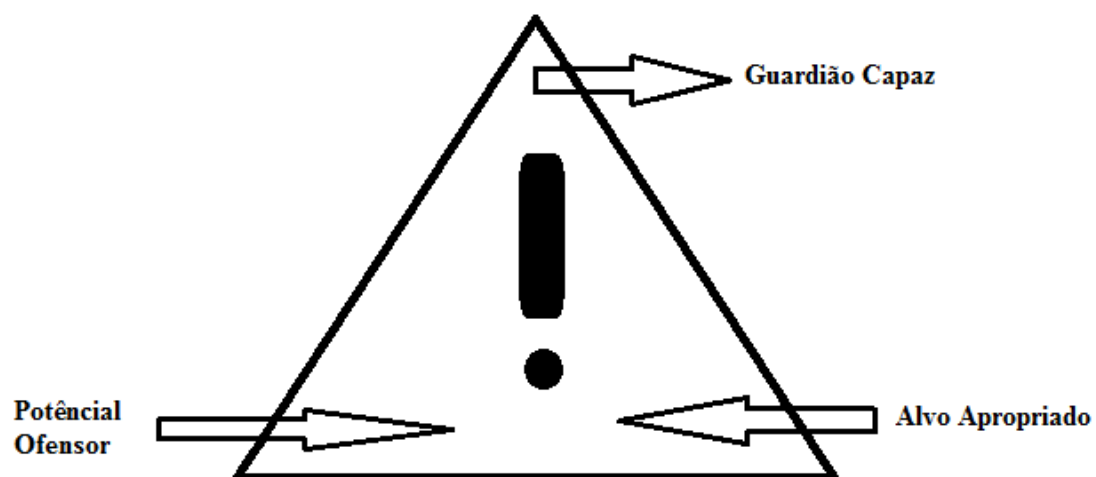


Figura n.º 27 - Triângulo do Evento Criminal

Fonte: Adaptado de Felson e Clarke (1998)

**Anexo G — Transcrição da Parte que Interessa do Código Penal**

**Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro**  
**(alterado e republicado pelo Lei n.º 19/2013 de fevereiro)**

**Código Penal**

**(...)**

**LIVRO II**

**Parte especial**

**CAPÍTULO IV**

**Dos crimes contra a liberdade pessoal**

**(...)**

**Artigo 153.º**

**Ameaça**

1 — Quem ameaçar outra pessoa com a prática de crime contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou bens patrimoniais de considerável valor, de forma adequada a provocar-lhe medo ou inquietação ou a prejudicar a sua liberdade de determinação, é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 120 dias.

2 — O procedimento criminal depende de queixa.

**Artigo 154.º**

**Coação**

1 — Quem, por meio de violência ou de ameaça com mal importante, constranger outra pessoa a uma ação ou omissão, ou a suportar uma atividade, é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa.

2 — A tentativa é punível.

3 — O facto não é punível:

- a) Se a utilização do meio para atingir o fim visado não for censurável; ou
- b) Se visar evitar suicídio ou a prática de facto ilícito típico.

4 — Se o facto tiver lugar entre cônjuges, ascendentes e descendentes, adaptantes e adotados, ou entre pessoas, de outro ou do mesmo sexo, que vivam em situação análoga à dos cônjuges, o procedimento criminal depende de queixa.

(...)

### **Artigo 158.º**

#### **Sequestro**

1 — Quem detiver, prender, mantiver presa ou detida outra pessoa ou de qualquer forma a privar da liberdade é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa.

2 — O agente é punido com pena de prisão de dois a dez anos se a privação da liberdade:

- a) Durar por mais de dois dias;
- b) For precedida ou acompanhada de ofensa à integridade física grave, tortura ou outro tratamento cruel, degradante ou desumano;
- c) For praticada com o falso pretexto de que a vítima sofria de anomalia psíquica;
- d) Tiver como resultado suicídio ou ofensa à integridade física grave da vítima;
- e) For praticada contra pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez;
- f) For praticada contra uma das pessoas referidas na alínea l) do n.º 2 do artigo 132.º, no exercício das suas funções ou por causa delas;
- g) For praticada mediante simulação de autoridade pública ou por funcionário com grave abuso de autoridade.

3 — Se da privação da liberdade resultar a morte da vítima o agente é punido com pena de prisão de três a quinze anos.

(...)

## **CAPÍTULO V**

### **Dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual**

#### **SECÇÃO I**

##### **Crimes contra a liberdade sexual**

(...)

### **Artigo 164.º**

#### **Violação**

1 — Quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa:

- a) A sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou

b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos; é punido com pena de prisão de três a dez anos.

2 — Quem, por meio não compreendido no número anterior e abusando de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou aproveitando -se de temor que causou, constranger outra pessoa:

a) A sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou

b) A sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos; é punido com pena de prisão até três anos.

(...)

## **CAPÍTULO VII**

### **Dos crimes contra a reserva da vida privada**

(...)

#### **Artigo 191.º**

##### **Introdução em lugar vedado ao público**

Quem, sem consentimento ou autorização de quem de direito, entrar ou permanecer em pátios, jardins ou espaços vedados anexos a habitação, em barcos ou outros meios de transporte, em lugar vedado e destinado a serviço ou a empresa públicos, a serviço de transporte ou ao exercício de profissões ou atividades, ou em qualquer outro lugar vedado e não livremente acessível ao público, é punido com pena de prisão até três meses ou com pena de multa até 60 dias.

(...)

## **TÍTULO II**

### **Dos crimes contra o património**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Disposição preliminar**

#### **Artigo 202.º**

##### **Definições legais**

Para efeito do disposto nos artigos seguintes considera-se:

a) Valor elevado — aquele que exceder 50 unidades de conta avaliadas no momento da prática do facto;

b) Valor consideravelmente elevado — aquele que exceder 200 unidades de conta avaliadas no momento da prática do facto;

- c) Valor diminuto — aquele que não exceder uma unidade de conta avaliada no momento da prática do facto;
- d) Arrombamento — o rompimento, fratura ou destruição, no todo ou em parte, de dispositivo destinado a fechar ou impedir a entrada, exterior ou interiormente, de casa ou de lugar fechado dela dependente;
- e) Escalamento — a introdução em casa ou em lugar fechado dela dependente, por local não destinado normalmente à entrada, nomeadamente por telhados, portas de terraços ou de varandas, janelas, paredes, aberturas subterrâneas ou por qualquer dispositivo destinado a fechar ou impedir a entrada ou passagem;
- f) Chaves falsas:
  - i) As imitadas, contrafeitas ou alteradas;
  - ii) As verdadeiras quando, fortuita ou sub-repticiamente, estiverem fora do poder de quem tiver o direito de as usar; e
  - iii) As gazuas ou quaisquer instrumentos que possam servir para abrir fechaduras ou outros dispositivos de segurança;
- g) Marco — qualquer construção, plantação, valado, tapume ou outro sinal destinado a estabelecer os limites entre diferentes propriedades, postos por decisão judicial ou com o acordo de quem esteja legitimamente autorizado para o dar.

## **CAPÍTULO II**

### **Dos crimes contra a propriedade**

#### **Artigo 203.º**

##### **Furto**

- 1 — Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair coisa móvel alheia, é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa.
- 2 — A tentativa é punível.
- 3 — O procedimento criminal depende de queixa.

#### **Artigo 204.º**

##### **Furto qualificado**

- 1 — Quem furtar coisa móvel alheia:
  - a) De valor elevado;
  - b) Colocada ou transportada em veículo ou colocada em lugar destinado ao depósito de objetos ou transportada por passageiros utentes de transporte coletivo, mesmo que a subtração tenha lugar na estação, gare ou cais;



- c) Afeta ao culto religioso ou à veneração da memória dos mortos e que se encontre em lugar destinado ao culto ou em cemitério;
- d) Explorando situação de especial debilidade da vítima, de desastre, acidente, calamidade pública ou perigo comum;
- e) Fechada em gaveta, cofre ou outro recetáculo equipados com fechadura ou outro dispositivo especialmente destinado à sua segurança;
- f) Introduzindo -se ilegitimamente em habitação, ainda que móvel, estabelecimento comercial ou industrial ou espaço fechado, ou aí permanecendo escondido com intenção de furtar;
- g) Com usurpação de título, uniforme ou insígnia de empregado público, civil ou militar, ou alegando falsa ordem de autoridade pública;
- h) Fazendo da prática de furtos modo de vida; ou
- i) Deixando a vítima em difícil situação económica;
- j) Impedindo ou perturbando, por qualquer forma, a exploração de serviços de comunicações ou de fornecimento ao público de água, luz, energia, calor, óleo, gasolina ou gás; é punido com pena de prisão até cinco anos ou com pena de multa até 600 dias.

2 — Quem furtar coisa móvel alheia:

- a) De valor consideravelmente elevado;
- b) Que possua significado importante para o desenvolvimento tecnológico ou económico;
- c) Que por sua natureza seja altamente perigosa;
- d) Que possua importante valor científico, artístico ou histórico e se encontre em coleção ou exposição públicas ou acessíveis ao público;
- e) Penetrando em habitação, ainda que móvel, estabelecimento comercial ou industrial ou outro espaço fechado, por arrombamento, escalamento ou chaves falsas;
- f) Trazendo, no momento do crime, arma aparente ou oculta; ou
- g) Como membro de bando destinado à prática reiterada de crimes contra o património, com a colaboração de pelo menos outro membro do bando; é punido com pena de prisão de dois a oito anos.

3 — Se na mesma conduta concorrerem mais do que um dos requisitos referidos nos números anteriores, só é considerado para efeito de determinação da pena aplicável o que tiver efeito agravante mais forte, sendo o outro ou outros valorados na medida da pena.

4 — Não há lugar à qualificação se a coisa furtada for de diminuto valor.

(...)

### **Artigo 210.º**

#### **Roubo**

1 — Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair, ou constranger a que lhe seja entregue, coisa móvel alheia, por meio de violência contra uma pessoa, de ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física, ou pondo-a na impossibilidade de resistir, é punido com pena de prisão de um a oito anos.

2 — A pena é a de prisão de três a quinze anos se:

- a) Qualquer dos agentes produzir perigo para a vida da vítima ou lhe infligir, pelo menos por negligência, ofensa à integridade física grave; ou
- b) Se verificarem, singular ou cumulativamente, quaisquer requisitos referidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 204.º, sendo correspondentemente aplicável o disposto no n.º 4 do mesmo artigo.

3 — Se do facto resultar a morte de outra pessoa, o agente é punido com pena de prisão de oito a dezasseis anos.

### **Artigo 211.º**

#### **Violência depois da subtração**

As penas previstas no artigo anterior são, conforme os casos, aplicáveis a quem utilizar os meios previstos no mesmo artigo para, quando encontrado em flagrante delito de furto, conservar ou não restituir as coisas subtraídas.

(...)

## **CAPÍTULO III**

### **Dos crimes contra o património em geral**

(...)

### **Artigo 223.º**

#### **Extorsão**

1 — Quem, com intenção de conseguir para si ou para terceiro enriquecimento ilegítimo, constranger outra pessoa, por meio de violência ou de ameaça com mal importante, a uma disposição patrimonial que acarrete, para ela ou para outrem, prejuízo é punido com pena de prisão até cinco anos.

2 — Se a ameaça consistir na revelação, por meio da comunicação social, de factos que possam lesar gravemente a reputação da vítima ou de outra pessoa, o agente é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.

3 — Se se verificarem os requisitos referidos:

a) Nas alíneas a), f) ou g) do n.º 2 do artigo 204.º, ou na alínea a) do n.º 2 do artigo 210.º, o agente é punido com pena de prisão de três a quinze anos;

b) No n.º 3 do artigo 210.º, o agente é punido com pena de prisão de oito a dezasseis anos.

4 — O agente é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias se obtiver, como garantia de dívida e abusando da situação de necessidade de outra pessoa, documento que possa dar causa a procedimento criminal.

## Anexo H — Triângulo de Análise do Roubo a Residência

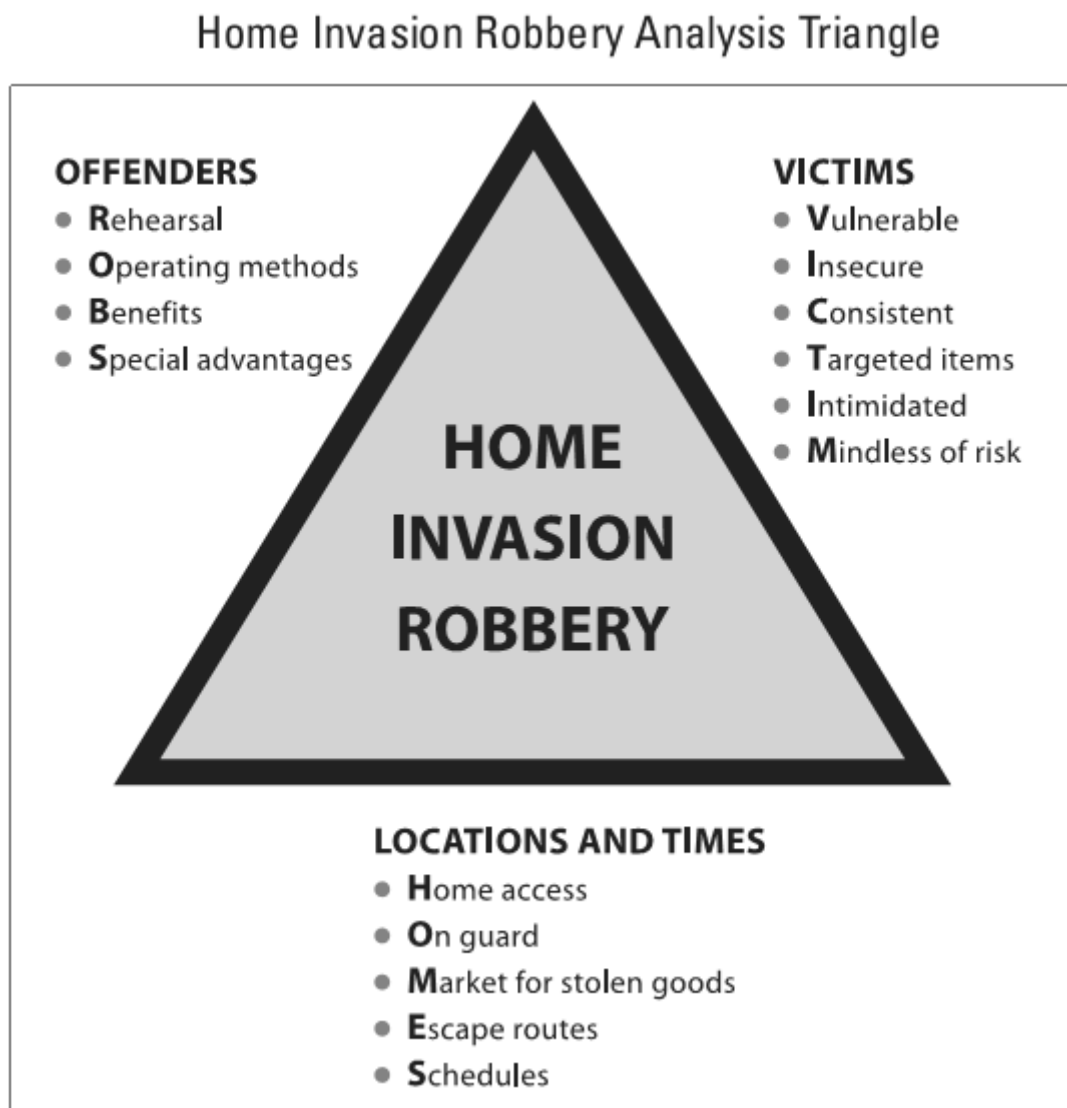


Figura n.º 28 - Triângulo de Análise do Roubo a Residência

Fonte: Heinonen e Eck (2012, p.11)

## **Anexo I – Projeto “Residência Segura” e “Apoio 65 – Idosos em Segurança”**

### **Projeto “Residência Segura”:**

Projeto no âmbito do Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária, iniciado de 2010, em resposta a um aumento do sentimento de insegurança, provocado pela ocorrência de vários roubos com violência a residências, localizadas em zona de difícil acesso no concelho de Loulé, no final de 2009. O projeto direciona meios humanos e materiais em regime de exclusividade, da Secção de Programas Especiais do DTerLoulé, do CTerFaro, com o objetivo de prevenir a criminalidade contra as comunidades, maioritariamente estrangeira, residentes em locais isolados.

Os procedimentos adotados passam pela georreferenciação de todas as residências isoladas, atribuindo-lhes um n.º de polícia, para uma melhor e mais localização em caso de ocorrência, permitindo desse modo direcionar o patrulhamento de proximidade, possibilitado por equipamentos de GPS e a elaboração de folhetos em português e inglês com conselhos, disponibilizando também o contacto telefónico da Equipa Residência Segura. Tem como parceiros o Governo Civil de Faro que forneceu os GPS e os PDA e a Camara Municipal de Loulé que atribuiu uma equipa de apoio psicológico.

Em junho por despacho do Exmº Tenente General Comandante Operacional foi considerado como boa prática, tendo sido divulgado pelo dispositivo da GNR; O projeto Residência Segura foi escolhido pela DGAI como o representante nacional no Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade, tendo como tema este ano Por uma Casa Segura, numa Comunidade mais Segura, através da Prevenção, do Policiamento e da Reinserção.

Fonte: GNR (2014 b)

O Programa Residência Segura direciona meios humanos e materiais em regime de exclusividade, das Secções de Programas Especiais dos vários Destacamentos

Territoriais, com o objetivo de prevenir os assaltos a residência a particular as habitadas por idosos e em locais isolados. Os procedimentos adotados passam pelo contato com os idosos no âmbito da Operação “Censos Sénior” que residem sozinhos e/ou em situação de isolamento e pela georreferenciação de todas as suas residências, atribuindo-lhes um n.º de polícia, para melhor e mais rápida localização.

Fonte: RASI 2013 (2014, p. 169)

### **“Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança”:**

O Programa Apoio 65 – Idoso em Segurança, é uma iniciativa do Ministério da Administração Interna que visa:

- Garantir as condições de segurança e a tranquilidade das pessoas idosas. (Apoio à camada da população mais desfavorecidas/vulneráveis, como é o caso dos idosos, principalmente os que vivem mais afastados ou isolados dos centros populacionais mais ativos, assume uma especial relevância, e enquadrável no apoio social que à Guarda é cometida, dentro desta nova filosofia do servir socialmente);
- Promover o conhecimento do trabalho da GNR junto desta população;
- Ajudar a prevenir e a evitar situações de risco. (No intuito de aumentar o grau de confiança e conhecimento, direcionou-se o patrulhamento, conseguindo-se assim um conhecimento mútuo muito melhor e mais aprofundado. Levantamento exaustivo dos idosos a viverem isoladamente, foram referenciadas pequenas comunidades e elaboradas listas de instituições públicas e privadas diretamente ligadas ao apoio que a estes devem ser conferidas).

Através de:

- Reforço de policiamento dos locais públicos mais frequentados por idosos.
- Criação de uma rede de contactos diretos e imediatos entre os idosos a GNR, em caso de necessidade.
- Instalação de telefones nas residências das pessoas que vivem mais isoladas e tem menores defesas.
- Colaboração com outras entidades que prestam apoio à 3ª idade

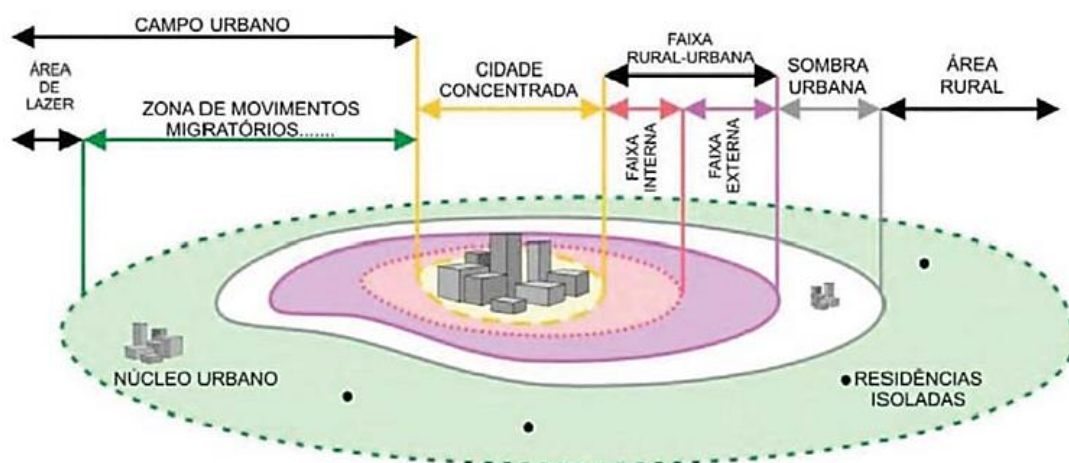
Fonte: GNR (2014 a)

No âmbito deste programa, a GNR realizou a **Operação “Censos Sénior 2013”** tendo identificado 29.197 idosos a residir sozinhos ou isoladamente, e a **Operação “Idosos em Segurança”**, no âmbito da qual foram realizadas 2.894 ações de sensibilização para a prevenção de burlas, furtos e roubos, abrangendo 41.476 idosos.

Fonte: RASI 2013 (2014, p. 5)

## Anexo J — Coroas Periurbanas

Como é possível observar na **Figura** , de Bryant & Russwurm (1982), estes repartem o espaço em várias coroas em torno na cidade consolidada. Adjacente ao núcleo, apresenta-se a primeira Coroa – Faixa rural-urbana, em que a faixa interna representa o solo rural totalmente convertido a urbano (que pela descrição, caracteriza o subúrbio) e a faixa externa representa o uso do solo rural com elementos predominantemente urbanos. A segunda Coroa – Sombra Urbana, é a área de habitações rurais ocupada por trabalhadores na cidade (periurbano). A terceira Coroa – Área rural, onde se encontram algumas habitações secundárias.



**Figura n.º 29 - Coroas Periurbanas**

Fonte: Bryant e Russwurm, (1982) *apud* Louro (2012, p.39)



**Anexo K — Transcrição da Parte que Interessa do Dec. Regulamentar n.º 11/2009**

**Decreto Regulamentar n.º 11/2009 de 29 de maio**

**CAPÍTULO I**

**Disposições gerais**

**Artigo 1.º**

**Objeto e âmbito**

- 1 — O presente decreto regulamentar estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios e as categorias de qualificação do solo rural e urbano, aplicáveis a todo o território nacional.
- 2 — Os critérios referidos no número anterior aplicam-se aos procedimentos de elaboração, alteração e revisão dos planos municipais de ordenamento do território.
- 3 — Os critérios a que se referem os números anteriores são desenvolvidos e concretizados, à escala regional, pelos planos regionais de ordenamento do território.

**Artigo 2.º**

**Regime de uso do solo**

O regime de uso do solo é estabelecido nos planos municipais de ordenamento do território através da classificação e da qualificação do solo, de acordo com a expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local e com as leis respeitantes ao ordenamento do território e ao urbanismo.

(...)

**CAPÍTULO II**

**Classificação do solo**

**Artigo 4.º**

**Conceito**

- 1 — A classificação do solo traduz a opção de planeamento territorial que determina o destino básico dos terrenos, assentando na distinção fundamental entre as classes de solo rural e de solo urbano.

2 — Classifica-se como solo rural o que se destina ao aproveitamento agrícola, pecuário e florestal ou de recursos geológicos, a espaços naturais de proteção ou de lazer ou a outros tipos de ocupação humana que não lhe confirmem o estatuto de solo urbano.

3 — Classifica-se como solo urbano o que se destina a urbanização e a edificação urbana.

4 — A classificação e a reclassificação do solo são estabelecidas em plano municipal de ordenamento do território, nos termos do disposto no presente decreto regulamentar e no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

(...)

### **CAPÍTULO III**

#### **Qualificação do solo**

(...)

#### **Artigo 19.º**

##### **Outras categorias de solo rural**

1 — Conforme disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 73.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, os planos municipais de ordenamento do território podem definir outras categorias do solo rural para os aglomerados rurais, para as áreas de edificação dispersa ou para outros tipos de ocupação humana que não confirmem o estatuto de solo urbano.

2 — Em função do modelo de organização espacial do território municipal e das opções de cada município, e em conformidade com as orientações dos planos sectoriais existentes e legislação aplicável, podem ser definidas as seguintes categorias de solo rural:

- a) Aglomerados rurais, correspondendo a espaços edificados com funções residenciais e de apoio a atividades localizadas em solo rural, devendo ser delimitados no plano diretor municipal com um regime de uso do solo que garanta a sua qualificação como espaços de articulação de funções residenciais e de desenvolvimento rural e infraestruturados com recurso a soluções apropriadas às suas características;
- b) Áreas de edificação dispersa, correspondendo a espaços existentes de usos mistos, devendo ser objeto de um regime de uso do solo que garanta a sua contenção e o seu ordenamento numa óptica de sustentabilidade e serem infraestruturados com recurso a soluções apropriadas às suas características;

- c) Espaço cultural, correspondendo a áreas de património histórico, arquitetónico, arqueológico e paisagístico, sendo o regime de uso do solo determinado pelos valores a proteger, conservar e valorizar;
- d) Espaço de ocupação turística, correspondendo a áreas cuja utilização dominante é a atividade turística nas formas e tipologias admitidas em solo rural de acordo com as opções dos planos regionais de ordenamento do território;
- e) Espaço destinado a equipamentos e outras estruturas ou ocupações compatíveis com o estatuto de solo rural que justifiquem a constituição de uma categoria ou subcategoria de solo com um regime de uso próprio.

### **SECÇÃO III**

#### **Qualificação do solo urbano**

##### **Artigo 20.º**

##### **Critérios**

- 1 — A qualificação do solo urbano respeita as finalidades do processo de urbanização e da edificação e os princípios da multifuncionalidade dos espaços urbanos, da compatibilização e integração de usos, do equilíbrio ecológico e da salvaguarda e valorização dos recursos e valores naturais, ambientais, culturais e paisagísticos.
- 2 — A qualificação do solo urbano processa -se através da sua integração em categorias funcionais e operativas a estabelecer e a regulamentar nos planos municipais de ordenamento do território de acordo com os seguintes critérios:
  - a) As categorias funcionais são estabelecidas com base na utilização dominante e em características morfo-tipológicas de organização do espaço urbano;
  - b) As categorias operativas são estabelecidas para efeitos de execução do plano municipal de ordenamento do território, com base no grau de urbanização do solo, no grau de consolidação morfo-tipológica e na programação da urbanização e da edificação.
- 3 — As categorias funcionais são estabelecidas obrigatoriamente para o solo urbanizado e, sempre que possível, para o solo urbanizável.
- 4 — Os planos municipais de ordenamento do território podem proceder à desagregação das categorias funcionais e operativas em subcategorias adequadas à estratégia de desenvolvimento local e ao modelo de organização espacial do território municipal.

## **Artigo 21.º**

### **Categorias funcionais de solo urbano**

1 — A qualificação funcional do solo realiza-se através da delimitação das seguintes categorias:

- a) Espaços centrais — áreas que se destinam a desempenhar funções de centralidade para o conjunto do aglomerado urbano, com concentração de atividades terciárias e funções residenciais;
- b) Espaços residenciais — áreas que se destinam preferencialmente a funções residenciais, podendo acolher outros usos desde que compatíveis com a utilização dominante;
- c) Espaços de atividades económicas — áreas que se destinam preferencialmente ao acolhimento de atividades económicas com especiais necessidades de afetação e organização do espaço urbano;
- d) Espaços verdes — áreas com funções de equilíbrio ecológico e de acolhimento de atividades ao ar livre de recreio, lazer, desporto e cultura, agrícolas ou florestais, coincidindo no todo ou em parte com a estrutura ecológica municipal;
- e) Espaços de uso especial — áreas destinadas a equipamentos ou infraestruturas estruturantes ou a outros usos específicos, nomeadamente de recreio, lazer e turismo, devendo as suas funções ser mencionadas na designação das correspondentes categorias ou subcategorias;
- f) Espaços urbanos de baixa densidade — áreas edificadas com usos mistos às quais o plano municipal de ordenamento do território atribui funções urbanas preponderantes e que devem ser objeto de um regime de uso do solo que garanta o seu ordenamento numa ótica de sustentabilidade e a sua infraestruturação com recurso a soluções apropriadas.

2 — Os planos municipais de ordenamento do território estabelecem, para cada categoria ou subcategoria funcional de solo urbano, a devida regulamentação em termos de:

- a) Compatibilização e integração de usos;
- b) Edificabilidade do solo e morfo-tipologia;
- c) Dotação de espaços públicos, infraestruturas urbanas e equipamentos de utilização coletiva;
- d) Sistemas de execução e prazos para a urbanização e para a edificação.

3 — O solo urbano afeto à estrutura ecológica municipal deve ser considerado na aplicação dos mecanismos de perequação, qualquer que seja a categoria de solo em que se integre.

## **Artigo 22.º**

### **Categorias operativas de solo urbano**

1 — Definem-se as seguintes categorias operativas de solo urbano:

- a) Solo urbanizado — aquele que se encontra dotado de infraestruturas urbanas e é servido por equipamentos de utilização coletiva;
- b) Solo urbanizável — aquele que se destina à expansão urbana e no qual a urbanização é sempre precedida de programação.

2 — A programação da urbanização do solo processa-se através da delimitação de unidades de execução e da inscrição do correspondente programa de execução no plano de atividades municipal e, quando aplicável, no orçamento municipal.

3 — A delimitação num plano municipal de ordenamento do território de solo urbanizável implica para o município a obrigação de promover a sua urbanização durante o período a que respeita a respetiva programação, bem como a responsabilidade de garantir os meios técnicos e financeiros necessários para esse efeito, quer por recursos próprios devidamente inscritos nos planos de atividades e nos orçamentos municipais quer por recurso à contratualização com os interessados.

4 — Os planos municipais de ordenamento do território podem estabelecer subcategorias operativas com base nas categorias definidas no n.º 1, diferenciando o solo em função do grau de urbanização e do tipo de operações urbanísticas previstos.

## Anexo L — Criminalidade Registada do Concelho de Loulé

Município (Infracção): Loulé  
NUT I (Infracção): Continente  
Distrito (Infracção): Faro

Colunas 1-9 de 21

Ano		2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
Crime (Nível 1)	Crime (Nível 2)	Nº Crimes	Nº Crimes	Nº Crimes	Nº Crimes	Nº Crimes	Nº Crimes	Nº Crimes	Nº Crimes	Nº Crimes
(CP) Contra as pessoas	➔	646	740	663	736	677	665	695	683	515
(CP) Contra o património	Contra a propriedade ➔	2.182	2.724	2.768	3.247	3.714	3.565	3.366	3.638	4.093
	Contra o património em geral ➔	141	106	84	90	78	52	47	45	26
	Contra direitos patrimoniais ➔	3	..	..	..	..	..	5	..	4
	Outros contra o património ➔	3	..	3	3	6	..	..	..	..
(CP) Contra vida em sociedade	➔	525	463	388	418	331	289	318	323	314
(CP) Contra o Estado	➔	87	57	41	50	23	30	28	27	26
Legislação Avulsa	➔	204	207	221	211	223	337	359	240	235
<b>Total</b>	➔	<b>3.791</b>	<b>4.297</b>	<b>4.168</b>	<b>4.755</b>	<b>5.052</b>	<b>4.938</b>	<b>4.820</b>	<b>4.957</b>	<b>5.213</b>

Figura n.º 30 - Criminalidade Registada do Concelho de Loulé

Fonte: DGPJ (2014)

Município (Infracção): Loulé  
NUT I (Infracção): Continente  
Distrito (Infracção): Faro  
Crime (Nível 3): Roubo a residência  
Crime (Nível 2): Contra a propriedade  
Crime (Nível 1): (CP) Contra o património

Ano		2013	2012	2011	2010
Crime (Nível 1)	Crime (Nível 2)	Nº Crimes	Nº Crimes	Nº Crimes	Nº Crimes
(CP) Contra o património	Contra a propriedade	13	11	12	9
<b>Total</b>	➔	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>9</b>

Figura n.º 31 – Roubos a residência registados no concelho de Loulé

Fonte: DGPJ (2014)

**Anexo M – Morfologia do Concelho de Loulé****Mapa do Concelho - Morfologia****Figura n.º 32 - Morfologia do Concelho de Loulé**

Fonte: CML (2014)

Localizada em pleno coração do Algarve, a cidade de Loulé é sede do maior município da região, que se distribui por 9 freguesias e é constituído por quatro zonas com características distintas: a Serra, a Beira Serra, o Barrocal e o Litoral.

**Anexo N — Transcrição da Parte que Interessa do Aviso n.º 5374/2008**

**Alterações ao Regulamento do Plano Diretor**

**Municipal de Loulé**

(...)

**ANEXO**

**Republicação do Regulamento do Plano Diretor**

**Municipal de Loulé**

(...)

**TÍTULO II**

**Classificação e qualificação do solo**

**CAPÍTULO I**

**Ocupação, uso e transformação do solo**

**Artigo 8.º**

**Classificação do solo**

A classificação do solo determina o destino básico dos terrenos assentando na distinção fundamental entre solo rural e solo urbano, sendo estabelecidos como:

- a) Solo rural é aquele para o qual é reconhecida vocação para as atividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais, assim como o que integra os espaços naturais de proteção ou de lazer, ou que seja ocupado por infra -estruturas que não lhe confirmem o estatuto de solo urbano;
- b) Solo urbano aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada e aqueles afetos à estrutura ecológica necessários ao equilíbrio do sistema urbano, constituindo o seu todo o perímetro urbano.

**Artigo 9.º**

**Qualificação do solo**

1 — A qualificação do solo, atenta a sua classificação básica, regula o aproveitamento do mesmo em função da utilização dominante que nele pode ser instalada ou desenvolvida, fixando os respetivos usos e, quando admissível, edificabilidade.



2 — A qualificação do solo rural processa-se através da integração nas seguintes tipologias:

- a) Espaços agrícolas;
- b) Espaços florestais;
- c) Espaços para indústrias extrativas;
- d) Espaços naturais;
- e) Espaços-canaís.

3 — A qualificação do solo urbano processa -se através da integração em tipologias que conferem a suscetibilidade de urbanização ou de edificação. A qualificação do solo urbano determina a definição do perímetro urbano que compreende:

- a) Os solos urbanizados;
- b) Os solos cuja urbanização seja possível programarem;
- c) Os solos afetos à estrutura ecológica necessários ao equilíbrio do sistema urbano.

### **Artigo 10.º**

#### **Categorias de espaços**

1 — Para efeitos de ocupação, uso e transformação do solo consideram-se as seguintes categorias de espaços, delimitadas na planta de ordenamento:

- a) Espaços urbanos;
- b) Espaços culturais;
- c) Espaços urbanizáveis;
- d) Espaços industriais;
- e) Espaços para equipamentos e grandes infraestruturas;
- f) Verde urbano;
- g) Espaços agrícolas;
- h) Espaços florestais;
- i) Espaços para indústrias extrativas;
- j) Espaços naturais;
- k) Espaços-canaís.

2 — Os limites das categorias de espaços referidas no número anterior são suscetíveis de simples ajustamentos resultantes da aplicação de bases cartográficas de maior rigor e sem que tal represente a derrogação dos objetivos prosseguidos pelo Plano.

## **Artigo 11.º**

### **Subcategorias de espaços**

As categorias de espaço enquadradas na sua classificação básica, em função da utilização dominante que pode ser instalada ou desenvolvida, subdividem-se nas seguintes subcategorias de espaço delimitadas na planta de ordenamento:

a) Solo urbano:

1) Solos urbanizados ou solos cuja urbanização é possível programar:

1.1) Espaços urbanos:

1.1.1) Aglomerados urbanos tipo A;

1.1.2) Aglomerados urbanos tipo B;

1.1.3) Aglomerados urbanos tipo C;

1.1.4) Áreas urbano-turísticas;

1.2) Espaços culturais:

1.2.1) Zona histórica de Loulé;

1.2.2) Núcleos urbanos antigos de Querença, Salir, Boliqueime e Alte e São Lourenço de Almancil;

1.2.3) Zonas de proteção aos imóveis classificados e a classificar;

1.3) Espaços urbanizáveis:

1.3.1) Espaços urbanizáveis de expansão:

1.3.1.1) Tipo A;

1.3.1.2) Tipo B;

1.3.1.3) Tipo C;

1.3.2) Áreas de edificação dispersa a estruturar;

1.3.3) Áreas com função não habitacional;

1.3.4) Áreas destinadas à localização de equipamentos sociais, desportivos, de lazer e serviços;

1.3.5) Áreas de reconversão urbanística;

1.4) Espaços industriais;

1.5) Espaços para equipamentos e grandes infraestruturas;

2) Solos afetos à estrutura ecológica necessários ao equilíbrio de sistema urbano:

2.1) Verde urbano;

b) Solo rural:

1) Espaços agrícolas:

1.1) Área da RAN;

- 1.2) Áreas de uso predominantemente agrícola;
- 1.3) Áreas de agricultura condicionada I;
- 1.4) Áreas de agricultura condicionada II;
- 2) Espaços florestais:
  - 2.1) Espaços florestais de produção-proteção;
  - 2.2) Espaços florestais de proteção;
- 3) Espaços para indústrias extrativas:
  - 3.1) Espaços de indústrias extrativas consolidadas;
  - 3.2) Espaços de indústrias extrativas a reconverter;
  - 3.3) Espaços para novas indústrias extrativas;
- 4) Espaços naturais:
  - 4.1) Espaços naturais de grau I;
  - 4.2) Espaços naturais de grau II;
  - 4.3) Espaços naturais de grau III;
- 5) Espaços-canais:
  - 5.1) Rede ferroviária;
  - 5.2) Rede rodoviária;
  - 5.3) Rede geral de transporte de energia elétrica.

## **CAPÍTULO II**

### **Espaços urbanos**

#### **SECÇÃO I**

##### **Definição e caracterização**

##### **Artigo 12.º**

##### **Âmbito e usos**

- 1 — Os espaços urbanos são caracterizados pelo elevado nível de infraestruturação e concentração de edificações, destinando-se o solo predominantemente à construção.
- 2 — Os espaços urbanos destinam-se a uma ocupação com fins predominantemente habitacionais, podendo integrar outras funções, como atividades terciárias, indústria ou turismo, desde que, pelas suas características, sejam compatíveis com a função habitacional.

## **SECÇÃO II**

### **Subcategorias de espaços urbanos**

#### **Artigo 13.º**

##### **Zonamento das subcategorias de espaços urbanos**

1 — Os espaços urbanos subdividem-se em quatro subcategorias:

- a) Aglomerados urbanos tipo A;
- b) Aglomerados urbanos tipo B;
- c) Aglomerados urbanos tipo C;
- d) Áreas urbano-turísticas.

2 — A localização das diversas subcategorias de espaços urbanos é a seguinte:

- a) Aglomerados urbanos tipo A — Almancil, Loulé e Quarteira;
- b) Aglomerados urbanos tipo B — Aldeia da Tôr, Alte, Ameixial, Benafim, Boliqueime, Querença e Salir;
- c) Aglomerados urbanos tipo C:

Freguesia de Almancil — Escanxinas, Esteval, São Lourenço e Vale d' Éguas;

Freguesia de Alte — Alcária do João, Arneiro, Assumadas, Azinhal, Casas, Cerro, Esteval dos Mouros (este), Esteval dos Mouros (oeste), Júlia, Macheira, Monte Brito, Monte Ruivo, Monte da Charneca, Perna Seca, Sarnadas, Soalheira, Soidos, Santa Margarida, Torre e Zambujal;

Freguesia do Ameixial — Azinhal dos Mouros, Besteiros, Cavalos, Cerro dos Vermelhos, Corte João Marques, Corte de Ouro, Figueirinha, Lourencinho, Medronheira, Mosteiro, Pêro Ponto, Portela, Reveses, Tavielhão, Vale da Moita, Vermelhos e Ximeno;

Freguesia de Benafim — Alto Fica, Benafim Pequeno, Birrão, Charneca da Nave, Cortinhola, Espargal, Freixo Verde, Montes de Cima, Nave dos Cordeiros, Penina, Ribeira de Algibre (norte) e Sobradinho;

Freguesia de Boliqueime — Benfarras e Fonte de Boliqueime;

Freguesia de Quarteira — Pereiras;

Freguesia de Querença — Adega (sul), Cardosal, Corcitos e Corte Garcia;

Freguesia de Salir — Alcária, Alcária do João, Alganduro, Almarginho, Barranco do Velho, Barrosas, Besteirinhos, Cerro das Casas, Cortelha, Corte Neto, Covões, Macheira, Malhão, Montes Novos, Montes Santiago, Nave do Barão, Palmeiros, Pena, Ponte de Salir, Quintã, Vale Maria Dias, Vale da Rosa e Vale Luís Neto;

Freguesia de São Clemente — Alto do Relógio, Barreiras Brancas, Estação, Goldra, Goncinha e Quatro Estradas;

Freguesia de São Sebastião — Estação, Monte Seco, Parragil, Quatro Estradas e Ribeira de Algibre;

Freguesia da Tôr — Andrezes, Castelhana e Mesquita;

d) Áreas urbano -turísticas — as delimitadas na planta de ordenamento.